



OPAS

RELATÓRIO
FINANCEIRO
DO DIRETOR
e
RELATÓRIO
DO AUDITOR
EXTERNO

1º DE JANEIRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

OPAS



Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde
ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS
Américas

**RELATÓRIO
FINANCEIRO
DO DIRETOR
E
RELATÓRIO
DO AUDITOR
EXTERNO**

1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018

Relatório financeiro do diretor e relatório do auditor externo. 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.
(Documento oficial; 357)
ISBN: 978-92-75-72065-3

© Organização Pan-Americana da Saúde 2019

Todos os direitos reservados. As publicações da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) estão disponíveis em seu website em (www.paho.org). As solicitações de autorização para reproduzir ou traduzir, integralmente ou em parte, alguma de suas publicações, deverão se dirigir ao Programa de Publicações através de seu website (www.paho.org/permissions).

Citação sugerida. Organização Pan-Americana da Saúde. *Relatório financeiro do diretor e relatório do auditor externo. 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018*. Washington, D.C.: OPAS; 2019.

Dados da catalogação na fonte (CIP). Os dados da CIP estão disponíveis em <http://iris.paho.org>

As publicações da Organização Pan-Americana da Saúde contam com a proteção de direitos autorais segundo os dispositivos do Protocolo 2 da Convenção Universal de Direitos Autorais.

As designações empregadas e a apresentação do material na presente publicação não implicam a expressão de uma opinião por parte da Organização Pan-Americana da Saúde no que se refere à situação de um país, território, cidade ou área ou de suas autoridades ou no que se refere à delimitação de seus limites ou fronteiras.

A menção de companhias específicas ou dos produtos de determinados fabricantes não significa que sejam apoiados ou recomendados pela Organização Pan-Americana da Saúde em detrimento de outros de natureza semelhante que não tenham sido mencionados. Salvo erros e omissões, o nome dos produtos patenteados é distinguido pela inicial maiúscula.

Todas as precauções razoáveis foram tomadas pela Organização Pan-Americana da Saúde para confirmar as informações contidas na presente publicação. No entanto, o material publicado é distribuído sem garantias de qualquer tipo, sejam elas explícitas ou implícitas. A responsabilidade pela interpretação e uso do material cabe ao leitor. Em nenhuma hipótese a Organização Pan-Americana da Saúde deverá ser responsabilizada por danos resultantes do uso do referido material.

SUMÁRIO

COMENTÁRIOS DA DIRETORA

1

RELATÓRIO FINANCEIRO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

Certificação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 dezembro de 2018	8
Declaração sobre Controle Interno	9
Parecer do Auditor Externo	15

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração da situação financeira	17
Demonstração do desempenho financeiro	18
Demonstração das mutações do ativo líquido	19
Demonstração dos fluxos de caixa	20
Comparação dos montantes orçados e efetivos	21
Notas às demonstrações financeiras	22

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

61

ANEXO NÃO AUDITADO

Informações Segmentadas sobre a Demonstração do Desempenho Financeiro	1
Contribuições Fixas	6
Mecanismos de Compras	7
Contribuições Voluntárias	12
Escritório Regional para as Américas (AMRO), Organização Mundial da Saúde	34
Outros Centros	35

O Anexo não Auditado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 pode ser consultado no portal dos Órgãos Diretores, no endereço:

<https://www.paho.org/od357/FR-anexo-nao-auditado>

COMENTÁRIOS DA DIRETORA



Em conformidade com o parágrafo 14.9 do Regulamento Financeiro da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), tenho a honra de apresentar o Relatório Financeiro da Organização Pan-Americana da Saúde referente ao período de apresentação de informações financeiras de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

As demonstrações financeiras e as notas às demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS) e o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras da OPAS.

Embora a OPAS tenha adotado um exercício de apresentação de informações financeiras anual conforme o estipulado no parágrafo 2.2 do Regulamento Financeiro, o período orçamentário continuar a ser um biênio (parágrafo 2.1 do Regulamento Financeiro). Portanto, para fins de comparação entre os montantes efetivos e os montantes orçados nos Comentários da Diretora, os montantes do orçamento anual representam a metade do Programa e Orçamento bienal como uma aproximação dos montantes orçamentários anuais.

1. Principais conquistas técnicas de 2018

Em 2018, a OPAS exerceu suas funções como instituição líder, promotora do consenso e catalisadora de mudanças para melhorar a saúde dos povos das Américas em colaboração com os Estados Membros e parceiros. A Organização continuou a prestar cooperação técnica direta, mobilizar recursos, fortalecer parcerias e redes, formar capacidades, gerar e apresentar evidências, e defender as ações necessárias para continuar a obter avanços em torno das prioridades do Plano Estratégico da OPAS 2014-2019 e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Destaques dos avanços e conquistas obtidos na cooperação técnica durante 2018:

1. Uma comissão de alto nível foi convocada pela Diretora da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em 2018 para examinar as necessidades futuras dos sistemas de saúde à medida que se transformam rumo ao acesso universal à saúde e à cobertura universal de saúde, com um olhar específico para a atenção primária à saúde e a participação social na saúde nas Américas. A comissão é presidida pela ex-presidente do Chile, Dra. Michelle Bachelet, e pelo Secretário-Geral Adjunto da OEA, Nestor Mendez. A Comissão participou ativamente do processo da Declaração de Astana e fez um trabalho de sensibilização de alto nível em apoio aos princípios e valores centrais relativos à atenção primária à saúde entre os países, a OMS e os participantes da Conferência.
2. Um amplo esforço de envolvimento dos países e consultas foi envidado no período anterior ao 40º aniversário da Declaração de Alma-Ata e à Conferência Mundial sobre Atenção Primária à Saúde: Rumo à Saúde para Todos, em Astana, Cazaquistão, em outubro de 2018. A Repartição fez múltiplas sessões de orientação aos Estados Membros sobre a conferência, coordenou uma consulta formal aos países sobre a declaração e organizou vários

- grupos de discussão na Conferência.
3. Os países receberam apoio para abordar a questão da saúde e migração, assim como os desafios que essa questão impõe aos sistemas de saúde em estreita coordenação com as representações nos países que fazem parte do quadro de apoio que está sendo implementado no nível nacional. Além disso, foi prestado apoio às reuniões da Iniciativa Conjunta de Saúde e Migração (INCOSAMI), da Rede Mesoamérica e do Mecanismo de Coordenação Regional. A Repartição está elaborando atualmente um plano de ação para abordar essa importante questão com os Estados Membros.
 4. O Paraguai obteve a certificação de país livre da malária durante a Reunião Global de Países 2020, realizada na Costa Rica em junho, e foi destacado como um exemplo a ser seguido por outros países. Já Honduras e Nicarágua receberam a certificação pela interrupção da doença de Chagas pelo principal vetor (*R. prolixus*) e pela eliminação desse mesmo vetor como um problema de saúde pública.
 5. No campo da legislação, o Uruguai aprovou um decreto presidencial sobre os rótulos na parte da frente da embalagem de alimentos e bebidas com elevado teor de nutrientes essenciais, e o Peru aprovou regulamentação para a entrada em vigor de sua lei sobre a alimentação saudável.
 6. Respostas oportunas e apropriadas foram organizadas para todas as emergências com possíveis impactos sobre a saúde em 14 países e territórios. Isso abrange a resposta à crise sociopolítica na Venezuela e os respectivos efeitos para a saúde, como surtos de sarampo, difteria e malária, e à consequente crise migratória e seus efeitos para a saúde na Colômbia, Brasil, Guiana, Equador, Peru, Suriname e Trinidad e Tobago.
 7. A OPAS colaborou com 21 países para rever e atualizar suas estratégias de saúde do adolescente (incluindo os planos para a prevenção da gravidez), estabelecer normas para serviços de saúde para o adolescente e desenvolver capacidades para implementar a Ação Global Acelerada para a Saúde de Adolescentes (AA-HA!) por meio de apoio técnico aos países e workshops sub-regionais e nacionais, como os organizados em Barbados, Brasil, Guiana, Haiti, São Vicente e Granadinas e Suriname.
 8. Durante esse período, a implementação da iniciativa emblemática “Zero Mortes Maternas por Hemorragia” foi acelerada, com o objetivo de reduzir a diferença em termos de equidade na mortalidade materna nas Américas, com ênfase em dez países prioritários com alta mortalidade materna. Quatro dos países participantes (Bolívia, Guatemala, Peru e República Dominicana) informaram que, desde a implementação dessa iniciativa, não tinha havido mortes maternas por sangramento nas áreas de intervenção. Além disso, o Brasil, país de alto impacto devido ao tamanho da sua população, havia registrado uma queda da mortalidade materna no estado do Maranhão, relacionada à implementação dessa estratégia.
 9. A OPAS deu continuidade a seu apoio técnico aos países no processo de adoção e/ou ratificação da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos. Aproximadamente 470 cidades e comunidades em doze países das Américas fazem parte da iniciativa “Cidades e Comunidades Amigas do Idoso”, que integra esforços multissetoriais no nível local para aumentar a saúde e o bem-estar dos idosos.

2. Receita total

Principais componentes da receita da OPAS		(milhões de dólares)
	2018	2017
Programa e Orçamento	266,8	282,1
Fundos de compras	678,3	684,8
Contribuições voluntárias nacionais	439,4	532,4
Outros fundos especiais ¹	8,5	9,5
TOTAL	1 393,0	1 508,8

¹ Entre os Outros fundos especiais, figuram o Fundo de Equalização de Impostos (US\$ 6,1 milhões) e o PALTEX (US\$ 2,5 milhões).

Programa e Orçamento	(milhões de dólares)	
	2018	2017
Contribuições fixas ¹	97,1	96,4
Contribuições voluntárias da OPAS	52,1	50,4
Contribuições voluntárias da OMS	21,2	22,6
Outros fundos da OMS ²	48,1	53,2
Gastos de apoio a programas	34,5	41,9
Receitas diversas ⁴	9,5	14,5
Outros ³	4,3	3,1
Receita total	266,8	282,1

¹ Exclui o Fundo de Equalização de Impostos, no valor de US\$ 6,1 milhões.

² Em 2018, a rubrica Outros fundos da OMS abrange as Contribuições fixas da OMS (US\$ 42,5 milhões) e a Conta especial da OMS para gastos com a prestação de serviços (US\$ 5,6 milhões).

³ Em 2018, a rubrica Outros fundos abrange as vendas do PANAFTOSA (US\$ 1,4 milhão), o Fundo Mestre de Investimentos de Capital (US\$ 1,2 milhão) e o PROMESS (US\$ 1,7 milhão).

⁴ Inclui perdas não realizadas de US\$ 0,9 milhão em 2018 e US\$ 1,0 milhão em 2017.

3. Contribuições fixas da OPAS e receitas diversas orçadas

As contribuições fixas da OPAS somaram US\$ 97,1 milhões, após a transferência de US\$ 6,1 milhões para o Fundo de Equalização de Impostos referente ao exercício 2018. A receita das contribuições fixas foi registrada na sua totalidade no dia 1º de janeiro de 2018, data em que se tornaram líquidas e exigíveis. Em 2018, a arrecadação das contribuições fixas do ano corrente e de anos anteriores totalizou US\$ 62,9 milhões e US\$ 42,0 milhões, respectivamente. Em 2018, a taxa de arrecadação das contribuições fixas do ano corrente foi 61%, frente a 57% em 2017. Em 2018, a OPAS recebeu pagamentos de contribuições fixas referentes ao ano corrente e a anos anteriores de 36 Estados Membros. Das contribuições fixas referentes a 2018, 24 Estados Membros pagaram integralmente, seis fizeram pagamentos parciais e 12 não efetuaram nenhum pagamento.

O total das contribuições fixas em aberto, inclusive os montantes devidos de exercícios financeiros anteriores, caiu de US\$ 44,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para US\$ 42,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. A cada ano, os delegados que comparecem ao Conselho Diretor ou à Conferência Sanitária Pan-Americana examinam minuciosamente as circunstâncias financeiras desses Estados Membros em atraso com as suas contribuições fixas e sujeitos à aplicação do Artigo 6.B da Constituição da OPAS. Até 31 de dezembro de 2018, um Membro Associado estava sujeito ao Artigo 6.B.

As receitas diversas abrangem parcela das receitas de investimento procedentes dos fundos administrados pela Organização, receitas associadas com carteiras de investimento, o resultado líquido da variação do câmbio e o montante poupado em obrigações de períodos anteriores e outras receitas variadas. O total das receitas diversas para o Programa e Orçamento da OPAS referente a 2018 foi de US\$ 9,5 milhões, decomposto em US\$ 18,4 milhões em receitas de investimentos, US\$ 0,4 milhão em taxas de administração de investimentos, US\$ 8,9 milhões em perda cambial e US\$ 0,4 milhão em outras receitas diversas.

4. Excedentes bienais

Ao fim de cada período orçamentário, a OPAS define seu excedente de receita e seu excedente orçamentário de acordo com o Regulamento Financeiro. O excedente de receita é o excesso de receita em relação às receitas diversas orçadas.

Contribuições fixas da OPAS e receitas diversas: destaques financeiros (milhões de dólares)	Efetivo 2018	Orçado ² 2018
Receita:		
Contribuições fixas em 2018	103,2	103,2
Menos: Equalização de impostos	(6,1)	(6,1)
Outras receitas	-	-
Receitas diversas ¹	10,4	10,0
Receita total	107,6	107,2
Gastos:		
Gastos operacionais em 2018 ¹	(106,1)	(107,2)
Excedente/(déficit) financeiro líquido das operações em 2018	1,5	-

¹ Estão excluídas as rubricas não orçamentárias, principalmente a depreciação e os ganhos e perdas não realizados.

² Para fins de comparação entre os montantes efetivos e os montantes orçados nesta narrativa, os montantes do orçamento representam a metade do Programa e Orçamento bienal para se aproximar dos montantes orçamentários anuais.

5. Fundo de Capital de Giro

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do Fundo de Capital de Giro da Organização era de US\$ 21,7 milhões. O nível máximo autorizado do Fundo de Capital de Giro é US\$ 25,0 milhões.

6. Contribuições fixas da OMS e outros fundos da OMS

A Organização Pan-Americana da Saúde executou US\$ 63,7 milhões da alocação de recursos da Organização Mundial da Saúde (OMS) para apoiar os programas de saúde internacionais estabelecidos pela Assembleia Mundial da Saúde para a Região das Américas. Além disso, a Organização recebeu e executou US\$ 5,6 milhões de outras fontes de recursos da OMS. Portanto, a Organização executou um total de US\$ 69,3 milhões de fundos procedentes da OMS em 2018. Em comparação, em 2017 a Organização executou US\$ 63,7 milhões em recursos alocados pela OMS e US\$ 12,1 milhões de outras fontes de recursos, perfazendo um total de US\$ 75,8 milhões.

7. Contribuições voluntárias da OPAS

As contribuições voluntárias da OPAS abrangem: 1) o fundo de contribuições voluntárias e 2) o fundo de contribuições voluntárias destinadas à prontidão para emergências e assistência em caso de desastres.

Em 2018, a receita total (executada) da OPAS em contribuições voluntárias (deduzidos os gastos de apoio a programas) somou US\$ 52,1 milhões, em comparação com US\$ 50,4 milhões em 2017. As receitas diferidas (não executadas) totalizaram US\$ 80,9 milhões em 2018, frente a US\$ 83,9 milhões em 2017, o que representa uma diminuição de US\$ 3,0 milhões.

Em 2018, os maiores doadores das contribuições voluntárias executadas foram: os Estados Unidos da América (US\$ 19,3 milhões), o Reino Unido (US\$ 6,3 milhões) o Canadá (US\$ 5,4 milhões), a Aliança GAVI (US\$ 4,7 milhões) e o Brasil (US\$ 3,8 milhões). Os maiores doadores para a prontidão para emergências e assistência em caso de desastres foram o Reino Unido (US\$ 2,0 milhões) e a Comissão Europeia (US\$ 1,9 milhão).

8. Contribuições voluntárias nacionais

As contribuições voluntárias nacionais são recursos financeiros proporcionados por governos exclusivamente para projetos que beneficiam seus países. Em 2018, a OPAS executou US\$ 439,4 milhões (frente a US\$ 532,4 milhões em 2017) em contribuições dessa espécie. O declínio da arrecadação das contribuições voluntárias nacionais em 2018 se deve, principalmente, à queda média de 13% do real brasileiro em relação ao dólar dos Estados Unidos.

Receita: contribuições voluntárias nacionais			(milhões de dólares)
	2018	2017	2016
Programa Mais Médicos	364,0	466,1	442,8
Outros programas no Brasil	63,5	59,8	51,4
Outras contribuições voluntárias nacionais	11,9	6,5	17,7
TOTAL das contribuições voluntárias nacionais	439,4	532,4	511,9

9. Compras em nome dos Estados Membros

Em 2018, a atividade financeira total realizada pelos serviços de compras em nome dos Estados Membros caiu para US\$ 678,3 milhões, frente a US\$ 684,8 milhões em 2017. Por meio de amplos processos de licitação internacional, a OPAS consegue comprar, a preços acessíveis, vacinas, provisões e equipamentos de saúde pública em nome dos Estados Membros e instituições internacionais.

Receita: Atividades de compras em nome dos Estados Membros			(milhões de dólares)
	2018	2017	2016
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	605,3	612,0	582,3
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	68,3	69,0	92,2
Compras reembolsáveis	4,7	3,8	4,0
TOTAL	678,3	684,8	678,5

O [Fundo Rotativo para Compra de Vacinas](#) foi criado como um mecanismo de compras para garantir a qualidade e a mobilização oportuna de vacinas a preços mais baixos, no âmbito do programa regional de vacinação. A receita caiu de US\$ 612,0 milhões em 2017 para US\$ 605,3 milhões em 2018.

Isso se deveu principalmente a várias encomendas feitas no fim do ano que deverão ser faturadas em 2019. É importante ressaltar que houve um aumento da demanda de alguns países, como a Argentina (vacinas tríplice e contra a varicela), e compras antecipadas para entrega no primeiro trimestre de 2019 para países como Colômbia, Honduras e Peru. Em 2018, 40 países e territórios participaram do Fundo. Os Estados Membros com o maior volume de compras foram Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. O Fundo Rotativo mantém seus esforços para ajudar os países a melhorar o planejamento da demanda, aumentar a eficiência operacional e promover a disponibilidade de vacinas sob condições mundiais restritas, como as vacinas contra a febre amarela e contra a pólio com vírus inativado (VVI).

O [Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública](#) foi criado em 1999 para melhorar o acesso a provisões estratégicas de saúde pública, facilitar as compras a preços mais acessíveis e mais estáveis, e melhorar a capacidade de planejamento nos níveis nacional e regional com respeito a esses produtos. Em dezembro de 2018, 33 países da América Latina e Caribe firmaram acordos de participação com o Fundo Estratégico da OPAS.

Historicamente, o Fundo Estratégico tem se concentrado em ajudar os Estados Membros a ampliar o acesso a produtos de saúde pública para prevenir e tratar doenças transmissíveis (HIV/AIDS, malária, tuberculose, doenças tropicais negligenciadas e hepatites). Além disso, o Fundo também ampliou a disponibilidade ao passar a abranger a lista de produtos de diagnóstico in vitro atualmente pré-qualificados pela OMS. A Secretaria tem como alvo o acesso a medicamentos essenciais de qualidade contra as doenças não transmissíveis (DNTs) como uma prioridade para o Fundo Estratégico e seus países participantes, sobretudo a hipertensão, o diabetes, o câncer e a doença renal. Os países estão aumentando progressivamente o uso do Fundo Estratégico para acessar esses produtos. O valor total dos produtos adquiridos pelos Estados Membros em 2018 foi de US\$ 68,3 milhões, uma ligeira diminuição em relação a 2017. O número de países que usam ativamente o Fundo Estratégico, o número de transações e o volume de produtos comprados por meio do Fundo Estratégico continuam a aumentar.

O uso médio pelos Estados Membros das linhas de crédito dos fundos rotativos caiu US\$ 3,9 milhões em 2018 frente a 2017, diminuindo de US\$ 50,6 milhões para US\$ 46,0 milhões no caso do Fundo Rotativo para Compra de Vacinas e aumentando de US\$ 2,2 milhões para US\$ 2,9 milhões no caso do Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública.

O financiamento para materiais médicos, equipamento médico e bibliografia adquiridos por meio do [Processo de Compras Reembolsáveis em nome do Fundo dos Estados Membros](#) foi de US\$ 4,7 milhões. Em 2018, 11 Estados Membros fizeram uso desse fundo.

10. Gastos por categoria

Os gastos totais da OPAS, que refletem os desembolsos e obrigações acumuladas, diminuiram de US\$ 1 510,9 milhões em 2017 para US\$ 1 368,8 milhões em 2018.

As principais categorias de gasto da OPAS são apresentadas abaixo em milhões de dólares dos Estados Unidos:

Categorias de gastos da OPAS (excluídas as eliminações)	(milhões de dólares)	
	2018	2017
Pessoal e outros gastos de pessoal ¹	123,4	147,9
Provisões, produtos primários, materiais ²	692,7	697,2
Depreciação e amortização	1,4	0,9
Serviços contratuais	112,5	137,8
Viagens ³	49,1	54,2
Transferências e subvenções a contrapartes ⁴	365,8	455,0
Gastos operacionais gerais e outros gastos diretos	23,9	17,9
Total de gastos da OPAS	1 368,8	1 510,9

¹ Abrange a redução das obrigações no âmbito do fundo do seguro-saúde pós-serviço.

² A categoria Provisões, produtos primários, materiais representa principalmente as compras de vacinas, medicamentos estratégicos para a saúde pública, seringas e suprimentos médicos para os Estados Membros por meio dos fundos de compras.

³ Abrange atividades de cooperação técnica, transporte e diárias.

⁴ A categoria Transferências e subvenções a contrapartes é composta, sobretudo, por gastos vinculados às contribuições voluntárias nacionais.

11. Liquidez e investimentos

O Comitê de Investimentos da OPAS estabelece e executa políticas de investimentos adequadas, que refletem as melhores práticas e uma gestão financeira prudente. O Comitê de Investimentos examina periodicamente o rendimento da carteira de investimentos, tendo em mente o objetivo principal de preservar o valor capitalizado dos recursos e manter a liquidez adequada, ao mesmo tempo em que maximiza o rendimento da carteira.

A receita de investimentos totalizou US\$ 18,5 milhões em 2018 e US\$ 19,3 milhões em 2017. Em 31 de dezembro de 2018, o total de caixa e investimentos da Organização era de US\$ 872,9 milhões, um aumento de US\$ 63,0 milhões em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2017.

12. Políticas contábeis e base de preparação

As demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde foram preparadas pelo regime de competência de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), usando os critérios de avaliação a valor justo. Nos casos em que não havia uma IPSAS para abordar uma questão específica, foram aplicadas as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS). Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de que a Organização continuará em atividade e cumprirá seu mandato no futuro próximo.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de que a Organização continuará em atividade e cumprirá seu mandato no futuro próximo. Os Órgãos Diretores da Organização não manifestaram por nenhum meio qualquer intenção de extinguir a Organização nem de encerrar suas operações. Além disso, no momento da preparação destas demonstrações financeiras a Direção Executiva da Organização não estava a par de nenhuma incerteza relevante relacionada a eventos ou condições que pudessem suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Organização de continuar em atividade.

A publicação das demonstrações financeiras da Organização foi autorizada pela Diretora da Organização, no exercício da autoridade nele investida pela Conferência Sanitária Pan-Americana, conforme o disposto na resolução CSP29.R7 de setembro de 2012. A data de aprovação da publicação é a data do Relatório do Auditor Externo. Nenhuma outra autoridade tem o poder de alterar as demonstrações financeiras após sua publicação.

Assinado

Carissa F. Etienne

Diretora

Organização Pan-Americana da Saúde

Certificação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em conformidade com as disposições do artigo XIII do Regulamento Financeiro, seguem anexas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. As demonstrações financeiras, as políticas contábeis e as notas às demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS). As demonstrações financeiras e as notas foram auditadas pelo Auditor Externo da Organização, o Escritório Nacional de Auditoria do Reino Unido, cuja opinião está incluída neste relatório.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, junto com as respectivas notas explicativas, foram examinadas e aprovadas.

Assinado

Xavier Puente Chaudé
Diretor
Gestão de Recursos Financeiros

Assinado

Carissa F. Etienne
Diretora
Organização Pan-Americana da Saúde

5 de abril de 2019

DECLARAÇÃO DE 2018 DA OPAS SOBRE CONTROLE INTERNO

Alcance da responsabilidade

Na qualidade de Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA), tenho a responsabilidade de manter um sistema adequado de controle interno que respalde o cumprimento do mandato da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a consecução de seus objetivos, ao mesmo tempo em que se garantem os fundos e ativos administrados pela RSPA, pelos quais devo prestar contas, em conformidade com as responsabilidades atribuídas pela Constituição da OPAS, os Órgãos Diretores e o Regulamento Financeiro da Organização.

No contexto do Artigo 12.1 do Regulamento Financeiro, que estipula que: *“O Diretor estabelecerá e manterá uma estrutura eficaz de controle interno com políticas e procedimentos operacionais com base nas melhores práticas do setor a fim de: a) assegurar uma administração financeira eficaz e eficiente; b) salvaguardar os ativos; c) alcançar os objetivos e metas estratégicos em linha com a missão da Organização; e d) manter uma função de supervisão interna que preste contas ao Diretor”*, um procedimento operacional padronizado (POP) específico foi estabelecido em 2017 com respeito ao cumprimento dos controles internos. Em 2018, foi criada a Equipe de Conformidade foi estabelecida no nível institucional para monitorar o cumprimento das políticas e procedimentos administrativos.

O objetivo desse POP é fortalecer o sistema de controle interno da Organização. O POP delinea as funções e responsabilidades em todos os níveis e áreas funcionais da Organização, sobretudo nas áreas de conformidade e gestão de riscos. Além disso, concedi a delegação de autoridade e a prestação de contas aos membros da Direção Executiva, aos Chefes das representações nos países e a outros funcionários pertinentes.

Objetivo do controle interno

O POP define o controle interno como *“um processo concebido para fornecer uma garantia razoável à direção quanto à consecução dos objetivos relacionados às operações, prestação de contas e conformidade”*. Nossas diretrizes atuais se baseiam baseadas no modelo do COSO,¹ que considera cinco elementos durante cada um dos estágios do processo de controle interno. Esses elementos são:

- **Ambiente de controle** – O ambiente de controle é a base de todo o sistema de controle interno. Proporciona a disciplina e estrutura, bem como o clima que influencia a qualidade geral do controle interno.
- **Avaliação de riscos** – O processo de avaliação de riscos identifica e analisa os riscos pertinentes que podem ter um impacto negativo sobre a consecução dos objetivos institucionais. A principal estratégia para mitigar os riscos passa pelas atividades de controle interno.
- **Atividades de controle** – Compreendem ações estabelecidas, por meio de políticas e procedimentos, para mitigar riscos. As atividades de controle são executadas em todos os níveis da Organização, em várias etapas do processo operacional e em todo o ambiente de tecnologia.
- **Informação e comunicação** – Esses elementos envolvem a identificação, coleta ou geração e uso de dados pertinentes e de qualidade para monitorar a conformidade do controle interno, bem como quaisquer tendências ou violações importantes, e para compartilhar essas descobertas com as partes interessadas internas pertinentes, usando estratégias e mecanismos adequados aos públicos.
- **Monitoramento e conformidade** – Esses processos sistemáticos de prestação de contas observam e verificam o progresso e a qualidade do processo durante um determinado período e asseguram que o controle interno permaneça alinhado com eventuais mudanças nos objetivos, ambiente, recursos e riscos.

Além disso, a implementação do controle interno é projetada usando o “modelo de linhas de defesa”,² resumido da seguinte forma:

¹ Com base na definição fornecida pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO), *Internal Control – Integrated Framework*, maio de 2013.

² O Modelo das Três Linhas de Defesa ganhou destaque há uma década como o modelo preferido para gerenciar o risco operacional. Mais detalhes podem ser consultados em <http://www.inconsult.com.au/understanding-the-three-lines-of-defence/>.

- A primeira linha de defesa é proporcionada pelo pessoal da linha de frente e pela gestão operacional.
- A segunda linha de defesa é proporcionada pelas funções de gestão de riscos e conformidade.
- A terceira linha de defesa é proporcionada pela função de auditoria interna.

Durante 2018, a RSPA validou a compatibilidade do procedimento operacional padrão de controle interno com a estrutura de controle interno do modelo COSO. A Repartição observou que muitos mecanismos de prestação de contas e monitoramento já existem e que outras melhorias planejadas estão sendo desenvolvidas. Com o amadurecimento crescente do PMIS, a RSPA se concentrará na melhoria da análise e monitoramento.

O ambiente operacional da OPAS

Sob a liderança de seus 42 Estados Membros, a OPAS define prioridades regionais de saúde e mobiliza ações para abordar as questões de saúde que afetam os países da Região das Américas e que — em muitos casos — prejudicam a sustentabilidade dos sistemas de saúde nacionais. A Organização opera por meio de sua sede em Washington, D.C., 27 representações nos países e três centros especializados na região. Os instrumentos de política estratégica que proporcionam direcionamento e visão política para o desenvolvimento sustentável e equitativo da saúde na Região são a Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030 (ASSA2030) e o Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde 2014-2019, que é operacionalizado por meio do Programa e Orçamento bienal.

Enquanto continua a aperfeiçoar os sistemas gerenciais e administrativos para obter mais transparência, eficiência e eficácia, a OPAS está estreitamente alinhada com a reforma em curso na OMS e com seu planejamento estratégico, uma vez que a Organização também atua como Escritório Regional da OMS para as Américas. Contudo, a condição da OPAS de organismo internacional independente é amplamente reconhecida e respeitada e, portanto, a Diretora presta contas diretamente a seus Estados Membros nas Américas.

O ano de 2018 revelou um quadro socioeconômico diverso na Região das Américas. A maioria dos países registrou um crescimento econômico gradual e deu ênfase crescente à equidade e à solidariedade no contexto de um setor social em evolução. Não obstante, o financiamento sustentável para a saúde continua a ser um desafio em quase todos os países, em um cenário de grandes desafios em curso no campo de saúde pública, nos níveis nacional e internacional, e um ambiente de restrição de recursos, com crescimento econômico lento ou negativo em alguns países.³ Essas situações se caracterizam por riscos inerentes, com um impacto em potencial sobre a segurança do pessoal e a capacidade da Organização de manter padrões aceitáveis de controle interno.

De modo geral, as operações da OPAS são monitoradas de perto para fins programáticos e financeiros. Os Departamentos de Gestão de Recursos Financeiros (FRM), Planejamento e Orçamento (PBU) e Relações Externas, Parcerias e Mobilização de Recursos (ERP) apresentam relatórios mensais à Direção Executiva, cobrindo a situação financeira atual da Organização, a probabilidade de que se cumpram os planos financeiros e orçamentários e os respectivos riscos. O Departamento de Tecnologia da Informação (ITS) também apresenta um relatório trimestral à Direção Executiva sobre a situação do PMIS e os respectivos riscos. Estes relatórios são analisados com todo detalhe para que os membros da Direção Executiva contem com a informação adequada e integral necessária no processo de tomada de decisões. Finalmente, semestralmente realiza-se um processo de avaliação do desempenho institucional no qual participam a Direção Executiva, os gerentes das entidades e o pessoal técnico para avaliar o progresso na implementação do programa de trabalho e do Plano Estratégico.

Existem atividades de supervisão programadas e são tomadas decisões estratégicas sempre que se torna necessário adaptar as operações da Organização para melhor gerenciar e mitigar a exposição a riscos. O Auditor Geral também apresenta à Diretora um parecer geral acerca do controle interno da OPAS. Com referência ao período de apresentação de informações financeiras de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, o Auditor Geral concluiu que não havia deficiências significativas nos controles internos que comprometeriam seriamente a consecução dos objetivos estratégicos e operacionais da OPAS. O ambiente de controle interno em 2018 fornece uma garantia razoável quanto à precisão e pontualidade do registro das transações, ativos e passivos e à salvaguarda dos ativos.

³ Programa e Orçamento da OPAS 2018-2019. Documento Oficial 354, setembro de 2017.

Os riscos no nível dos centros de custos são capturados em um registro de riscos formal, que está sujeito a um exame regular pelo Consultor Regional em Gestão de Risco, pelo Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade e pela Equipe da Direção Executiva.

A estrutura de controle interno e gestão de riscos

O Programa de Gestão de Riscos Institucionais (ERM) na RSPA continuou a amadurecer e demonstrar sua utilidade.⁴ A política de gestão de riscos da RSPA prevê a identificação e a mitigação de riscos que possam ter um impacto negativo sobre a OPAS ao implementar seus programas.

A política de gestão de riscos institucionais é implementada por meio de ferramentas e diretrizes disponíveis no nível dos centros de custos; do registro de riscos institucionais; das funções de governança do Comitê Permanente, que exerce a supervisão do ERM e da Conformidade; da integração do risco como parte dos processos de planejamento e operações institucionais; e da elaboração e uso de materiais de capacitação para formar a capacidade dos funcionários.

O programa ERM trabalhou em estreita colaboração com os Departamentos de Planejamento e Orçamento, Relações Externas, Parceria e Mobilização de Recursos, e Administração para integrar a avaliação, análise e mitigação de riscos às operações da OPAS. As iniciativas de ERM e Conformidade também estabeleceram redes especializadas com a designação de pontos focais no nível dos centros de custos para apoiar essas funções.

O Relatório do Comitê de Auditoria apresentado à 162ª Sessão do Comitê Executivo em junho de 2018 observou que houve uma boa evolução e melhoria na estrutura institucional e no exame dos riscos. Ao mesmo tempo, o relatório do Auditor Geral sobre a segunda linha de defesa também fez referência específica aos avanços na gestão de riscos e ofereceu recomendações para fortalecer ainda mais a ligação entre os controles internos e a gestão de riscos.

A Estrutura de Controle Interno operacionalizada por meio dos respectivos POPs, o programa de gestão de risco em operação, os procedimentos de fechamento mensal, o desenvolvimento de painéis de conformidade para monitorar os diversos processos administrativos e a formação constante no uso do PMIS demonstram o cumprimento do compromisso da RSPA com seus Estados Membros de oferecer uma gestão financeira de alta qualidade, alinhada com as normas contábeis internacionais e com o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras da própria OPAS.

Esse mesmo compromisso foi demonstrado por muitos anos no nível programático com a implementação de uma abordagem de gestão baseada em resultados e da estrutura de prestação de contas. A esse respeito, atualizamos continuamente o portal na Internet, apresentando a execução financeira e programática nos níveis nacional, subregional e regional. A RSPA também fornece informações sobre os resultados do monitoramento e avaliação conjuntos dos resultados imediatos do Programa e Orçamento, feitos em colaboração com os Estados Membros, e rotineiramente presta conta aos Órgãos Diretores da OPAS sobre o progresso obtido.

Exame da eficácia

Na qualidade de Diretora da RSPA, tenho a responsabilidade de examinar a eficácia do sistema de controle interno. Para o exame da eficácia do sistema de controle interno, me apoio nas informações fornecidas pelo Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação, pelos gerentes seniores da Organização que têm a responsabilidade de elaborar e manter a estrutura de controle interno, pelo Escritório de Ética, que comanda o Sistema de Gestão de Conflitos Internos, assim como nas observações formuladas pelo Auditor Externo em suas cartas sobre assuntos de gestão e em seus relatórios de auditoria.

Durante todo o exercício, os gerentes dos centros de custos devem fornecer garantias periodicamente de que cumprem as políticas e procedimentos por meio do Programa de Conformidade Administrativa, culminando em uma carta anual de certificação sobre a administração de recursos sob sua responsabilidade.

O Comitê de Auditoria da OPAS, estabelecido mediante a resolução CD49.R2, se reúne duas vezes por ano e atua em uma capacidade de consultor especializado independente para ajudar a mim e aos Estados Membros da OPAS por meio de avaliação independente e aconselhamento sobre a operação das estruturas de controle financeiro e prestação

⁴ Relatório Anual do Diretor, 2018.

de contas da Organização, processos de gestão de riscos, conformidade e adequação dos sistemas de controles internos e externos da Organização.

Problemas significativos de risco observados

Como parte do Programa e Orçamento 2018-2019, realizou-se uma atividade para identificar os riscos com o entendimento de que riscos também oferecem oportunidades para a Organização para lidar com ameaças em potencial. O processo de identificação, avaliação, priorização e mitigação de riscos é uma função institucional e faz parte do processo central de tomada de decisões para a direção da RSPA. Os riscos a seguir foram identificados como riscos institucionais e discutidos com o Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade e a Equipe da Direção Executiva. Os riscos institucionais também fazem parte do processo de registro e monitoramento de riscos para fins de planejamento.

Risco	Descrição do risco	Exemplos de ações em resposta aos riscos planejadas e já em andamento
Disponibilidade e flexibilidade limitada dos recursos financeiros	Essa limitação, passando pela disponibilidade ou acesso a financiamento voluntário, pode afetar a implementação do Plano Estratégico da OPAS e o cumprimento dos mandatos atuais.	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilização no nível nacional aumentar o financiamento destinado à saúde; - Mobilização de contribuições voluntárias nacionais e alinhamento com as prioridades do Plano Estratégico da OPAS; - Geração de eficiências na execução do orçamento; - Monitoramento para assegurar que os acordos de doadores sejam implementados em tempo hábil; - Administração dos saldos bancários em moeda local para minimizar o impacto da variação cambial;
Capacidade limitada para se adaptar às necessidades emergentes de qualificações e competências	Uma força de trabalho em processo de envelhecimento, o desequilíbrio entre as qualificações existentes e necessárias para apoiar os compromissos programáticos; a necessidade de alcançar a diversidade e a representação de gênero, e as limitações de recursos para o planejamento da sucessão e o desenvolvimento do pessoal.	Implementação da Estratégia para Pessoas, passando pelo planejamento bienal de recursos humanos, planejamento da sucessão, desenvolvimento de habilidades de liderança e gestão, sob revisão regular do Conselho de Aprendizagem.
Capacidade limitada para reação e planejamento diante de mudanças nas prioridades de saúde	Se a OPAS falhar na reação ou planejamento diante de mudanças nas prioridades de saúde em nível mundial, regional ou nacional, poderá diminuir o apoio político e financeiro para programas específicos destinados a promover o mandato central da OPAS	<ul style="list-style-type: none"> - Defender a causa da saúde como um pilar do desenvolvimento socioeconômico, de acordo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de Saúde para as Américas, entre outros. - Implementar novas modalidades para a cooperação técnica, como a cooperação Sul-Sul, a Cooperação entre Países para o Desenvolvimento da Saúde (CCHD) e a cooperação triangular, para melhor responder às prioridades dos países e às necessidades em todos os níveis da Organização.

	de reduzir as iniquidades em saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover e adotar enfoques intersetoriais e multissetoriais para abordar condições de saúde que estejam fora da influência do setor da saúde. - Aumentar o trabalho interprogramático e as abordagens comuns, a fim de melhorar o desempenho e alcançar resultados
Risco cibernético	Uma violação da segurança do sistema de informação da OPAS pode afetar a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de informações por um período significativo.	A função de segurança da informação na OPAS está implementando a segurança baseada no comportamento entre o pessoal e a direção, além de uma abordagem proativa que envolve o monitoramento de dispositivos dos usuários finais, redes e servidores a fim de sinalizar ou bloquear atividades suspeitas.
Potencial de fraude e conflitos de interesses	<ul style="list-style-type: none"> - Conflitos de interesses em potencial em projetos envolvendo agentes não estatais; - Danos à credibilidade da OPAS devido à impressão de fraude ou corrupção ou a casos concretos de fraude ou corrupção; - Brechas nas políticas e controles internos. 	<p>Orientação do Escritório de Ética para todo o pessoal sobre o código de ética;</p> <p>Aplicação estrita das políticas relacionadas à colaboração com agentes não estatais, a compras e à proteção de denunciantes;</p> <p>Reforço da capacidade de investigação;</p> <p>Ação rápida em casos de fraude, corrupção ou conduta indevida.</p>
Demora na resposta a emergências de saúde pública	O desequilíbrio no investimento entre atividades de preparação para riscos e atividades de resposta a riscos cria o potencial de atrasos na mobilização de recursos humanos e financeiros para responder aos riscos. Esse risco continua a ser pertinente para os Estados Membros, as operações da OPAS e a segurança do pessoal.	Defender o fortalecimento contínuo do setor da saúde para vigiar, prever e mitigar de forma eficiente as consequências das situações de emergência e desastre. O procedimento operacional padronizado da RSPA está em vigor visando a organização de equipes de apoio em casos de surtos e desastres.
Sistemas de informação em saúde fracos e fragmentados	Sistemas de informação em saúde inconsistentes entre os países e dentro deles afetam a capacidade da Organização para monitorar o progresso e tomar decisões informadas visando o progresso rumo à consecução dos resultados de saúde acordados.	Um volume de recursos considerável foi alocado para melhorar os sistemas de informação para a saúde e fortalecer a geração e análise de dados para melhorar a gestão do sistema de saúde e apoiar a tomada de decisões baseadas em evidências. Ao mesmo tempo, no início do biênio 2018-2019, a RSPA criou o Departamento de Evidências e Inteligência para a Ação na Saúde (EIH) para melhor focar a cooperação técnica da OPAS nessa área.

Declaração

Minha equipe na Direção Executiva e eu fizemos um acompanhamento sistemático de todas as recomendações das auditorias internas e externas, das recomendações do Comitê de Auditoria, das questões éticas informadas e dos riscos institucionais identificados por meio do processo de gestão de riscos.

Estou confiante de que o sistema de controle interno da Organização foi eficaz durante o período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 e assim continuava na data em que assinei esta declaração.

Assinado

Carissa F. Etienne

Diretora

Organização Pan-Americana da Saúde

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE À CONFERÊNCIA SANITÁRIA PAN-AMERICANA

Parecer sobre as demonstrações financeiras

Auditei as demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que abrangem a demonstração da situação financeira, a demonstração do desempenho financeiro, a demonstração das mutações do ativo líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a comparação dos montantes orçados e efetivos do orçamento referentes ao exercício então encerrado e as respectivas notas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras apresentam de maneira correta, em todos os aspectos materiais, a situação financeira da Organização Pan-Americana da Saúde em 31 de dezembro de 2018, e seu desempenho financeiro e fluxo de caixa para esse período de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público.

Parecer sobre a regularidade

Em minha opinião, em todos os aspectos materiais, a receitas e a foram aplicadas para os fins visados pela Conferência Sanitária Pan-Americana e as transações financeiras estão em conformidade com o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras da Organização.

Base do parecer

Realizei a auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas em mais detalhe na seção do nosso relatório intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Essas normas exigem que eu e minha equipe cumpramos a Norma Ética Revisada de 2016 do Financial Reporting Council. Sou independente da Organização Pan-Americana da Saúde de acordo com os requisitos éticos relevantes para minha auditoria das demonstrações financeiras no Reino Unido. Minha equipe e eu cumprimos nossas responsabilidades éticas de acordo com esses requisitos. Acredito que as evidências de auditoria que obtive são suficientes e apropriadas para servir de base ao meu parecer.

Responsabilidades da Direção e dos encarregados da governança com respeito às demonstrações financeiras

A Diretora é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público e pelo controle interno que a Direção determine necessário para habilitar a elaboração de demonstrações financeiras isentas de incorreções materiais, sejam elas decorrentes de fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Direção é responsável por avaliar a capacidade da Organização para continuar em atividade, divulgando, conforme o caso, assuntos relacionados à continuidade das operações e ao uso da base contábil da continuação em atividade, a menos que a Direção pretenda liquidar a Organização ou encerrar as operações, ou não tenha nenhuma outra opção realista a não ser fazê-lo.

Os encarregados da governança são responsáveis por supervisionar o processo de apresentação de informações financeiras da Organização.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Minhas responsabilidades são obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de incorreções materiais, seja elas decorrentes de fraude ou erro, e emitir um relatório que contenha meu parecer. Garantia razoável é um alto nível de garantia, mas não é garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as ISA sempre detectará uma incorreção material quando ela existir. As incorreções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou de forma agregada, podem influenciar as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras.

De acordo com as ISA, exerci julgamento profissional e mantive ceticismo profissional durante a auditoria. Além disso:

- Identifico e avalio os riscos de incorreção nas demonstrações financeiras consolidadas, seja decorrente de fraude ou erro, preparo e executo procedimentos de auditoria adequados a esses riscos e obtenho evidências suficientes e apropriadas para servir de base ao parecer. O risco de não detectar incorreções materiais resultantes de fraude

é maior do que as resultantes de erro, já que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, descrição enganosa ou falha do controle interno.

- Obtenho um entendimento do controle interno relevante para a auditoria a fim de elaborar procedimentos apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar um parecer sobre a eficácia do controle interno da Organização.
- Avalio a adequação das políticas contábeis usadas e a razoabilidade das estimativas e informações fornecidas pela Direção.
- Concluo sobre a adequação do uso pela administração da base contábil e, com base nas evidências obtidas, se existe incerteza material acerca de eventos ou condições que podem lançar dúvida sobre a capacidade da Organização de continuar suas atividades. Se concluo que existe incerteza material, devo chamar atenção em nosso relatório para as informações apresentadas nas demonstrações financeiras ou, se as informações forem inadequadas, modificar meu parecer. Minhas conclusões se baseiam nas evidências obtidas até a data do relatório do auditor. Contudo, futuros eventos ou condições podem fazer com que a Organização deixe de operar.
- Avalio a apresentação geral, estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive a informação apresentada, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos de maneira justa.

Mantenho comunicação com os encarregados da governança, entre outros assuntos, sobre o alcance e oportunidade da auditoria e principais conclusões da auditoria, inclusive qualquer deficiência significativa no controle interno que eu identifique durante a auditoria.

Outras informações

A Direção é responsável pelas outras informações. As outras informações compreendem os comentários da Diretora e a declaração sobre controle interno. Meu parecer sobre as demonstrações financeiras não abrange as outras informações e não manifesto qualquer forma de conclusão de garantia sobre elas. Em conexão com minha auditoria das demonstrações financeiras, minha responsabilidade é ler as outras informações e, ao fazê-lo, considerar se as outras informações são materialmente incompatíveis com as demonstrações financeiras ou se o conhecimento que obtive na auditoria ou de outra forma contém incorreções materiais. Se, com base no trabalho que realizei, eu concluir que há uma incorreção material nessas outras informações, sou obrigado a relatar esse fato. Não tenho nada a relatar a esse respeito.

Também emiti um relatório de auditoria detalhado sobre os resultados da auditoria.

Sir Amyas C E Morse
Controlador e Auditor Geral
Escritório Nacional de Auditoria
157-197 Buckingham Palace Road
Victoria
Londres. SW1W 9SP
Reino Unido
15 de abril de 2019

Demonstrações financeiras

Organização Pan-Americana da Saúde Demonstração da situação financeira

Em 31 de dezembro de 2018
(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

Descrição	Referência	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 3	193 712	65 740
Investimentos de curto prazo	Nota 4.1	288 320	359 795
Contas a receber	Nota 6	201 688	352 316
Estoques	Nota 7	7 824	8 010
Total do ativo circulante		691 544	785 861
Ativo não circulante			
Investimentos de longo prazo	Nota 4.2	379 245	372 974
Contas a receber	Nota 6	79 608	140 111
Ativo imobilizado	Nota 8	106 143	107 356
Ativo intangível	Nota 9	695	931
Total do ativo não circulante		565 691	621 372
TOTAL DO ATIVO		1 257 235	1 407 233
PASSIVO			
Passivo circulante			
Obrigações acumuladas	Nota 10	25 398	22 938
Contas a pagar	Nota 11	11 942	8 343
Benefícios aos empregados	Nota 12.3	2 759	2 812
Receitas diferidas	Nota 13	556 170	661 221
Total do passivo circulante		596 269	695 314
Passivo não circulante			
Contas a pagar	Nota 11	7 796	7 796
Benefícios aos empregados	Nota 12.3	200 468	235 794
Receitas diferidas	Nota 13	150 501	219 549
Total do passivo não circulante		358 765	463 139
TOTAL DO PASSIVO		955 034	1 158 453
Patrimônio líquido		302 201	248 780
ATIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Saldos dos fundos	Nota 14	142 088	91 226
Reservas	Nota 14	160 113	157 554
TOTAL ATIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		302 201	248 780

Organização Pan-Americana da Saúde
Demonstração do desempenho financeiro

Em 31 de dezembro de 2018
(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Referência	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
RECEITA			
Receita de transações sem contrapartida			
Contribuições fixas	Nota 15	103 225	102 393
Contribuições voluntárias	Nota 15	518 279	614 190
Outras receitas	Nota 15	69 315	75 767
Receita de transações com contrapartida			
Compras de provisões de saúde pública	Nota 15	686 269	692 956
Outras receitas	Nota 15	8 154	7 457
Receitas diversas	Nota 15	8 193	16 057
RECEITA TOTAL		1 393 435	1 508 820
DESPESA			
Pessoal e outros gastos de pessoal	Nota 16	123 426	147 948
Provisões, produtos primários, materiais	Nota 16	692 653	697 175
Equipamentos, veículos, móveis, ativo intangível, depreciação e amortização	Nota 16	1 449	859
Serviços contratuais	Nota 16	112 459	137 836
Viagens	Nota 16	49 055	54 187
Transferências e subvenções a contrapartes	Nota 16	365 813	454 959
Gastos operacionais gerais e outros gastos diretos	Nota 16	23 940	17 900
DESPESA TOTAL		1 368 795	1 510 864
EXCEDENTE LÍQUIDO/(DÉFICIT)		24 640	(2 044)

Organização Pan-Americana da Saúde
Demonstração das mutações do ativo líquido

Em 31 de dezembro de 2018
 (em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Referência	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo líquido no início do exercício		248 780	282 475
Ganho/perda atuarial com obrigações relacionadas aos benefícios	Nota 12.6	28 781	(26 172)
Ganho/(perda) com a reavaliação de investimentos	Nota 4.2		(1 051)
(Reconhecimento)/não reconhecimento de obrigações com respeito a reservas			(4 478)
Ajuste do ano anterior – Contribuições voluntárias			50
Total de rubricas (receita/despesa) reconhecidas diretamente no ativo líquido		28 781	(31 651)
Excedente/(déficit) durante o exercício financeiro		24 640	(2 044)
Total reconhecido da receita e despesa durante o ano		53 421	(33 695)
Ativo líquido no encerramento do exercício		302 201	248 780

Organização Pan-Americana da Saúde
Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2018

(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Referência	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Movimentações que não afetam o caixa			
Excedente/(déficit) durante o período		24 640	(2 044)
Depreciação e amortização	Nota 8/9	1 962	2 237
(Aumento)/Diminuição em contas a receber	Nota 6	211 131	6 058
(Aumento)/Diminuição nos estoques	Nota 7	186	886
Aumento/(Diminuição) nas obrigações acumuladas	Nota 10	2 460	9 763
Aumento/(Diminuição) nas contas a pagar	Nota 11	3 599	(54 009)
Aumento/(Diminuição) nos benefícios a empregados	Nota 12.3/12.6	(6 598)	14 942
Aumento/(Diminuição) em outras obrigações			(4 478)
Aumento/(Diminuição) nas receitas diferidas	Nota 13	(174 099)	161 925
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		63 281	135 280
Fluxos de caixa das atividades financeiras e de investimento			
(Aumento)/Diminuição em investimentos de curto prazo	Nota 4.1	71 475	(121 141)
(Aumento)/Diminuição em investimentos de longo prazo	Nota 4.2	(6 271)	(75 300)
(Aumento)/Diminuição no ativo imobilizado e ativos intangíveis	Nota 8/9	(513)	(1 385)
Fluxos de caixa líquidos das atividades financeiras e de investimento		64 691	(197 826)
Aumento/(Diminuição) líquido do caixa e equivalentes de caixa		127 972	(62 546)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		65 740	128 286
Caixa e equivalentes de caixa no encerramento do exercício		193 712	65 740

Organização Pan-Americana da Saúde

Comparação dos montantes orçados e efetivos

Em 31 de dezembro de 2018

(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

Categoria/área programática	Orçamento 2018-2019 aprovado	2018				2019				Orçamento revisado para 18-19	Total dos gastos	Total dos gastos de 18-19 como % do orçamento revisado
		Orçamento alocado	Orçamento revisado	Gastos	% dos gastos vs. orçamento revisado	Orçamento alocado	Orçamento revisado	Gastos	% dos gastos vs. orçamento revisado			
1. Doenças transmissíveis	114 600	57 300	57 300	49 878	87%	57 300	57 300		0%	114 600	49 878	44%
2. Doenças não transmissíveis e fatores de risco	59 100	29 550	29 550	21 199	72%	29 550	29 550		0%	59 100	21 199	36%
3. Determinantes da saúde e promoção da saúde em todo o ciclo de vida	81 400	40 700	40 700	26 891	66%	40 700	40 700		0%	81 400	26 891	33%
4. Sistemas de saúde	118 400	59 200	59 200	43 983	74%	59 200	59 200		0%	118 400	43 983	37%
5. Preparação, vigilância e resposta	56 400	28 200	28 200	19 983	71%	28 200	28 200		0%	56 400	19 983	35%
6. Serviços institucionais e funções facilitadoras	189 700	94 850	94 850	78 911	83%	94 850	94 850		0%	189 700	78 911	42%
Total dos programas de base (categorias 1 a 6)	619 600	309 800	309 800	240 845	78%	309 800	309 800		0%	619 600	240 845	39%
Programas especiais e resposta a emergências	56 000	28 000	28 000	20 703	74%	28 000	28 000		0%	56 000	20 703	37%
TOTAL	675 600	337 800	337 800	261 548	77%	337 800	337 800		0%	675 600	261 548	39%

O Programa e Orçamento da OPAS foi aprovado por meio da resolução CSP29.R6 como um orçamento integrado, independente das fontes de financiamento. Não houve transferências orçamentárias durante o exercício de 2018. Os gastos de 2018 representam despesas de todas as fontes de financiamento que custeiam o Programa e Orçamento de acordo com o regime de competência.

Embora o orçamento da OPAS seja aprovado por seus Órgãos Diretores a cada dois anos, para fins prestação de contas, o orçamento foi dividido em 50% para cada exercício (2018 e 2019).

¹ Ver a Nota 17

Notas às demonstrações financeiras

1. Missão da Organização Pan-Americana da Saúde

A missão da Organização é “liderar esforços de colaboração estratégicos entre os Estados Membros e outros parceiros a fim de promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade de vida e prolongar a longevidade das populações das Américas”.

A Organização Pan-Americana da Saúde é um organismo internacional de saúde pública com mais de 100 anos de experiência no trabalho para melhorar a saúde e os níveis de vida nos países das Américas. Atua como a organização do sistema interamericano especializada na saúde. Além disso, é Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde e desfruta de reconhecimento internacional como parte do sistema das Nações Unidas.

A Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) é a Secretaria da Organização. A RSPA está empenhada em prestar apoio técnico e liderança aos Estados Membros da OPAS na sua busca pelo objetivo da saúde para todos e dos seus respectivos valores.

A sede da Organização está localizada em Washington, D.C. Além disso, a Organização tem representações nas Américas, as quais são responsáveis pela implementação dos valores, missão e visão da OPAS.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde foram preparadas pelo regime de competência, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), usando o princípio do custo histórico, salvo no caso dos terrenos e prédios, apresentados ao valor justo. Nos casos em que não havia uma IPSAS para abordar uma questão específica, foram aplicadas as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS).

As Demonstrações financeiras da Organização foram certificadas e tiveram sua publicação aprovada pela Diretora da Organização no exercício da autoridade nele investida pela Conferência Sanitária Pan-Americana, conforme o disposto na resolução CSP28.R7 de setembro de 2012. A data de aprovação da publicação é a data do Relatório do Auditor Externo. Nenhuma outra autoridade tem o poder de alterar as demonstrações financeiras após sua publicação (referência: IPSAS 14, parágrafo 26).

A moeda funcional e usada nos relatórios da Organização é o dólar dos Estados Unidos (US\$). Os montantes indicados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas foram arredondados para serem expressos em milhares. Em virtude do arredondamento, as somas dos montantes nas tabelas podem não resultar exatamente iguais aos totais arredondados.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de que a Organização continuará em atividade e cumprirá seu mandato no futuro próximo (IPSAS 1). Os Órgãos Diretores da Organização não manifestaram nenhuma intenção de extinguir a Organização nem de encerrar suas operações.

Em conformidade com a IPSAS 1, um conjunto completo de demonstrações financeiras foi preparado do seguinte modo:

- a. Demonstração da situação financeira
- b. Demonstração do desempenho financeiro
- c. Demonstração das mutações do ativo líquido
- d. Demonstração dos fluxos de caixa
- e. Comparação dos montantes orçados e efetivos
- f. As notas, formadas por um resumo das principais políticas contábeis e outras informações pertinentes.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa, que constituem um ativo financeiro, abrangem as disponibilidades de caixa, dinheiro em bancos, mercados monetários e depósitos de curto prazo com prazos de vencimento originais de até 90 dias. Para um investimento satisfazer os requisitos para ser considerado um equivalente de caixa, ele deve ser conversível em um montante conhecido de dinheiro em espécie e estar sujeito a um risco insignificante de alterações de valor.

Os depósitos de curto prazo são apresentados pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos, com a receita de juros reconhecida com base no rendimento efetivo.

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos para cumprir compromissos de curto prazo em dinheiro e não para fins de investimento.

2.3 Investimentos

Os investimentos são um ativo financeiro e são reconhecidos quando a Organização se torna parte no âmbito das disposições contratuais do investimento. Os investimentos são classificados como disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento. Os investimentos disponíveis para venda são contabilizados com base na data da compra. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos na data da liquidação.

Os investimentos são classificados como disponíveis para venda quando a Organização não se comprometeu a manter esses instrumentos até o vencimento. Os instrumentos disponíveis para venda são apresentados pelo valor justo (incluindo os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro) com as variações de valor reconhecidas na demonstração das mutações do ativo líquido. Os ativos disponíveis para venda são negociados ativamente no mercado e a avaliação desses ativos é determinada por cotações de preços no mercado aberto para instrumentos financeiros idênticos. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o valor justo de mercado sobre uma base que não seja de caráter temporário. A OPAS monitora periodicamente o valor justo de mercado de seus investimentos e investiga a causa subjacente de um declínio no valor. A política de investimento especifica as limitações da classificação de crédito. Se a redução ao valor recuperável resultar de um rebaixamento da classificação de crédito abaixo das diretrizes da política de investimento, o Comitê de Investimento tomará uma medida.

As taxas de redução ao valor recuperável e os juros calculados com base no método do juro efetivo são reconhecidos no excedente ou no déficit. Quando um ativo disponível para venda é alienado, o ganho ou perda acumulado reconhecido anteriormente na demonstração das mutações no ativo líquido é incluído no excedente ou déficit do período.

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Organização tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são compostos por papéis de agências dos EUA como a Federal National Mortgage Association (Fannie Mae) e a Federal Home Loan Mortgage Corporation (Freddie Mac).

Os investimentos mantidos até o vencimento são apresentados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, com a receita de juros reconhecida com base no rendimento efetivo na demonstração do desempenho financeiro.

2.4 Empréstimos e valores a receber

Os empréstimos e outros valores a receber que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e valores a receber. Os empréstimos e outros valores a receber são apresentados pelo custo amortizado calculado pelo método dos juros efetivos, menos qualquer redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida com base nos juros efetivos, salvo no caso de valores a receber de curto prazo, em que o reconhecimento dos juros seria irrelevante.

2.5 Políticas de gestão de riscos

A Organização mantém como investimento recursos de que ela não precisa para fazer face a necessidades operacionais imediatas. O intuito é obter receitas com o excedente de liquidez, que, de acordo com os artigos X e XI do Regulamento Financeiro e os artigos X e XI das Regras Financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde, financiam parte do Programa e Orçamento. Os investimentos estão sujeitos à Política de Investimento da Organização, que prescreve diretrizes destinadas a proteger o principal investido, a manter liquidez suficiente e obter um retorno proporcional às restrições impostas pelo risco dos investimentos. As diretrizes das políticas definem a duração, a diversidade e a qualidade do crédito, que são compatíveis com a limitação das exposições aos riscos de crédito, de mercado e de taxa de juros. O risco de crédito da Organização é mitigado pelas políticas de investimento que estabelecem limites ao valor da exposição de crédito a uma única contraparte, limitando os investimentos em um único emissor não governamental a não mais do que 25%.

De acordo com os requisitos da Política de Investimento, os investimentos geridos internamente são restritos instrumentos financeiros classificados como A1/P1 e AAA/Aaa. As notas de renda fixa consistem principalmente em papéis de agências dos Estados Unidos, que oferecem a garantia implícita do governo dos Estados Unidos.

Os fundos colocados com gestores de investimento externos se restringem a instrumentos cuja qualidade de crédito tenha sido classificada como A1/P1 ou BBB, de acordo com seus mandatos. Existem mecanismos para eliminar da carteira um investimento que se encontre abaixo dos requisitos mínimos. Caso a classificação de um título caia abaixo dos requisitos mínimos de qualidade de crédito, o gerente externo imediatamente notifica a OPAS.

O prazo vencimento máximo para o investimento de curto prazo de efetivo para operações não deve exceder um ano. O investimento de longo prazo de recursos estratégicos se limita a um prazo de vencimento efetivo inferior a cinco anos. Os investimentos de longo prazo de recursos do fundo fiduciário do Plano para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (TAREP) se limitam a um prazo de vencimento efetivo inferior a 10 anos.

As contas de depósito são mantidas em instituições financeiras classificadas como grau de investimento pelas principais agências de classificação de risco, onde existam essas classificações. Nos casos em que não exista nenhum tipo de classificação, a solidez financeira geral da instituição é avaliada antes de os recursos serem depositados. As contas denominadas em moedas outras que não o dólar dos Estados Unidos são monitoradas diariamente para verificar se os saldos se mantêm nos níveis mínimos dos requisitos operacionais.

O Comitê de Investimentos da OPAS aprova os instrumentos financeiros, bem como as instituições financeiras parceiras, em conformidade com as diretrizes da Política de Investimento destacadas acima para mitigar o risco de crédito.

2.6 Contas a receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são negociados em um mercado ativo. As contas a receber do ativo circulante são montantes devidos no prazo de 12 meses da data de informação, enquanto as contas a receber do ativo não circulante os que vencem em um prazo superior a 12 meses a contar da data de informação. As contas a receber são apresentadas pelo custo amortizado, calculado usando o método dos juros efetivos, menos quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (reconhecidas na demonstração de desempenho financeiro). Contudo, no caso das contas a receber do circulante, não há nenhuma diferença relevante entre os custos amortizados; assim, essas contas a receber foram reconhecidas ao custo (menos as perdas por redução ao valor recuperável).

As contas a receber de transações com contrapartida são reconhecidas quando se devem à Organização ativos ou serviços (geralmente, na forma de dinheiro) decorrentes de uma transação em que uma entidade recebe um valor de outra entidade e, em troca, dá à outra entidade um valor aproximadamente igual em troca (IPSAS 9).

As contas a receber de transações sem contrapartida são estabelecidas quando se devem à Organização ativos ou serviços (geralmente sob a forma de dinheiro) decorrentes de uma transação em que uma entidade recebe um valor de outra entidade sem receber um valor aproximadamente igual diretamente em troca; ou quando a Organização deu um valor a outra entidade sem receber diretamente valor aproximadamente igual em troca (IPSAS 23).

Os tipos principais de contas a receber são:

- **Contribuições fixas** (transações sem contrapartida) são compromissos formais de Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados referentes ao período do orçamento bienal. São reconhecidas como contas a receber quando se tornam exigíveis e devem ser pagas em 1º de janeiro de cada ano. Não há nenhuma disposição no Regulamento Financeiro para dar baixa em uma contribuição fixa; portanto, não foi reconhecida nenhuma perda por redução ao valor recuperável.
- **Fundo de Equalização de Impostos** (transações sem contrapartida). As contas a receber no âmbito do Fundo de Equalização de Impostos são devidas pelos Estados Membros que cobram imposto de renda sobre a renda dos salários recebidos da Organização pelos seus cidadãos ou outras pessoas sujeitas ao pagamento desses impostos. Os montantes estimados a serem exigidos pelos Estados Membros são usados para reembolsar o imposto de renda pago pelos funcionários em questão.
- **Contribuições voluntárias** (transações sem contrapartida). A Organização celebra acordos de contribuições voluntárias que podem se enquadrar nas seguintes categorias 1) contribuições voluntárias, que abrangem recursos financeiros de governos e organizações dos setores público e privado (de Estados membros da OPAS e de outros Estados); organismos internacionais (do sistema das Nações Unidas e outros organismos); organizações com fins lucrativos, organizações não governamentais; fundações; e outras contribuições voluntárias; 2) as contribuições voluntárias nacionais, criadas em 1º de janeiro de 2010, que abrangem recursos financeiros dos governos exclusivamente para o financiamento de projetos internos; e 3) o fundo de contribuições voluntárias destinadas à prontidão para emergências e assistência em caso de desastres, que abrange recursos financeiros de governos e organizações do setor público e privado (de Estados membros da OPAS e de outros Estados), organismos internacionais (do sistema das Nações Unidas e outros organismos), organizações com fins lucrativos, organizações não governamentais, fundações e outras contribuições voluntárias. Após a assinatura de ambas as partes e a aprovação dos acordos pelo Escritório do Assessor Jurídico da Organização, o valor total do contrato é reconhecido como uma conta a receber e uma receita diferida (Nota 2.13)

Para determinar a parcela atual das contas a receber correspondente às contribuições voluntárias em 31 de dezembro de 2018, a Organização classificou todos os saldos de contas a receber referentes às contribuições voluntárias que expiravam até 31 de dezembro de 2019, bem como as subvenções com situação indefinida, como contas a receber do circulante. Além disso, os saldos de contas a receber de acordos de contribuições voluntárias que se estendem para além de 2019 foram alocados entre as contas a receber do ativo circulante e do ativo não circulante usando um cálculo linear com base no número de anos restantes. A parcela do não circulante das contas a receber refletirá o saldo do montante total das contas a receber correspondentes aos acordos de contribuições voluntárias, menos o cálculo da parcela das contas a receber do circulante.

- **Compras de provisões de saúde pública** (transações com contrapartida). As compras de provisões de saúde pública são fundamentais para a Organização cumprir sua missão de apoiar os Estados Membros por meio da cooperação técnica para programas de saúde pública, e abrangem a aquisição de vacinas e seringas, provisões médicas, kits de diagnóstico, medicamentos e equipamento.

As contas a receber dos Estados Membros na compra de provisões de saúde pública são compostas por dois fundos: o Fundo Rotativo para Compra de Vacinas e o Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública. Contas a receber são criadas para cada Estado Membro participante uma vez que se tenha recebido a notificação de que os bens foram entregues pelo fornecedor e que se tenha aprovado o pagamento ao fornecedor. Isso gera a emissão de uma fatura endereçada para o Estado Membro pertinente.

- **Atividades de financiamento entre organizações.** As contas a receber entre organizações representam o montante devido à OPAS pela Organização Mundial da Saúde como resultado líquido das transações entre as duas organizações.
- **Adiantamentos ao pessoal.** Em conformidade com o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras da Organização, adiantamentos são concedidos ao pessoal com relação aos direitos (ou seja, subsídios para educação, viagens, pagamentos de imposto de renda, indenizações de seguro, etc.). São reconhecidos como contas a receber até que sejam lançados como despesa após o recebimento do pedido necessário ou da documentação comprobatória.

A Organização processa os valores a receber incobráveis com base na delegação de autoridade sobre os montantes a serem objeto de baixa contábil.

2.7 Estoques

Os medicamentos e provisões médicas pertencentes à Organização e controlados por ela são registrados como estoques com a intenção de serem mantidos para distribuição no transcurso normal das operações. São avaliados pelo menor custo ou pelo valor realizável líquido no encerramento do exercício financeiro. Os medicamentos e provisões médicas de propriedade da Organização, de acordo com os sistemas de rastreamento da Organização, são validados por meio de recontagens físicas dos estoques. Esses medicamentos e provisões são lançados como despesas ao serem distribuídos diretamente pela Organização ou entregues a instituições governamentais ou não governamentais. Os estoques mantidos para distribuição gratuita são avaliados pelo menor custo ou pelo custo de substituição. Os estoques são mantidos no depósito do PROMESS, no Haiti, uma instalação estratégica para armazenamento. Se a Organização recebe estoques por meio de transações sem contrapartida, eles são avaliados pelo valor justo de compra. Devido às circunstâncias específicas no Haiti, a fórmula de custo é “primeiro a vencer, primeiro a sair” para os estoques de produtos farmacêuticos e medicamentos.

O Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução (PALTEX) foi estabelecido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em meados dos anos 1960 como um programa de cooperação técnica destinado a melhorar a qualidade dos processos educacionais em ciências da saúde na América Latina. O PALTEX é um programa editorial que adquire, produz e distribui livros de texto de qualidade e material de instrução em espanhol e português a preços acessíveis.

Os estoques comprados com contribuições voluntárias em nome de um projeto não fazem parte dos estoques da Organização. A Organização é simplesmente um agente executor e sua única responsabilidade é dispor dos bens em conformidade com as condições do acordo. Se os bens não forem consumidos dentro do período do projeto, o doador definirá como se deverá dispor deles em definitivo. Em nenhum momento a Organização retém o controle desses bens; portanto, o tratamento contábil correto é lançar esses produtos como despesas no momento da compra.

2.8 Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado com valor superior ao nível mínimo de US\$ 20 000 são reconhecidos como ativos não circulantes na demonstração da situação financeira. São reconhecidos inicialmente ao custo, salvo quando são adquiridos por meio de uma transação sem contrapartida; nesse caso são reconhecidos pelo valor justo na data da compra. A Organização aplica o modelo de custo às suas instalações e equipamentos, ou seja, os respectivos itens são lançados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A Organização aplica o método de reavaliação apenas aos terrenos e prédios.

A Organização considera que seu ativo imobilizado é um ativo que não gera caixa.

A depreciação é lançada para o ativo imobilizado (salvo os terrenos) de modo a reduzir o custo ou valor justo do ativo a seu valor residual ao longo da vida útil estimada, usando o método linear, com um ano completo de depreciação sendo lançado no ano da compra. As vidas úteis estimadas para as classes do ativo fixo são as seguintes:

Classe do ativo e descrição	Vida útil estimada
Prédios	40 anos
Construções móveis	5 anos
Equipamentos de computação	3 anos
Equipamentos de escritório	3 anos
Veículos automotores	5 anos
Equipamentos de audiovisual	3 anos
Benfeitorias em bens alugados	3 anos

O ativo imobilizado obtido com recursos das contribuições voluntárias em nome de um projeto não constitui ativo da Organização e se destina ao uso exclusivo do beneficiário do projeto. A Organização é simplesmente um agente executor e sua única responsabilidade é dispor dos bens em conformidade com as condições do acordo. A Organização não retém a propriedade desses bens; portanto, são lançados como despesas no momento da compra. Se os bens não forem consumidos dentro do período do projeto, o doador definirá como se deverá dispor deles em definitivo.

A Organização reavaliará seus terrenos e prédios periodicamente, inclusive as propriedades alugadas. Serão usados especialistas externos para determinar o valor de mercado atualizado diretamente por meio de consultas dos preços observáveis em um mercado ativo ou de transações de mercado recentes em condições de mercado. Todas as benfeitorias, reformas, etc. que tenham sido feitas nos prédios desde a última avaliação prévia são lançados como despesa no ano da sua ocorrência e serão incluídas na reavaliação futura.

As benfeitorias em locais alugados são reconhecidas como ativo e avaliadas ao custo, e são depreciadas ao longo da vida útil restante das benfeitorias ou do prazo do contrato de aluguel, o que for menor.

Os terrenos e os prédios doados são avaliados ao valor justo de mercado e reconhecidos como ativo não circulante.

2.9 Contratos de aluguel e arrendamento

A Organização é o proprietário e o locador do terreno do prédio situado no número 2121 da Virginia Avenue, N.W., Washington, D.C.

A Organização é o locatário dos dois primeiros andares desse mesmo prédio mencionado acima nos termos de um contrato de arrendamento operacional. A Organização também aluga diversos espaços de escritório para as representações da OPAS nas Américas. Todos esses acordos estão sujeitos a cancelamento. O total anual dos pagamentos de alugueis foi divulgado na Nota 16 das Despesas como uma nota de rodapé.

2.10 Ativo intangível

Os itens do ativo intangível com valor superior aos níveis mínimos pré-estabelecidos de US\$ 30 000 para os ativos intangíveis comprados externamente e US\$ 100 000 para os ativos intangíveis desenvolvidos internamente são declarados pelo custo histórico menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização para os ativos intangíveis é determinada ao longo da sua vida útil estimada usando o método linear. A amortização é lançada no ativo intangível para reduzir o custo ou valor justo do bem ao seu valor residual ao longo da vida útil estimada, usando o método linear; com um ano completo de amortização sendo lançado no ano da compra.

As vidas úteis estimadas para as classes do ativo intangível são as seguintes:

Classe	Vida útil estimada (anos)
Software adquirido externamente	7
Software desenvolvido internamente	5
Licenças e direitos, direitos autorais e outros ativos intangíveis	3

2.11 Contas a pagar

As contas a pagar são passivos financeiros relacionados a bens ou serviços recebidos pela Organização e são reconhecidos pelo custo amortizado, o qual, no caso das contas a pagar, é igual ao custo. As contas a pagar abrangem o seguinte:

- Os montantes devidos aos doadores, parceiros e interessados diretos que representem contribuições voluntárias não usadas referentes a acordos que já venceram.
- As contas a pagar entre organizações representam o montante devido pela Organização à Organização Mundial da Saúde como resultado líquido das transações entre as duas organizações.
- As faturas recebidas e aprovadas para pagamento, mas que ainda não tenham sido pagas.

2.12 Obrigações acumuladas

As obrigações acumuladas são o passivo financeiro formado pelos bens ou serviços já recebidos pela Organização ou a ela prestados durante o período abrangido pelo relatório e que ainda não tenham sido faturados, ou pelas faturas que tenham sido recebidas, mas ainda não tenham sido aprovadas para pagamento. Essas obrigações são reconhecidas pelo custo amortizado, o qual, no caso das obrigações acumuladas, é igual ao custo.

2.13 Receitas diferidas

As receitas diferidas advêm de acordos juridicamente vinculantes entre a Organização e seus parceiros — como governos (de Estados Membros da OPAS e de outros Estados), organismos internacionais (do sistema das Nações Unidas e outros organismo), organizações com fins lucrativos, organizações não governamentais, fundações e outros — e de outras contribuições voluntárias por meio dos quais os parceiros fornecem recursos à Organização para apoiar iniciativas de cooperação técnica (contribuições voluntárias).

As receitas diferidas são reconhecidas quando 1) ambas as partes de um acordo contratual o confirmam por escrito, ou seja, a Organização e os doadores, os parceiros ou os interessados diretos, e 2) os recursos são condicionais. Essa condicionalidade é determinada por fatores como:

- O acordo tem uma finalidade declarada.
- O acordo tem um orçamento;
- O acordo tem uma data de entrada em vigor e uma data de encerramento;
- O acordo existe a apresentação de relatórios técnicos e financeiros;
- Os recursos fornecidos no âmbito do acordo devem ser usados para as atividades exigidas ou descritas no acordo, ou ser devolvidos ao doador;
- Uma vez finalizado o projeto, todos os recursos não executados são devolvidos ao doador, parceiro ou interessado direto.

As receitas são reconhecidas na demonstração do desempenho financeiro com base no nível dos recursos executados durante o exercício financeiro.

Os recursos recebidos de maneira antecipada para a compra de bens em nome de governos e instituições participantes das compras de provisões de saúde pública são considerados receitas diferidas. Uma vez recebida a confirmação de que os bens foram entregues pelo fornecedor e uma vez aprovado o pagamento ao fornecedor, as receitas são reconhecidas na demonstração do desempenho financeiro.

Para determinar a parcela atual das contas a receber correspondente às contribuições voluntárias em 31 de dezembro de 2018, a Organização classificou todos os saldos de contas a receber referentes às contribuições voluntárias que expiravam até 31 de dezembro de 2019, bem como as subvenções com situação indefinida, como contas a receber do circulante. Além disso, os saldos de contas a receber de acordos de contribuições voluntárias que se estendem para além de 2019 foram alocados entre as contas a receber do ativo circulante e do ativo não circulante usando um cálculo linear com base no número de anos restantes. A parcela do não circulante das contas a receber refletirá o saldo do montante total das contas a receber correspondentes aos acordos de contribuições voluntárias, menos o cálculo da parcela das contas a receber do circulante.

2.14 Benefícios aos empregados

A Organização reconhece as despesas e obrigações referentes aos seguintes benefícios aos empregados:

- 1) Os benefícios a que os empregados fizeram jus no exercício financeiro corrente são obrigações do passivo circulante reconhecidas pelo custo amortizado (sem desconto).
- 2) Os benefícios pós-emprego, como o seguro-saúde pós-serviço (ASHI), são reconhecidos pelo valor atualizado da obrigação.
- 3) Outros benefícios a empregados relacionados com o desligamento do serviço são reconhecidos pelo valor atualizado da obrigação.

A Organização contrata serviços atuariais de especialistas externos para determinar o nível apropriado da sua obrigação para fins de apresentação de informações financeiras (ou seja, o valor presente das obrigações por benefícios definidos), bem como o custo do serviço e dos juros do exercício corrente. Essas informações também são usadas para calcular diferentes porcentagens de contribuição a serem aplicadas aos custos do pessoal.

Além disso, a Organização usa essas informações para fins de investimento, com o intuito de assegurar que os investimentos do Plano satisfaçam os requisitos de liquidez das respectivas obrigações.

2.15 Provisões e passivos contingentes

São feitas provisões para passivos e despesas futuras nos casos em que a Organização tem uma obrigação presente legal ou implícita em decorrência eventos passados — e é provável que venha a ser exigido que a Organização liquide a obrigação — e em que o valor pode ser calculado com segurança.

Outros compromissos que não satisfazem os critérios de reconhecimento de passivos são divulgados nas notas às demonstrações financeiras como passivo contingente quando a sua existência será confirmada apenas se ocorrerem ou não ocorrerem um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle Organização ou cujo valor não pode ser calculado com segurança.

2.16 Receita

A receita é composta pelos fluxos de entrada brutos de benefícios econômicos ou pelo potencial de serviços recebidos ou a receber pela Organização durante o ano que representem um aumento dos ativos líquidos (IPSAS 23). A Organização reconhece a receita de acordo com os critérios estabelecidos pela IPSAS 9, “Receita de transações com contrapartida”, e pela IPSAS 23, “Receita de transações sem contrapartida”.

As transações com contrapartida são transações nas quais a Organização recebe ativos ou serviços, ou tem um passivo extinto, e, em contrapartida, entrega diretamente à outra entidade um valor que se aproxima do valor recebido, na forma de numerário, bens, serviços ou uso de ativos (IPSAS 9).

Em uma transação sem contrapartida, a Organização recebe um valor de outra entidade sem dar diretamente valor aproximadamente igual em contrapartida, ou entrega um valor à outra entidade sem receber, em contrapartida, um valor aproximadamente igual ao recebido.

As principais fontes de receitas para a Organização são, entre outras: as contribuições fixas, as contribuições voluntárias, as compras de provisões de saúde pública, outras receitas e as receitas diversas.

- **Receita de contribuições fixas (transações sem contrapartida).** A receita das contribuições fixas é reconhecida a partir de 1º de janeiro de cada ano quando os Estados Membros contraem o compromisso com a organização de pagar as contribuições fixas.
- **Receita de contribuições voluntárias (transações sem contrapartida).** As contribuições voluntárias, confirmadas por escrito por ambas as partes, são reconhecidas como contas a receber e receitas diferidas (passivo) porque esses acordos de financiamento são condicionais. À medida que os projetos com contribuições voluntárias são

implementados, as receitas diferidas passam a ser reconhecidas como receitas. As categorias das contribuições voluntárias são explicadas na Nota 2.6.

- **Receita das compras de provisões de saúde pública (transações com contrapartida).** É reconhecida receita referente às compras de provisões de saúde pública porque a Organização assume os riscos e benefícios dos bens comprados. A receita dessas transações é reconhecida uma vez que se tenha recebido a notificação de que os bens foram entregues pelo fornecedor e que se tenha aprovado o pagamento ao fornecedor. As compras de provisões de saúde pública são feitas por meio de três fundos: o Fundo Rotativo para Compra de Vacinas, o Fundo de Compras Reembolsáveis e o Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública (ver a Nota 2.6 Contas a Receber, a respeito dos Fundos Rotativos, e a Nota 2.13 Receitas diferidas, a respeito das compras reembolsáveis).
- **Alocações da OMS (transações sem contrapartida).** Como Escritório Regional das Américas (AMRO) da Organização Mundial da Saúde, a Organização recebe alocações de financiamento da OMS para a implementação de atividades de cooperação técnica.

Os recursos que a Organização recebe da OMS abrangem as seguintes alocações:

- Alocações do orçamento de contribuições fixas da OMS
 - Alocações de contribuições voluntárias da OMS
 - Alocações de outros fundos internos da OMS
- **Outras receitas (transações com contrapartida).** A Organização, em conformidade com seus mandatos específicos, executa outras atividades de cooperação técnica cujas receitas são apresentadas em separado. Essas atividades compreendem o seguinte: vendas de serviços e gastos de apoio a programas.
 - **Receitas diversas (transações com contrapartida).** As receitas diversas compreendem reavaliações de divisas, ganhos e perdas cambiais, rendimentos de juros, ganhos e perdas realizados e não realizados, e ganhos e perdas decorrentes da alienação de ativo imobilizado.
 - **Segmento de atividades especiais.** As atividades especiais são atividades aprovadas pelos Órgãos Diretores da Organização para objetivos e benefícios específicos (ou seja, benefícios do pessoal, benefícios em caso de término do contrato de trabalho e o seguro-saúde pós-serviço). Portanto, todas as obrigações relacionadas a benefícios aos empregados foram incluídas neste segmento.

2.17 Transações e saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional e usada nos relatórios da Organização é o dólar dos Estados Unidos (US\$). As transações em moedas diferentes do dólar são convertidas para essa moeda pela taxa de mercado vigente no momento da transação. A Organização determinou que as taxas de câmbio operacionais das Nações Unidas estão estreitamente alinhadas com as taxas vigentes no mercado devido a análises e ajustes frequentes e, portanto, funcionam como uma aproximação da taxa do mercado no momento da transação. No encerramento de cada período de apresentação de relatórios, a Organização analisa o desempenho das taxas de câmbio operacionais das Nações Unidas em comparação com as taxas predominantes no mercado a fim de determinar o alinhamento e fazer os ajustes necessários. Os ativos e passivos em moedas diferentes do dólar são convertidos para essa moeda pela taxa de mercado vigente no encerramento do período de apresentação do relatório. Os ganhos ou perdas resultantes são lançados na demonstração do desempenho financeiro, nas receitas diversas.

2.18 Informação financeira por segmentos

Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis para os quais as informações financeiras são apresentadas em separado para avaliar o desempenho passado de uma entidade quanto à consecução de seus objetivos e para tomar decisões sobre a alocação futura dos recursos. A Organização classifica todos os projetos, operações e atividades financiadas em cinco segmentos: 1) Segmento de atividades básicas; 2) Segmento de atividades em parceria; 3) Segmento de atividades comerciais; 4) Segmento de atividades especiais e 5) Segmentos de atividades consolidadas dos centros sub-regionais e transações entre partes. A Organização apresenta relatórios sobre as transações e os saldos de cada segmento ao longo do período financeiro.

Em cada exercício financeiro, a Organização processa as transações internas que não envolvem o uso de dinheiro (transferências) dentro de um dado segmento e entre diferentes segmentos (ou seja, gastos de apoio a programas, provisão para benefícios por término do contrato de trabalho e repatriação, o fundo do seguro-saúde pós-serviço, Fundo

Mestre de Investimentos de Capital, etc.). O efeito dessas transferências é a duplicidade tanto das receitas como das despesas pelo mesmo montante, que são avaliadas pelo custo em que se incorreu no momento da transação original. A coluna das transações entre partes na demonstração do desempenho financeiro permite eliminar essa repetição.

Os seguintes segmentos foram identificados para possibilitar uma melhor compreensão das diversas atividades da Organização:

Segmento de atividades básicas – Atividades fundamentais para o Plano Estratégico da Organização que foram determinadas e apropriadas pelos Órgãos Diretores da Organização (ou seja, atividades financiadas com contribuições fixas e outras receitas destinadas às atividades do Programa e Orçamento).

Segmento de atividades em parceria – Atividades alinhadas com o Plano Estratégico da Organização e apoiadas pelos parceiros, doadores e partes interessadas (ou seja, atividades desenvolvidas em parceria com doadores externos que fornecem as contribuições voluntárias e a quem são apresentados relatórios técnicos e financeiros).

Segmento de atividades comerciais – Atividades realizadas pela Organização para fortalecer a cooperação técnica com os ministérios da saúde e facilitar seu acesso a provisões essenciais de saúde pública (ou seja, atividades de compras financiadas pelos Estados Membros para o acesso a provisões essenciais de saúde pública).

Segmento de atividades especiais – Atividades aprovadas pelos Órgãos Diretores da Organização para objetivos e benefícios específicos (ou seja, direitos do pessoal, benefícios pela rescisão de contrato de trabalho, seguro-saúde pós-serviço).

2.19 Comparação do orçamento

Os Órgãos Diretores da Organização aprovam o Programa e Orçamento Bienal, que abrange as contribuições fixas, os recursos voluntários projetados e as estimativas das receitas diversas. O Programa e Orçamento Bienal pode ser modificado posteriormente pelos Órgãos Diretores.

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Organização passou a aplicar o regime de competência excluindo a depreciação e a amortização para a preparação do seu orçamento. O orçamento de todos os biênios anteriores foi preparado pelo regime de caixa.

Embora o orçamento da OPAS seja aprovado por seus Órgãos Diretores a cada dois anos, para fins prestação de contas, o orçamento foi dividido em 50% para cada exercício.

2.20 Contribuições em espécie

As contribuições em espécie de serviços que apoiam as operações e atividades aprovadas, como o uso de instalações, serviços públicos, pessoal, serviços de transporte, etc., são identificadas por categorias de serviços com o respectivo Estado-Membro que fez a contribuição em espécie durante o período contábil abarcado pelo relatório. Essas contribuições não são reconhecidas nas demonstrações financeiras porque o valor justo dos serviços ou ativos não pode ser mensurado de forma confiável.

Os terrenos e prédios doados são reconhecidos na demonstração da situação financeira pelo valor justo de mercado.

Os estoques doados são capitalizados segundo a materialidade e as condições dos bens. A Organização só aceitará a doação de bens que estejam alinhados com suas atividades básicas.

2.21 Impacto potencial das IPSAS a serem adotadas em períodos futuros

IPSAS 40 — Combinações do Setor Público, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019. Atualmente, a Organização não participa de nenhum tipo de combinação com outras entidades. Não está previsto nenhum impacto sobre as informações financeiras da Organização referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

IPSAS 41 — Instrumentos Financeiros, com vigência a partir de 1^o de janeiro de 2022. A Organização reconhecerá e divulgará seus instrumentos financeiros, ativos e contas a pagar conforme exigido pela nova norma. O impacto em potencial ainda não foi determinado plenamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Disponibilidades de caixa, US\$	96 638	45 915
Disponibilidades de caixa, outras moedas	45 199	18 464
Fundos do mercado monetário	53 343	2 502
Menos: Ativos do plano	(1 468)	(1 141)
Total	193 712	65 740

4. Investimentos

4.1 Investimentos de curto prazo

Os investimentos de curto prazo são aqueles cujos prazos de vencimento finais no ato da compra são inferiores a 365 dias.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Certificados de depósito	288 320	359 795
Total	288 320	359 795

Juros acumulados no montante de US\$1 174 017 (2017: US\$ 815 581) foram incluídos no saldo dos investimentos de curto prazo na demonstração da situação financeira e reconhecidos como receitas diversas na demonstração do desempenho financeiro.

4.2 Investimentos de longo prazo

As notas de renda fixa de longo prazo da carteira geral da Organização são mantidas até o vencimento e são contabilizadas pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos. Já as notas de renda fixa de longo prazo da carteira do Plano para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (TAREP), que compreende os ativos do plano mantidos em um fundo fiduciário irrevogável, são contabilizados pelo valor justo com as variações de valor reconhecidas no saldo dos fundos.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Aumento líquido dos investimentos de longo prazo		
Aumento (diminuição) dos investimentos de longo prazo	6 066	75 218
(Ganhos)/perdas líquidos não realizados	287	1 051
Aumento líquido dos investimentos de longo prazo	6 353	76 269
Fluxos de caixa dos investimentos de longo prazo		
Receita de juros	7 840	5 531
Ganhos/(perdas) líquidos realizados	(1 690)	(704)
Fluxos de caixa dos investimentos de longo prazo	6 150	4 826

Avaliação de investimentos de longo prazo	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Notas de renda fixa	10 347	10 132	10 347	10 271
Carteiras administradas	382 373	379 245	376 389	372 974
Menos: Ativos do plano	(10 347)	(10 132)	(10 347)	(10 271)
Total	382 373	379 245	376 389	372 974

Os instrumentos de renda fixa de longo prazo mantidos na carteira do TAREP são emitidos pelo governo dos Estados Unidos. Juros acumulados no montante de US\$ 36 287 foram incluídos no saldo dos investimentos de longo prazo e reconhecidos na demonstração do desempenho financeiro como receitas diversas

As carteiras administradas são classificadas como disponíveis para venda e lançadas pelo valor justo. O valor de mercado mencionado abrange juros acumulados no montante de US\$ 1 719 759 (2017: US\$ 1 604 399) e é reconhecido na demonstração do desempenho financeiro como receitas diversas. O total de ganhos (perdas) nas carteiras administradas é composto por ganhos ou perdas acumulados e pela variação gradual do valor no ponto de venda ou no vencimento. Os ganhos ou perdas são lançados na demonstração do desempenho financeiro como receitas diversas.

5. Instrumentos financeiros

5.1 Natureza dos instrumentos financeiros

A Nota 2.3 apresenta os detalhes das políticas e métodos contábeis significativos adotados, inclusive os critérios para o reconhecimento e reversão do reconhecimento, para a mensuração e para o reconhecimento de ganhos e perdas em relação a cada classe de ativos e passivos financeiros.

	2018 Custo amortizado	2018 Valor justo de mercado	2017 Custo amortizado	2017 Valor justo de mercado
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa	193 712		65 740	
Caixa e equivalentes de caixa (ativos do plano)	1 468		1 141	
Investimentos de curto prazo				
Certificados de depósito (mantidos até o vencimento)	288 320		359 795	
Certificados de depósito (mantidos até o vencimento) (ativos do plano)				
Investimentos de longo prazo				
Notas de renda fixa (ativos do plano)		10 132		10 271
Carteiras administradas (disponíveis para venda)		379 245		372 974
Total	483 500	389 377	426 676	383 245

5.2 Risco de taxa de juros

A Organização está exposta ao risco de taxa de juros tanto nos investimentos de curto prazo como nos de longo prazo. Os montantes do capital são lançados pelo custo amortizado dos investimentos mantidos até o vencimento e pelo valor justo no caso dos investimentos disponíveis para venda.

	Data de vencimento efetiva	Taxa de juros efetiva	Juros fixos	Juros flutuantes	Não remunerado
Total do caixa e equivalentes de caixa	> 90 dias	2,30%		53 343	141 837
Investimento de curto prazo					
Certificados de depósito	66,53 dias	2,71%	288 320		
Investimentos de longo prazo					
Ativo de plano	8,13 anos	2,96%	10 132		
Carteiras administradas	1,75 anos	2,86%	379 245		
Total			677 697	53 343	141 837

A Organização detém certas notas de renda fixa que o emissor tem direito de resgatar antes da data de vencimento.

Instrumentos resgatáveis

Emissor	Principal	Juros	Vencimento	Datas de resgate
Federal Home Loan Bank	1 527	2,14%	5-dez-22	Contínuo
Federal Home Loan Bank	8 695	3,10%	16-nov-27	Contínuo
Total	10 095	2,96%		

As variações da taxa de juros de mercado influenciam o valor justo e os fluxos de caixa futuros dos instrumentos de investimento. Essa influência é irrelevante para os investimentos mantidos até o vencimento, mas afetaria a demonstração da situação financeira no caso dos investimentos de taxa fixa disponíveis para venda e a demonstração do desempenho financeiro no caso dos investimentos de taxa variável disponíveis para venda. A parcela da carteira de investimentos da OPAS disponíveis para venda composta por instrumentos de taxa variável é insignificante e as flutuações das taxas não teriam um efeito relevante. No entanto, uma alteração da taxa de mercado no caso dos investimentos de taxa fixa disponíveis para venda poderia afetar de forma relevante a demonstração da situação financeira.

Uma flutuação das taxas de juros de mercado de 100 pontos-base teria o seguinte impacto sobre o valor justo de mercado dos investimentos de taxa fixa disponíveis para venda:

Valor justo de mercado dos investimentos de taxa fixa em 31/12/18	Aumento de 100 pontos-base	Variação do valor justo de mercado	Diminuição de 100 pontos-base	Variação do valor justo de mercado
379 245	372 657	(6 587)	385 885	6 641

5.3 Risco de crédito

O risco de crédito máximo representa o valor contábil dos empréstimos e contas a receber. As diretrizes de investimento da OPAS estipulam limites ao nível de exposição ao risco de crédito de uma única contraparte. Contudo, pode haver algum risco de insolvência da contraparte associado à concentração dos instrumentos financeiros e depósitos à vista no setor bancário. Essas concentrações significativas no setor bancário equivalem a 63% do total do dinheiro em espécie e dos investimentos de curto prazo e de longo prazo.

Embora não haja variação significativa nas alocações de crédito dentro das carteiras, houve um ligeiro aumento na direção de investimentos de renda fixa de maior qualidade em 2018.

Risco de crédito	2018		2017	
Caixa e equivalentes de caixa	65 163	16.7%	60 804	15.9%
AAA	223 363	57.4%	225 619	58.9%
AA	41 072	10.6%	26 273	6.9%
A	45 235	11.6%	46 321	12.1%
BBB	14 233	3.7%	18 317	4.8%
Outros	105	0.0%	5 494	1.4%
Total	389 171	100%	382 828	100%

Os requisitos mínimos de qualidade de crédito aplicados a todos os investimentos, conforme o definido na Política de Investimentos, se enquadram no intervalo do grau de investimento. Embora a classificação de crédito do governo dos Estados Unidos tenha sido rebaixada de sua classificação histórica AAA por uma das agências de classificação risco em 2012, não há nenhuma evidência que indique que o tomador deixará de cumprir suas obrigações.

Os investimentos de longo prazo e as carteiras administradas da OPAS são mantidos da seguinte maneira:

Tipo de investimento	2018	2017
Fundos do mercado monetário	3 810	3 339
Emissões do governo e de agências dos EUA	211 918	211 089
Títulos lastreados em hipotecas e em ativos	16 539	17 115
Títulos privados	123 035	126 470
Títulos de governos municipais		999
Outros	24 145	6 494
Depósitos bancários	9 724	21 323
Total dos investimentos de longo prazo	389 171	382 828

5.4 Risco cambial

A demonstração da situação financeira não reflete uma exposição significativa ao risco cambial, pois os depósitos em moeda estrangeira em qualquer momento são irrelevantes ou se destinam a gastos em moeda estrangeira. No decorrer do exercício, uma parcela considerável dos gastos (34%) é desembolsada em moedas diferentes do dólar dos Estados Unidos. Esses desembolsos não estão protegidos, mas são cobertos por receitas em moedas nacionais e pela compra de moeda nacional no mercado de acordo com as necessidades no momento do desembolso.

Podem ser recebidas contribuições em moedas estrangeiras, com a condição de que o montante possa ser absorvido pelas representações nos países em um prazo de trinta dias. A maioria dos recursos mantidos nas contas no Brasil está comprometida com programas específicos que estipulam desembolsos em moeda nacional no prazo de seis meses. O Comitê de Investimentos aprovou uma exceção às diretrizes de administração do caixa, que limitam o saldo em moeda nacional mantido em nível local, no caso do programa brasileiro a fim de eliminar a necessidade de ingressar no mercado para comprar ou vender moeda nacional. Portanto, não se prevê que os depósitos no Brasil estejam sujeitos ao risco cambial.

Alguns depósitos em moeda nacional em Cuba e na Venezuela em um total inferior a US\$ 0,3 milhão estão sujeitos a restrições que dificultam repatriar esses recursos para a sede da OPAS. Essas restrições podem aumentar o risco cambial para a Organização. A OPAS tomou as medidas necessárias para mitigar o risco e continua buscando opções em termos de câmbio. Os saldos da OPAS em moeda local são mínimos.

6. Contas a receber

	31 de dezembro de 2018	Total 31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	Total 31 de dezembro de 2017
Circulante				
Contribuições fixas		42 769		44 363
Fundo de Equalização de Impostos		5		5
Contribuições voluntárias		86 077		218 185
Contribuições voluntárias: Prontidão para emergências e assistência em caso de desastres			1 000	
Contribuições voluntárias			58 550	
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais			158 635	
Fundos de compras		55 674		70 659
Saldo devido pela Fundação da OPAS				560
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução		44		45
Adiantamentos ao pessoal		6 034		5 029
Gastos pré-pagos		6 500		9 616
Valores a receber diversos		4 585		3 854
Total		201 688		352 316
Não circulante				
Contribuições voluntárias		79 608		140 031
Contribuições voluntárias	26 025		65 863	
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais	53 583		74 168	
Compra de provisões de saúde pública				80
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas			80	
Total		79 608		140 111

6.1 Contas a receber relativas às contribuições fixas

	Em atraso	2018	Total 2018	Total 2017
Argentina		2 914	2 914	1 313
Aruba				21
Bahamas		46	46	
Brasil		12 102	12 102	6 681
Colômbia		1 591	1 591	1 263
Costa Rica		53	53	37
Curaçao	21	22	43	21
El Salvador		74	74	166
Estados Unidos		20 472	20 472	32 177
França		55	55	3
Granada				21
México		459	459	
Países Baixos		21	21	
Peru		543	543	165
Porto Rico	239	24	263	320
Reino Unido		12	12	
São Vicente e Granadinas		21	21	
São Martinho	21	22	43	59
Suriname	25	21	46	25
Venezuela	2 091	1 920	4 011	2 091
TOTAL	2 397	40 372	42 769	44 363

6.1.1 Contas a receber relativas às compras de provisões de saúde pública

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	53 910	66 637
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas	2 842	4 022
Total	55 674	70 659

7. Estoques

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
PROMESS	1 080	705
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução	6 744	7 306
Saldo final do estoque	7 824	8 010

8. Ativo imobilizado

2018	Terrenos	Prédios	Equipamento de computação	Equipamento de escritório	Veículos automotores	Equipamento audiovisual	Benfeitorias em bens alugados	Prédios móveis	Total
Custo em 1º de janeiro	64 026	44 867	657	165	2 532	317	266	27	112 857
Acréscimos				35	478				513
Alienações			(22)		(105)				(127)
Custo em 31 de dezembro	64 026	44 867	635	200	2 905	317	266	27	113 243
Depreciação em 1º de janeiro		2 626	657	117	1 498	317	266	19	5 500
Cobrado no período corrente		1 314		40	367			5	1 726
Alienações			(22)		(105)				(127)
Depreciação em 31 de dezembro		3 940	635	157	1 761	317	266	24	7 100
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	64 026	40 927		43	1 144			3	106 143

2017	Terreno	Prédios	Equipamento de computação	Equipamento de escritório	Veículos automotores	Equipamento audiovisual	Benfeitorias em bens alugados	Prédios móveis	Total
Custo em 1o de janeiro	64 026	44 867	657	165	1 865	317	266	27	112 190
Acréscimos					730				730
Alienações					(63)				(63)
Custo em 31 de dezembro	64 026	44 867	657	165	2 532	317	266	27	112 857
Depreciação em 1o de janeiro		1 313	610	73	1 236	302	266	14	3 814
Cobrado no período corrente		1 313	47	45	325	15		5	1 750
Alienações					(63)				(63)
Depreciação em 31 de dezembro		2 626	657	118	1 498	317	266	19	5 501
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2017	64 026	42 241		47	1 034			8	107 356

8.1 Ativos transferidos com condições

De acordo com o documento de doação registrado no Registro Público, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), seus sucessores e cessionários concederam à OPAS a propriedade do terreno no qual estão localizados os prédios da Representação da OPAS/OMS no Brasil. O documento estipula também que a OPAS não pode transferir, alugar nem emprestar o terreno doado sob pena de revogação da doação. Caso o terreno seja vendido para a mesma finalidade (ou seja, estabelecimento de uma sede), a OPAS deve obter o consentimento por escrito do governo e pagar a ele o valor atual do terreno. Isso não abrange os prédios nem nenhum outro bem imóvel. Devido à restrição imposta à venda do terreno e à exigência de pagar ao Governo do Brasil o valor atual do terreno, a Organização reconheceu essa propriedade na demonstração da situação financeira como um ativo e como um passivo. (Nota 11).

8.2 Reavaliação dos terrenos e prédios

Seguindo as políticas contábeis da Organização (Nota 2.8), realiza-se periodicamente uma reavaliação. A última reavaliação completa ocorreu no fim de 2015.

Os montantes decorrentes da avaliação de 2015 de cada propriedade da Organização são os seguintes:

Prédios	
Argentina	1 600
Barbados	2 332
Brasil	4 418
Jamaica	1 464
Guatemala	2 437
Guiana	614
Haiti	1 061
Washington, D.C.	28 110
Paraguai	464
Peru	1 441
Venezuela	926
Subtotal prédios	44 867
Terrenos	
Brasil	7 796
Haiti	1 229
Washington, D.C.	44 440
Peru	8 914
Venezuela	1 647
Subtotal terrenos	64 026
Total	108 893

9. Ativo intangível

A Organização apresenta em separado os itens do ativo intangível que estão:

- a) Disponíveis para uso e sujeitos a amortização;
- b) Em desenvolvimento e ainda não foram concluídos. Não há ativos intangíveis em desenvolvimento com referência a 2018.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativos intangíveis disponíveis para uso		
Custo em 1º de janeiro	4 681	3 689
Acréscimos		992
Custo em 31 de dezembro	4 681	4 681
Amortização em 1º de janeiro	3 750	3 263
Cobrado no período corrente	236	487
Amortização em 31 de dezembro	3 986	3 750
Valor contábil líquido dos ativos intangíveis disponíveis para uso em 31 de dezembro	695	931
Total do ativo intangível	695	931

10. Obrigações acumuladas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Obrigações acumuladas – Fundo do Orçamento Ordinário	780	1 866
Obrigações acumuladas – Outras fontes – OPAS	24 098	20 330
Obrigações acumuladas – Outras fontes – OMS	520	742
Total	25 398	22 938

11 Contas a pagar

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		
Contribuições fixas recebidas antecipadamente	9	10
Contribuições voluntárias de acordos caducados	2 970	1 192
Compras de provisões de saúde pública	438	226
Saldo devido à Organização Mundial da Saúde devido a transações entre escritórios.	5 751	2 280
Diversos	2 774	4 635
Total	11 942	8 343
Não circulante		
Ativo com passivo restrito – Imóveis em Brasília, Brasil (Nota 8.2)	7 796	7 796
Total	7 796	7 796

12 Benefícios aos empregados

Nos termos do Regulamento do Pessoal da Organização Pan-Americana da Saúde, a Organização concede alguns benefícios a seus empregados que podem ser classificados como passivo de curto prazo e outros que podem ser classificados como passivo de longo prazo. Os benefícios aos empregados classificados como passivo de curto prazo são o subsídio para educação, a viagem relacionada com o subsídio para educação e o subsídio por novo destino. Os benefícios aos empregados que podem ser categorizados como passivo de longo prazo abrangem certos pagamentos finais, como o pagamento da licença anual, o auxílio por repatriação, a viagem de repatriação e outras indenizações relacionadas ao desligamento do serviço, conforme o caso.

Para acumular os recursos necessários para fazer face a esse passivo de curto prazo e de longo prazo, a Organização criou três fundos.

12.1 Fundo de Benefícios do Pessoal

Estabelecido em janeiro de 2008, financia as obrigações de curto prazo do subsídio para educação, das viagens relacionadas com o subsídio para educação e do subsídio por novo destino. Recebe aportes mensais de contribuições da Organização calculadas com base na folha de pagamento.

12.2 Fundo do Seguro-saúde Pós-Serviço

Estabelecido em 2010, reflete o financiamento e o passivo da Organização referentes ao seguro-saúde dos funcionários atuais e ex-funcionários nos próximos anos. Faz parte do Fundo do Seguro-saúde do Pessoal da Organização Mundial da Saúde (OMS), administrado pelo Comitê de Supervisão Global (GOC, na sigla em inglês), que assessora o Diretor-Geral da OMS.

A OPAS informa à Secretaria do Seguro-saúde do Pessoal (SHI) todas as atividades relacionadas a esse fundo (ou seja, a receita arrecadada com as contribuições da Organização). A Secretaria do SHI divulga anualmente no Relatório da SHI o total da obrigação pelos benefícios definidos (OBD) do Fundo e divulga a parcela da OBD atribuível ao pessoal ativo e aos aposentados de cada uma das organizações participantes. Um acordo entre a OMS e a OPAS estabelecido em 2016 delegou à OMS a autoridade para administrar todos ativos do plano da OPAS para o SHI. Atualmente, a OPAS e a OMS estão fazendo uma revisão do censo e um estudo dos critérios associados à alocação dos custos e obrigações do SHI. Essa análise será concluída em 2019 e, com base em um acordo com a Secretaria do SHI, será refletida em relatórios financeiros futuros.

As atividades relacionadas à obrigação pelos benefícios definidos são obtidas por meio de um relatório atuarial global anual elaborado para a Secretaria do SHI por um atuário independente. Nesse relatório, são apresentadas as atividades segregadas para cada uma das organizações participantes do SHI, incluída a OPAS. O relatório atuarial deste ano abrange várias informações de divulgação obrigatória em conformidade com os parágrafos 141 e 149 da IPSAS 39, como segue:

- 141(a)i) O Seguro-saúde do Pessoal reembolsa os gastos relacionados com a atenção à saúde, assim como os respectivos custos administrativos, do pessoal na ativa e aposentado que cumpre os critérios estabelecidos e seus dependentes.
 - ii) O SHI não está sujeito a nenhum quadro regulatório externo.
 - iii) O Comitê de Supervisão Global (GOC) rege todo o Seguro-Saúde do Pessoal. De modo geral, esse comitê faz duas reuniões por ano, nas quais se faz um monitoramento da experiência histórica e se analisam possíveis mudanças no desenho e administração do plano.
- 141(b) Os principais riscos financeiros e econômicos enfrentados pelos planos são a variação das taxas de desconto e do retorno dos ativos.
- 141(d) A taxa de desconto é calculada para cada grupo regional de representações, com base nos rendimentos de títulos privados com classificação de crédito elevada na data da mensuração, bem como nos fluxos de caixa previstos na exposição cambial pressuposta para cada grupo de representações.
- 149(a) Como organização participante do SHI, a OPAS não está obrigada legalmente a reservar recursos antecipadamente para o plano. No entanto, atualmente o GOC tem como intenção acumular recursos para que, com o passar do tempo, consiga aproximar-se do financiamento integral do passivo contábil. O principal mecanismo para alcançar essa meta é fazer aumentos constantes das contribuições da Organização e dos participantes para o Fundo do Seguro-saúde do Pessoal, com o excedente de cada ano sendo mantido nos ativos do fundo.

12.3 Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação

Estabelecido em abril de 1972, reflete o financiamento e o passivo da Organização referentes aos pagamentos no caso de rescisão do contrato de trabalho e abrange a licença anual, o auxílio por repatriação, a viagem de repatriação e a mudança dos móveis e pertences. As atividades da obrigação pelos benefícios definidos são obtidas por meio de um relatório atuarial anual elaborado por um atuário independente. O relatório atuarial deste ano contém as seguintes informações de divulgação obrigatória em conformidade com os parágrafos 141 e 149 da IPSAS 39, como segue:

- 141(a)i) O plano para pagamentos por rescisão de contrato de trabalho e repatriação (TAREP) oferece certos benefícios após o desligamento do serviço, como: pagamentos de férias acumulados; benefícios por repatriação, invalidez e morte; e indenizações pelo desligamento do serviço.
- ii) O TAREP não está sujeito a nenhum quadro regulatório externo.
- iii) Não foi estabelecido um comitê de governança formal para o TAREP. No entanto, A Direção da OPAS supervisiona as operações do TAREP em conformidade com as regras do pessoal.
- 141(b) Os principais riscos financeiros e econômicos enfrentados pelos planos são a variação das taxas de desconto e do retorno dos ativos.
- 141(d) A taxa de desconto reflete fluxos de caixa antecipados do plano. Os fluxos de caixa são descontados usando uma curva de rendimento dos EUA para títulos privados com classificação de crédito elevada na data da mensuração.
- 149(a) A OPAS não está obrigada legalmente a reservar recursos antecipadamente para o plano. No entanto, atualmente a Direção da OPAS tem como intenção acumular recursos para que, com o passar do tempo, consiga aproximar-se do financiamento integral do passivo contábil. 149(a) O principal mecanismo para alcançar essa meta é fazer contribuições para o fundo, com o excedente de cada ano mantido nos ativos do fundo.

Em 31 de dezembro de 2018, a situação do passivo circulante e não circulante referente aos benefícios definidos segundo os cálculos dos consultores atuariais é a seguinte:

	Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço	Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação	Total 2018	Total 2017
Passivo circulante		2 759	2 759	2 812
Passivo não circulante	198 792	1 676	200 468	235 794
Total	198 792	4 435	203 227	238 606

- Ganhos e perdas (variações inesperadas no excedente ou déficit) são reconhecidos de imediato no balanço e não impactam gastos passados nem futuros.
- A taxa prevista de rendimento dos ativos foi estabelecida com base na ferramenta eletrônica da Aon Hewitt Corporation, anteriormente conhecida como Aon Hewitt Associates LLC, (horizonte de 30 anos para o ASHI apenas) e na carteira atual.
- Não existe direito de reembolso.
- As contribuições previstas da Organização durante 2019 estão estimadas em US\$ 8 079 000 para o Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço e US\$ 2 759 352 para os o Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação.

12.4 Avaliações atuariais dos benefícios pós-emprego e dos outros benefícios relacionados ao desligamento do serviço

Em 2018, as taxas de contribuição para esses dois fundos de longo prazo foram 5% do salário-base líquido mais o reajuste por lugar de destino, creditado no Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação, e 4% do salário-base, creditado no Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço.

Os ativos apresentados com referência ao Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço abrangem parte dos ativos mantidos de forma agregada pelo Fundo do Seguro-saúde do Pessoal (SHI) administrado pelo Comitê de Investimentos da OMS. Os ativos do Fundo não foram alocados irrevogavelmente entre a OMS, a Organização (ou seja, a OPAS) e o restante da OMS e as entidades por ela administradas.

12.5 Pressupostos e métodos atuariais

Entre os outros benefícios de longo prazo aos empregados figuram a viagem de licença no país de origem, acumulada mensalmente. Os empregados que têm direito a esse benefício devem ganhá-lo e usá-lo a cada dois anos.

Pressuposto	Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço	Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação
Norma contábil	Norma Internacional de Contabilidade do Setor Público 39	
Data de medição	31 de dezembro de 2018	
Taxa de desconto	4,5 %	4,0%
Inflação geral	2,2%	
Aumentos de custos médicos	Estados Unidos: 4,9% em 2019, recuando gradualmente até 3,85% em 2032 e anos posteriores. Resto do continente: 6,25% em 2018, recuando gradualmente até 3,85% em 2040 e anos posteriores.	Não se aplica
Alterações futuras na taxa de contribuição dos participantes	4,0% ao ano até 2019, 2,0% ao ano de 2020 a 2049 e 0,0% ao ano a partir de então.	Não se aplica
Expectativa de vida	As taxas de mortalidade coincidem com as da avaliação feita em 31 de dezembro de 2018 avaliação do Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas.	
Custos médicos médios	Por adulto em 2019, US\$ 13 744 nos Estados Unidos e US\$ 5 431 no resto do continente.	Não se aplica

As tabelas a seguir fornecem mais informações e uma análise das obrigações relacionadas aos benefícios aos empregados calculadas pelos atuários.

12.6 Resumo atuarial do Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço e do Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação

Descrição	Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço	Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação	Total 2018	Total 2017
Conciliação das obrigações por benefícios definidos				
Obrigações por benefícios definidos (saldo inicial)	299 597	15 735	315 332	268 897
Custo do serviço	8 913	1 905	10 818	9 075
Juros sobre as obrigação por benefícios definidos	11 224	473	11 697	11 188
Pagamentos efetivos de benefícios brutos pós-serviço	(8 773)	(2 194)	(10 967)	(11 945)
Gastos administrativos efetivos pós-serviço	(310)		(310)	(504)
Contribuições efetivas dos participantes pós-serviço	1 983		1 983	1 848
Alterações no plano adotadas	(24 247)		(24 247)	
Mudanças nos métodos contábeis decorrente de mudanças nos pressupostos financeiros	(31 472)	(670)	(32 142)	29 182
decorrente de mudanças em outros pressupostos	(508)	786	278	7 591
Obrigações por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2018	262 574	16 036	278 610	315 332
Conciliação dos ativos do plano				
Ativos do plano (saldo inicial)	65 311	11 412	76 723	71 406
Pagamentos efetivos de benefícios brutos aos participantes do SHI	(16 695)	(2 194)	(18 889)	(20 978)
Gastos administrativos do SHI	(590)		(590)	(967)
Contribuições dos participantes para o SHI	5 435		5 435	5 921
Total das contribuições efetivas da Organização	10 860	2 194	13 054	12 380
Contribuições do SHI da OMS para o ASHI da OPAS				3 643
Contribuições para aumentar os ativos	1 988		1 988	1 495
Juros sobre os ativos líquidos	2 482	377	2 859	2 965
Ganho/(perda) com os ativos do plano	(5 009)	(189)	(5 198)	860
Ativos do plano em 31 de dezembro de 2018	63 782	11 600	75 382	76 725
Conciliação da situação do financiamento				
Obrigações por benefícios definidos				
Ativos	79 543	16 036	95 579	114 677
Inativos	183 031		183 031	200 655
Total das obrigações por benefícios definidos	262 574	16 036	278 610	315 332
Ativos do plano				
Ativos do plano brutos	63 782	11 600	75 382	76 725
Compensação pela reserva (norma 470.1 do SHI-OMS)				
Total dos ativos do plano	63 782	11 600	75 382	
Circulante		2 759	2 759	2 812
Não circulante	198 792	1 676	200 468	235 795
Passivo (ativo) líquido reconhecido na demonstração da situação financeira	198 792	4 435	203 227	238 607
Gastos para 2018				
Custo do serviço	8 913	1 905	10 818	10 152
Custo dos juros	8 742	473	9 215	8 316
Alterações no plano adotadas	(24 247)		(24 247)	
Total dos gastos reconhecidos na demonstração do desempenho financeiro	(6 592)	2 378	(4 214)	18 468
Contribuições previstas para 2019				
Contrib. pelo/para o pessoal ativo, excl. pedidos de reembolso e custos admin.	3 717	2 759	6 476	5 297
Contribuições da OMS para inativos	4 362		4 362	4 192
Transferência líquida da OMS para cobrir o déficit da OPAS				1 855
Total das contribuições previsto para 2019	8 079	2 759	10 838	11 344

(*) Conforme o artigo 8.1 do regulamento financeiro do SHI, a OMS estabeleceu internamente uma reserva de “compensação pelo registrado, mas não pago”, no montante de US\$ 6 168 000. A OPAS não inclui essa reserva nos seus números dos ativos do plano do ASHI.

Nota: Do total da atividade atuarial anual totalizando US\$ -32 994 454 (2017: US\$ 5 909 554), US\$ -28 780 975 (2017: US\$ 26 172 392) são informados na Demonstração das mutações do ativo líquido, e US\$ -4 213 479 (2017: US\$ 20 262 838) são informados na demonstração do desempenho financeiro.

12.7 Análise de sensibilidade médica e análise de sensibilidade da taxa de desconto — Seguro-saúde Pós-serviço*

Três dos principais pressupostos na avaliação do plano de seguro-saúde pós-serviço são: 1) a taxa à qual os custos médicos devem evoluir no futuro; 2) o rendimento dos ativos e 3) a taxa de desconto usada para determinar o valor atualizado dos benefícios a serem pagos com recursos do plano no futuro. Uma vez que a taxa de inflação dos custos médicos e a taxa de desconto têm um impacto muito significativo sobre a determinação da avaliação de longo prazo da Organização, é útil fazer uma análise de sensibilidade dessas taxas. Essa análise identifica o impacto que a taxa de inflação dos custos médicos e as variáveis da taxa de desconto terão sobre a avaliação total. A Aon Hewitt Corporation determinou o impacto do aumento ou redução dos pressupostos sobre a avaliação.

	Obrigação por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2018	Obrigação por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2017
Análise de sensibilidade médica		
Pressuposto da inflação atual dos custos médicos menos 1%	223 254	255 587
Pressuposto da inflação atual dos custos médicos	256 406	299 597
Pressuposto da inflação atual dos custos médicos mas 1%	297 781	355 403
Análise de sensibilidade da taxa de desconto		
Pressuposto da taxa de desconto atual menos 1%	301 003	359 423
Pressuposto da taxa de desconto atual	256 406	299 597
Pressuposto da taxa de desconto atual mas 1%	221 362	253 616

* A análise de sensibilidade mencionada acima não aborda o Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação, pois os benefícios desse fundo são distribuídos no momento da aposentadoria ou pouco tempo depois.

12.8 Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas

A OPAS é uma organização membro que participa do Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas (UNJSPF, na sigla em inglês), estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas para proporcionar aos empregados benefícios por aposentadoria, morte, invalidez e outros benefícios relacionados. O Fundo de Aposentadoria é um plano de benefícios definidos financiado e de múltiplos empregadores. Conforme especificado no Artigo 3(b) do Regulamento do Fundo, a participação no Fundo estará aberta às agências especializadas e a qualquer outro organismo intergovernamental internacional que participe do sistema comum de salários, abonos e outras condições de serviço das Nações Unidas e agências especializadas.

O plano expõe as organizações participantes a riscos atuariais associados aos atuais e antigos empregados de outros organismos que participam do Fundo, cuja consequência é que não há uma base uniforme e confiável para alocar a obrigação, os ativos do plano e os custos a organismos individuais participantes do plano. A OPAS e o UNJSPF, em consonância com as demais organizações participantes do Fundo, não estão em condições de identificar a parcela proporcional da OPAS da obrigação pelos benefícios definidos, os ativos do plano e os custos associados ao plano com confiabilidade suficiente para fins contábeis. Assim, a OPAS tratou esse plano como se fosse um plano de contribuições definidas, de acordo com os requisitos da IPSAS 39, Benefícios aos Empregados. As contribuições da OPAS para o plano durante o período financeiro são reconhecidas como gastos na demonstração do desempenho financeiro.

O Estatuto do Fundo estabelece que o Comitê de Pensões providenciará que o consultor atuarial faça uma avaliação atuarial do Fundo pelo menos uma vez a cada três anos. A prática do Comitê de Pensões tem sido fazer uma avaliação atuarial a cada dois anos usando o chamado método de agregação de um grupo aberto. O objetivo principal da avaliação atuarial é determinar se os ativos atuais e os ativos futuros estimados do Fundo de Aposentadoria serão suficientes para cobrir suas obrigações.

A obrigação financeira da OPAS com respeito ao UNJSPF consiste na sua contribuição obrigatória, à taxa estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas (atualmente 7,9% para os participantes e 5,8% para as organizações membros) somada à parcela que lhe corresponda da totalidade do déficit atuarial que precise ser paga em conformidade com o Artigo 26 do Estatuto do Fundo de Aposentadoria. Esses pagamentos por deficiências atuariais só deverão ser efetuados caso a Assembleia Geral das Nações Unidas invoque o disposto no Artigo 26, após haver determinado que tais pagamentos são necessários com base em uma avaliação da suficiência atuarial do Fundo na data da avaliação. Para ajudar no financiamento desse déficit, cada organização membro contribuirá um montante proporcional ao total das contribuições que tenha pagado durante os três anos anteriores à data da avaliação.

Durante 2017, o Fundo identificou anomalias nos dados do recenseamento utilizados na avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2015. Como tal, como exceção ao ciclo bienal normal, os dados da participação em 31 de dezembro de 2013 foram transportados para 31 de dezembro de 2016 pelo Fundo para os fins das suas demonstrações financeiras de 2016.

A avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2017 resultou em uma razão de financiamento entre os ativos atuariais e as obrigações atuariais, supondo que não haverá reajustes das aposentadorias no futuro, de 139,2% (150,1% com base nos dados transportados para 2016). A razão de financiamento foi de 102,7% (101,4% segundo os dados transportados para 2016) quando foi levado em conta o sistema atual de reajustes das aposentadorias.

Após avaliar a suficiência atuarial do Fundo, o consultor atuarial chegou à conclusão de que não havia nenhuma necessidade, em 31 de dezembro de 2017, de pagamentos de déficits atuariais, em conformidade com o Artigo 26 do Estatuto do Fundo, uma vez que o valor atuarial dos ativos superava o valor atuarial de todas as obrigações acumuladas do plano. Além disso, o valor de mercado dos ativos também superava o valor atuarial de todas as obrigações acumuladas até a data da avaliação. À época em que foi preparado este relatório, a Assembleia Geral não havia invocado o disposto no Artigo 26.

Caso o Artigo 26 seja invocado devido a uma deficiência atuarial, seja durante a operação em andamento ou devido ao encerramento do plano UNJSPF, os pagamentos para financiar essa deficiência exigidos de cada organização membro se baseariam na proporção das contribuições da organização membro para o total das contribuições pagas ao Fundo durante os três anos anteriores à data de avaliação. As contribuições totais pagas ao UNJSPF durante os três anos anteriores (2015, 2016 e 2017) montaram a US\$ 24 161 525, US\$ 23 550 073 e US\$ 24 476 441, respectivamente, dos quais 67% foram contribuídos pela Agência.

Durante 2018, as contribuições pagas ao UNJSPF totalizaram US\$ 17 120 012 (2017: US\$ 16 297 962). A previsão é que as contribuições com vencimento em 2019 somem aproximadamente US\$ 17 976 000.

A participação no Fundo pode ser encerrada por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, mediante recomendação afirmativa do Comitê de Pensões. Uma parcela proporcional dos ativos totais do Fundo na data do encerramento será paga à antiga organização membro como benefício exclusivo de seu pessoal que participava no Fundo na referida data, nos termos de um acordo aceito mutuamente entre a organização e o Fundo. Esse montante é determinado pelo Comitê de Pensões do UNJSPF, com base numa avaliação atuarial dos ativos e passivos do Fundo na data do encerramento; nenhuma parte dos ativos que excedam as obrigações é incluída nesse montante.

O Conselho de Auditoria das Nações Unidas faz uma auditoria anual do UNJSFP presta contas ao Comitê de Pensões desse Fundo e à Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a auditoria a cada ano. O UNJSPF publica relatórios trimestrais sobre seus investimentos e eles podem ser consultados no site do Fundo, no endereço www.unjspf.org.

13. Receitas diferidas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		
Contribuições voluntárias		
Contribuições voluntárias: Prontidão para emergências e assistência em caso de desastres	10 996	4 626
Contribuições voluntárias	69 872	79 267
Contribuições voluntárias nacionais	96 788	325 460
Compras de provisões de saúde pública		
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	328 096	194 102
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas * de Saúde Pública	45 475	51 600
Compras reembolsáveis *	4 305	6 166
Receita de serviços	638	
Total	556 170	661 221
Não circulante		
Contribuições voluntárias		
Contribuições voluntárias	36 872	76 935
Contribuições voluntárias nacionais	113 629	142 614
Total	150 501	219 549

* Os montantes indicados em 2017 para esses dois mecanismos foram trocados de forma não intencional.

14. Saldos dos fundos e reservas

Os saldos dos fundos representam a porção não gasta das contribuições que serão utilizadas para suprir necessidades operacionais futuras dos programas ou projetos.

As reservas são estabelecidas pelos Órgãos Diretores como mecanismos para custear e/ou financiar os programas e projetos da Organização. Atualmente são os seguintes:

- Fundo de Capital de Giro
- Fundo de Equalização de Impostos
- Fundo Mestre de Investimentos de Capital (FMIC)
- Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas
- Contribuições voluntárias: Prontidão para emergências e assistência em caso de desastres
- Fundo Especial para a Promoção da Saúde
- Fundo do excedente orçamentário
- Fundo de Emergência para Epidemias
- Fundo do plano quinquenal sobre inocuidade dos alimentos
- Fundo do excedente da implementação das IPSAS para financiar o PMIS
- Fundo do excedente de receita
- Fundo do excedente da implementação das IPSAS

Resumo dos saldos dos fundos e reservas

	Saldo 31 de dezembro de 2017	Receita	Gastos	Transferências	Avaliação atuaria	Saldo 31 de dezembro de 2018
Saldos dos fundos:						
Provisões Estratégicas de Saúde Pública Capitalização	14 985	68 280	66 461	1 600		18 404
Seguro-saúde pós-serviço da OPAS	(234 284)		(8 789)		26 703	(198 792)
Contribuições voluntárias	35	46 192	46 191			36
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais		439 396	439 395			1
Receita de serviços	5 586	3 141	2 575	705		6 857
Provisão para benefícios do pessoal	2 145		(343)			2 488
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	180 966	605 326	590 652			195 640
		4 655	4 655			
Contribuições fixas e receitas diversas da OPAS	93 535	106 661	107 491	(705)		92 000
Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação	2 044	188	233		2 078	4 077
Fundo do encargo de ocupação de postos *	12 960		3 526			9 434
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução	13 254	2 549	3 860			11 943
Orçamento Ordinário da AMRO		42 560	42 560			
Fundos voluntários da AMRO para a promoção da saúde		21 186	21 186			
Conta especial da AMRO para gastos com a prestação de serviços		5 569	5 569			
Subtotal	91 226	1 345 703	1 325 222	1 600	28 781	142 088
Reservas:						
Fundo de capital de giro	21 717					21 717
Fundo de Equalização de Impostos	(4 831)	6 075	6 815			(5 571)
Fundo Mestre de Investimentos de Capital	20 094	1 190	1 631	4 061		23 714
Fundo especial para apoio a programas	108 138	34 535	28 674			113 999
Contribuições voluntárias: Prontidão para emergências e assistência em caso de desastres	2 679	5 915	5 915			2 679
Fundo especial para promoção da saúde	775	17	9			783
Fundo do excedente orçamentário	132					132
Fundo de emergência para epidemias	1 086		529			557
Fundo do plano quinquenal sobre inocuidade dos alimentos	1					1
Fundo do excedente da implementação das IPSAS para financiar o Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS)	2 102					2 102
Fundo do excedente de receita	5 661			(5 661)		
Subtotal	157 554	47 732	43 573	(1 600)		160 113
Total	248 780	1 393 435	1 368 795		28 781	302 201

* O saldo de 2018 deste fundo é composto por US\$ -4 435 988 do Plano para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (ver a Nota 12.6); US\$ 6 827.640 do Fundo da OPAS para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e US\$ 1 685 322 do Fundo Local para Pagamentos de Benefícios por Rescisão não Associados à ONU (LNTBF).

14.1 Fundo de Capital de Giro

Foi estabelecido com a finalidade principal de fornecer recursos, conforme necessário, para financiar os orçamentos ordinários enquanto se recebem as contribuições pendentes de pagamento dos Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados.

O 53º Conselho Diretor, por meio da resolução CD53.R10, datada de 2 de outubro de 2014, aprovou um aumento do nível autorizado de US\$ 20 000 000 para US\$ 25 000 000.

Em conformidade com o Artigo 4.5 do Regulamento Financeiro, todo déficit de receitas em relação às despesas da apropriação do Programa e Orçamento no encerramento do período orçamentário corrente será financiado primeiro pelo Fundo de Capital de Giro na medida do possível e, em seguida, por meio de empréstimo ou outro meio autorizado. As rubricas não orçamentárias, como depreciação, amortização e contribuições em espécie, não fazem parte do Programa e Orçamento e, portanto estão excluídos da receita e da despesa para calcular o excedente ou déficit de apropriação do Programa e Orçamento. Em 2018, o primeiro ano do período orçamentário do biênio, o Fundo de Capital de Giro não foi afetado.

	Total em 31 de dezembro de 2018	Total em 31 de dezembro Biênio 2017-2018
Saldo em 1º de janeiro – Biênio	21 717	20 745
2016 Excedente/(Déficit)		11 263
2017 Excedente/(Déficit)		(7 359)
Excedente/(Déficit)		3 904
2016 Rubricas não orçamentárias*		2 364
2017 Rubricas não orçamentárias*		365
Rubricas não orçamentárias*		2 729
2016 Transferência para o Fundo do excedente de receita		(5 661)
Transferência para o Fundo do excedente de receita		(5 661)
Apropriação orçamentária ordinária		
Excedente/(Déficit)		972
Saldo em 31 de dezembro	21 717	21 717

* Entre as rubricas não orçamentárias figuram a depreciação, a amortização e as contribuições em espécie.

14.2 Fundo de Equalização de Impostos

Foi criado em 1968, conforme estabelece a resolução CD18.R7 do 18º Conselho Diretor, e nele são creditadas as receitas derivadas do plano de contribuições do pessoal. Os créditos nesse Fundo são registrados em nome de cada Estado Membro na proporção da sua contribuição fixa referente ao exercício financeiro em questão e são reduzidos pelo montante necessário para reembolsar os impostos de renda que cada Estado Membro cobra dos funcionários da Organização. São feitos ajustes no exercício financeiro seguinte para levar em consideração os encargos efetivos relacionados aos montantes reembolsados aos funcionários que estejam sujeitos ao pagamento de impostos nacionais.

Os Estados Membros que participam do Fundo de Equalização de Impostos tinham os seguintes saldos no encerramento do período de apresentação de informações financeiras.

Estados Membros	Saldo 1º de janeiro de 2018	Créditos do Fundo de Equalização Tributária	Distribuição aos Estados Membros	Disponível para cobrir os reembolsos de impostos ao pessoal	Impostos reembolsados ao pessoal	Saldo 31 de dezembro de 2018
Canadá	21	801	761	40	39	22
Colômbia	16	134	134			16
Estados Unidos	(4 822)	4 857	(1 143)	6 000	6 773	(5 595)
Venezuela	(46)	158	123	35	3	(14)
Outro		2 220	2 220			
Total	(4 831)	8 170	2 095	6 075	6 815	(5 571)

Não há nenhuma conta a receber pendente para o Fundo de Equalização de Impostos porque as obrigações para o reembolso dos impostos de renda são incluídas nas contas a receber correspondentes às contribuições fixas devidas pelos respectivos Estados Membros.

14.3 Fundo Mestre de Investimentos de Capital

Fundo Mestre de Investimentos de Capital (FNIC) estabelecido por meio da resolução CSP27.R19 da 27ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 59ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, em outubro de 2007. Desde 1º de janeiro de 2008, o fundo é composto por dois fundos subsidiários, Bens Imóveis e Equipamento, e Tecnologia da Informação, em lugar do Fundo para Bens Imóveis e o Fundo de Bens de Capital. A finalidade do Fundo é financiar a manutenção e reparos dos prédios de escritório da Organização e a substituição sistemática dos equipamentos de computação e telecomunicação, software e sistemas de apoio à infraestrutura de tecnologia da informação da Organização.

Em 2012, nos termos da resolução CSP28.R17 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, autorizou-se o estabelecimento de mais três fundos subsidiários: o Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis, o Fundo Subsidiário Rotativo e Estratégico de Bens Imóveis e o Fundo Subsidiário para a Substituição de Veículos.

14.4 Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas

Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas estabelecido em 1976 pelo Diretor, no exercício da autoridade nele investida pelo parágrafo 9.3 (originalmente 6.7) do Regulamento Financeiro, e posteriormente ratificado pela resolução CSP20.R32 da 20ª Conferência Sanitária Pan-Americana (1978).

Aos projetos do fundo de reserva é lançado um gasto de apoio a programas com base em uma porcentagem dos gastos diretos do projeto, e essa renda é creditada no Fundo. Além disso, o Fundo apoia outras atividades como a venda de publicações, a concessão de bolsas de estudos e outros. O Fundo é usado para prestar apoio aos custos indiretos associados com atividades ou projetos que não estão no orçamento. Às compras reembolsáveis é lançado um encargo por serviços com base no valor das compras, e essa renda também é creditada no Fundo.

14.5 Fundo especial para socorro em casos de desastres naturais

De acordo com a Resolução CD24.R10 do 24º Conselho Diretor (1976), foi criado para fornecer recursos que possam ser usados com rapidez pela equipe de Prontidão para Emergência e Assistência em Caso de Desastres da Organização.

14.6 Fundo Especial para a Promoção da Saúde

Na sua 13ª reunião em 1961, o Conselho Diretor estabeleceu o Fundo Especial para a Promoção da Saúde, com o objetivo de fortalecer o programa de saúde da Região das Américas.

14.7 Fundo de Emergência para Epidemias

Foi estabelecido por meio da resolução CSP28.R16 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. Esse fundo é usado como um fundo rotativo para adiantar dinheiro aos países afetados em caso de um surto epidêmico ou outra emergência de saúde pública. Os adiantamentos seriam recuperados com apelos e outras formas de contribuição voluntária recebidas em resposta à emergência.

14.8 Fundo do plano quinquenal sobre inocuidade dos alimentos

Foi estabelecido pela resolução CSP28.R16 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. Este fundo apoia iniciativas de inocuidade dos alimentos.

14.9 Fundo do Sistema de Informação para a Gestão da Repartição Sanitária Pan-Americana (PMIS)

Foi estabelecido por meio da resolução CSP28.R16 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. O fundo do PMIS foi criado visando a implementação de um software de planejamento de recursos empresariais (ERP) na Organização.

14.10 Fundo do excedente da implementação das IPSAS

Foi estabelecido por meio da resolução CSP28.R16 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. Será usado para financiar futuras iniciativas estratégicas e/ou administrativas imprevistas. As propostas futuras para o uso dessa reserva também podem abranger o aumento de outros fundos existentes.

14.11 Excedente orçamentário

O Regulamento Financeiro, aprovado por meio da resolução CD49.R1 do 49º Conselho Diretor, 61ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, estipula que “o saldo da apropriação do orçamento ordinário não comprometido ao fim do período orçamentário corrente será usado para repor o Fundo de Capital de Giro a seu nível autorizado, sendo que qualquer saldo restante estará disponível para uso subsequente em conformidade com as resoluções aprovadas pela Conferência ou Conselho Diretor”.

14.12 Excedente de receita

O Regulamento Financeiro aprovado por meio da resolução CD49.R1 do 49º Conselho Diretor, 61ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, estipula que “o excedente de receitas sobre a apropriação do orçamento ordinário ao fim de um período orçamentário será considerada excedente de receita e estará disponível para uso nos períodos subsequentes para cobrir a porção não financiada do Plano Estratégico, conforme determine o Diretor e com o consentimento do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração”.

15. Receita

	Receita 2018	Receita 2017
Receita de transações sem contrapartida		
Contribuições fixas		
Orçamento Ordinário da OPAS	97 150	96 368
Fundo de Equalização de Impostos	6 075	6 025
Subtotal	103 225	102 393
Contribuições voluntárias		
Contribuições voluntárias	46 192	46 890
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais	439 396	532 375
Contribuições voluntárias – Prontidão para emergências e assistência em caso de desastres	5 915	3 527
Fundo especial para apoio a programas	26 776	31 398
Subtotal	518 279	614 190
Outras receitas		
Orçamento Ordinário da OPAS/AMRO	42 560	41 130
Fundos voluntários da OPAS/AMRO para promoção da saúde	21 186	22 606
Conta especial da AMRO para gastos com a prestação de serviços	5 569	12 031
Subtotal	69 315	75 767
Receita de transações com contrapartida		
Compras de provisões de saúde pública		
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	605 326	611 958
Compras reembolsáveis em nome dos Estados Membros	4 655	3 838
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	68 280	69 025
Fundo especial para apoio a programas	8 008	8 135
Subtotal	686 269	692 956
Outras receitas		
Orçamento Ordinário da OPAS	39	
Renda por serviços	3 141	2 076
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução	2 495	3 360
Promoção da saúde	17	21
Fundo Mestre de Investimentos de Capital	1 190	1 053
Fundo especial para apoio a programas	1 272	947
Subtotal	8 154	7 457
Receitas diversas		
Orçamento Ordinário da OPAS		
Juros auferidos	18 389	19 022
Ganhos e perdas decorrentes de avaliação	(8 919)	(4 313)
Taxas de administração de investimentos	(445)	(477)
Outras receitas diversas	447	278
Fundo especial para apoio a programas	(1 521)	1 427
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução	54	
Provisão para pagamentos por rescisão de contrato de trabalho e repatriação	188	119
Contribuições voluntárias – Prontidão para emergências e assistência em caso de desastres		1
Subtotal	8 193	16 057
TOTAL	1 393 435	1 508 820

¹ Em 2018, o programa Mais Médicos totalizou US\$ 364 850 591 (2017: US\$ 466 453 982).

16. Gastos

	Total 2018	Total 2017
Pessoal e outros gastos de pessoal		
Pessoal internacional e nacional	114 526	138 627
Funcionários temporários	8 900	9 321
Subtotal	123 426	147 948
Provisões, produtos primários, materiais		
Vacinas/seringas/cadeia de refrigeração	590 652	594 921
Medicamentos e provisões médicas	71 116	70 950
Outros produtos e provisões	30 885	31 304
Subtotal	692 653	697 175
Equipamentos, veículos, móveis, ativo intangível, depreciação e amortização		
Equipamento, veículos, móveis ²	(513)	(723)
Ativo intangível ²		(655)
Depreciação/amortização	1 962	2 237
Subtotal	1 449	859
Serviços contratuais		
Contratos	112 459	137 836
Subtotal	112 459	137 836
Viagens		
Viagens a trabalho	49 055	54 187
Subtotal	49 055	54 187
Transferências e subvenções a contrapartes		
Cartas de acordo ³	365 813	454 959
Subtotal	365 813	454 959
Gastos operacionais gerais e outros gastos diretos¹		
Manutenção, segurança e seguro	23 940	17 900
Subtotal	23 940	17 900
DESPESA	1 368 795	1 510 864

^{1/}Os gastos operacionais gerais e outros gastos diretos abrangem os pagamentos de contratos de aluguel no montante de US\$ 3 469 650 (2017: US\$ 2 503 288).

^{2/} O saldo abrange a capitalização do ativo na demonstração da situação financeira.

^{3/} Em 2018, as cartas de acordo executadas pelo programa Mais Médicos somaram US\$ 348 250 083 (2017: US\$ 436 655 834).

17. Comparação dos montantes orçados e efetivos

Em conformidade a IPSAS 24, as variações entre os montantes orçados e efetivos devem ser reconciliadas. Devem ser fornecidas explicações de acordo com as seguintes categorias:

Diferenças de regime: Ocorrem quando o orçamento e as demonstrações financeiras são preparados por regimes diferentes (ou seja, o orçamento preparado pelo regime de caixa e as demonstrações financeiras, pelo regime de competência). No caso da OPAS, embora o orçamento seja preparado pelo regime de competência, alguns gastos não são incluídos: (depreciação, amortização e o custo dos bens vendidos).

Diferenças temporais: Ocorrem quando o período do orçamento difere do período refletido nas demonstrações financeiras. O orçamento da OPAS é preparado em uma base bienal, embora suas demonstrações financeiras sejam preparadas anualmente.

Diferenças de apresentação: Decorrem dos esquemas de formatação e classificação usados na apresentação do fluxo de caixa e na comparação dos montantes orçados e efetivos (por exemplo, atividades de investimento e financiamento mostradas na demonstração dos fluxos de caixa, mas não orçadas).

As diferenças de entidade abrangem gastos efetivos para programas não refletidos no orçamento. Esses programas são classificados como "fora do Programa e Orçamento". Entre os programas que se enquadram nessa classificação destacam-se: as contribuições voluntárias nacionais, o Fundo Rotativo para Compra de Vacinas, o Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço da OPAS, o Fundo do Encargo de Ocupação de Postos e o Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução.

17.1 Conciliação entre as atividades do fluxo de caixa e os gastos efetivos informados na demonstração da comparação dos montantes orçados e efetivos

Apresenta-se a seguir a conciliação entre os montantes efetivos apresentados na demonstração da comparação dos montantes orçados e efetivos e os montantes efetivos registrados na demonstração dos fluxos de caixa referentes ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2018:

Atividade	Investimentos e financiamento		Total
	Operações		
Montantes efetivos sobre uma base comparável da demonstração de montantes orçados e efetivos	(261 548)		(261 548)
Diferenças de critério	(1 962)		(1 962)
Diferenças de tempo			
Diferenças de apresentação		64 691	64 691
Diferenças de entidade	326 791		326 791
TOTAL	63 281	64 691	127 972

17.2 Conciliação entre os gastos totais (líquidos) apresentados na demonstração do desempenho financeiro e os gastos informados na comparação entre os montantes orçados e efetivos (Programa e Orçamento)

Atividade	Total
Montantes efetivos sobre uma base comparável da demonstração de montantes orçados e efetivos	(261 548)
Diferenças de critério	(1 962)
Diferenças de tempo	
Diferenças de apresentação	
Diferenças de entidade	(1 105 285)
TOTAL	(1 368 795)

17.3 Gastos vs. financiamento de 2018

Categoria/área programática	Orçamento aprovado 2018-2019	Recursos orçados em 31 de dezembro	Gastos efetivos	% dos gastos vs. recursos orçados
1. Doenças transmissíveis	114 600	92 373	49 878	54%
2. Doenças não transmissíveis e fatores de risco	59 100	41 332	21 199	51%
3. Determinantes da saúde e promoção da saúde	81 400	54 289	26 891	50%
4. Sistemas de saúde	118 400	87 661	43 983	50%
5. Emergências de saúde	56 400	40 086	19 983	50%
6. Liderança, governança e funções facilitadoras	189 700	143 255	78 911	55%
Total dos programas de base (categorias 1 a 6)	619 600	458 996	240 845	52%
Programas especiais e resposta a emergências	56 000	42 684	20 703	49%
TOTAL	675 600	501 680	261 548	52%

Dado que o orçamento aprovado da OPAS geralmente não é totalmente financiado, pode ser útil comparar os gastos e o financiamento (“recursos orçados”), conforme mostrado na tabela acima, bem como o orçamento aprovado (volumes de recursos ou tetos), conforme mostrado na comparação dos montantes orçados e efetivos.

A tabela acima mostra que todas as categorias estão “no rumo certo” em termos de gastos vs. financiamento disponível, com taxas em torno de 50%, como seria esperado na metade do biênio.

18 Informação financeira por segmentos

18.1 Demonstração da situação financeira por segmentos

	Total do segmento de atividades básicas	Total do segmento de atividades em parceria	Total do segmento de atividades comerciais	Total do segmento de atividades especiais	Segmento entre partes	Total 2018	Total 2017
ATIVO							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	193 712					193 712	65 740
Investimentos de curto prazo	288 320					288 320	359 795
Devido de outros segmentos*		182 735	661 450	39 324	(883 509)		
Contas a receber	51 289	89 976	58 169	2 254		201 688	352 316
Estoques			7 824			7 824	8 010
Total do ativo circulante	533 321	272 711	727 443	41 578	(883 509)	691 544	785 861
Ativo não circulante							
Investimentos de longo prazo	379 245					379 245	372 974
Contas a receber		79 608				79 608	140 111
Ativo fixo líquido	103 491			2 652		106 143	107 356
Ativo intangível			695			695	931
Total do ativo não circulante	482 736	79 608	695	2 652		565 691	621 372
TOTAL DO ATIVO	1 016 057	352 319	728 138	44 230	(883 509)	1 257 235	1 407 233
PASSIVO							
Passivo circulante							
Obrigações acumuladas	3 089	17 748	2 262	2 299		25 398	22 938
Devido a outros segmentos*	883 509				(883 509)		
Contas a pagar	7 814	3 141	519	468		11 942	8 343
Benefícios aos empregados				2 759		2 759	2 812
Receitas diferidas		177 656	378 514			556 170	661 221
Total do passivo circulante	894 412	198 545	381 295	5 526	(883 509)	596 269	695 314
Passivo não circulante							
Contas a pagar	7 796					7 796	7 796
Benefícios aos empregados				200 468		200 468	235 794
Receitas diferidas		150 501				150 501	219 549
Total do passivo não circulante	7 796	150 501		200 468		358 765	463 139
TOTAL DO PASSIVO	902 208	349 046	381 295	205 994	(883 509)	955 034	1 158 453
ATIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Saldos dos fundos e reservas							
Saldos dos fundos	92 000	37	232 844	(182 793)		142 088	91 226
Reservas	21 849	3 236	113 999	21 029		160 113	157 554
SALDOS DOS FUNDOS E RESERVAS LÍQUIDOS	113 849	3 273	346 843	(161 764)		302 201	248 780

* Os montantes devidos de outros segmentos ou devidos a outros segmentos decorrem do fato de a OPAS manter um caixa compartilhado em nome de outros segmentos. Esses montantes não podem ser alocados diretamente a um segmento de caixa e serão eliminados na consolidação.

18.2 Demonstração do desempenho financeiro por segmentos

	Total do segmento de atividades básicas	Total do segmento de atividades em parceria	Total do segmento de atividades comerciais	Total do segmento de atividades especiais	Segmento entre partes	Total 2018	Total 2017
RECEITA							
Receita de transações sem contrapartida							
Contribuições fixas	97 150			6 075		103 225	102 393
Contribuições voluntárias		518 279	26 776		(26 776)	518 279	614 190
Outras receitas	42 560	21 186	5 569			69 315	75 767
Receita de transações com contrapartida							
Compras de provisões de saúde pública			694 277		(8 008)	686 269	692 956
Outras receitas	39		7 785	27 884	(27 554)	8 154	7 457
Receitas diversas	9 472		(1 467)	188		8 193	16 057
RECEITA TOTAL	149 221	539 465	732 940	34 147	(62 338)	1 393 435	1 508 820
DESPESA							
Pessoal e outros gastos de pessoal	98 688	13 569	23 324	14 522	(26 677)	123 426	147 948
Provisões, produtos primários, materiais	3 049	23 044	673 517	1 654	(8 611)	692 653	697 175
Equipamentos, veículos, móveis, ativo intangível, depreciação e amortização	1 406		199	(156)		1 449	859
Serviços contratuais	28 176	72 479	7 387	4 493	(76)	112 459	137 836
Viagens	12 384	34 441	2 252	175	(197)	49 055	54 187
Transferências e subvenções a contraparte	2 534	362 944	335			365 813	454 959
Gastos operacionais gerais e outros gastos diretos	3 814	6 740	4 314	9 073	(1)	23 940	17 900
Gastos de apoio indiretos		26 776			(26 776)		
DESPESA TOTAL	150 051	539 993	711 328	29 761	(62 338)	1 368 795	1 510 864
EXCEDENTE/(DÉFICIT) LÍQUIDO	(830)	(528)	21 612	4 386		24 640	(2 044)

19. Perdas, pagamentos *ex gratia* e baixa contábil

Em 2018, a Organização registrou os seguintes lançamentos contábeis:

- Foram registrados US\$ 564 como perdas/danos do programa PALTEX em decorrência de recontagens físicas de estoques durante a visita anual aos pontos de distribuição (2017: US\$ 6 274);
- O montante de US\$ 51 452 foi registrado como baixa contábil do programa PALTEX (2017: US\$ 0);
- Foram registrados US\$ 36 407 a título de baixas contábeis referentes a cartas de acordo não executadas pelas instituições beneficiárias (2017: US\$ 0);
- O montante de US\$ 26 foi registrado como baixas contábeis de pequenos montantes (2017: US\$ 0);
- Nenhuma baixa contábil foi registrada como dispensa administrativa para cartas de acordo (2017: US\$ 447 800);
- Foram registrados US\$ 444 como pagamentos *ex gratia* (2017: US\$ 400).

20. Casos de fraude e presunção de fraude

Em 2018, foi notificado um total de 56 casos de fraude, roubo e perda de propriedade, avaliado em US\$ 143 153. A OPAS recuperou US\$ 83 819 desse montante, restando uma perda líquida total para a Organização de US\$ 59 333.

O programa PALTEX teve 12 casos envolvendo a perda ou roubo de livros de texto perfazendo um total de US\$ 59 088. Em 11 desses casos, as perdas foram reembolsadas à OPAS pelos postos de venda. Em um exemplo, porém, os livros de texto foram perdidos em trânsito e nunca chegaram aos postos de venda a que se destinavam. Assim, a Organização absorveu a perda nesse caso e sofreu uma perda líquida de US\$ 3 263 relativa ao programa PALTEX em 2018.

Em 2018, houve 34 casos envolvendo a perda ou roubo de propriedade da OPAS do pessoal da OPAS nas representações nos países e na sede. O prejuízo total líquido para a Organização por esses bens perdidos ou roubados foi de US\$ 8 889.

Além disso, houve quatro casos envolvendo suspeita de fraude financeira que resultaram em investigações pelo Escritório de Investigações. O montante da perda líquida para a Organização nesses casos foi de US\$ 47 181.

Por último, houve seis casos em que pessoas alheias à Organização usaram indevidamente cartões de crédito ou de compra da OPAS. Nesses casos, as operações fraudulentas, perfazendo um total de US\$ 1 496, foram estornadas pelas instituições financeiras pertinentes.

21. Entidades relacionadas e outras informações reveladas por pessoal da Direção

Conforme indicado na Nota 1, a Organização serve como Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. A relação entre as duas organizações é detalhada no Acordo entre a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde, devidamente assinado em 24 de maio de 1949. Esse acordo prevê a alocação de recursos do orçamento da OMS para execução pela OPAS. A gestão financeira do financiamento recebido da OMS pela Organização é regida pelo Artigo IV, “Financiamento do Programa e Orçamento” do Regulamento Financeiro da OPAS.

O Acordo entre a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde e o Regulamento Financeiro da OPAS podem ser encontrados nos Documentos Básicos da Organização Pan-Americana da Saúde no seguinte link:

<https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2017/basic-documents-paho-2017.pdf>

Os principais funcionários da Direção são o Diretor, o Diretor Adjunto, o Subdiretor e o Diretor de Administração, pois têm a autoridade e a responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Organização.

A remuneração global paga aos principais funcionários da Direção, conforme estabelecido pela Comissão do Serviço Público Internacional das Nações Unidas (ICSC), abrange: os salários brutos, o reajuste por lugar de destino, os benefícios como a gratificação para gastos de representação e outros subsídios, o subsídio de aluguel, os custos da remessa de pertences, o reembolso dos pagamentos de imposto de renda e as contribuições para os planos de pensão do empregador e seguro-saúde. Essas remunerações são fornecidas em conformidade com as normas estabelecidas pela ICSC e se aplicam a todo o pessoal das Nações Unidas.

Os principais funcionários da Direção também reúnem os requisitos para receber benefícios pós-serviço no mesmo nível que os demais empregados. Não é possível quantificar esses benefícios de maneira confiável.

Os principais funcionários da Direção são participantes regulares do Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas.

21.1 Principais funcionários da Direção

Em 31 de dezembro de 2018, o número de funcionários principais da Direção totalizava quatro (2017: quatro).

Principais funcionários da Direção	2018	2017
Remuneração e ajuste por lugar de destino	842	761
Benefícios	487	302
Plano de pensão e seguro-saúde	289	255
Remuneração total	1 618	1 318
Adiantamentos pendentes contra direitos		2

22. Eventos ocorridos após a data de apresentação

A Organização deve apresentar seu relatório no dia 31 de dezembro de cada ano. Na data da assinatura destas contas pelo Auditor Externo, nenhum evento relevante, favorável ou desfavorável, ocorreu entre a data da demonstração da situação financeira e a data em que foi autorizada a publicação das demonstrações financeiras que teria impactado estas demonstrações.

23. Provisões

Em 31 de dezembro de 2018, a Organização não havia reconhecido nenhuma provisão.

24. Passivo contingente

No curso normal das suas operações, a OPAS enfrenta processos que se encontram em vários estágios de ação. Tendo feito uma revisão, não consideramos que esses processos judiciais tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras, dado o equilíbrio das probabilidades. Não é possível quantificar os custos em potencial da defesa contra essas ações, mas não os consideramos significativas nem de estimação confiável.

25. Contribuições em espécie

Os governos sede e parceiros de cooperação no âmbito nacional fornecem diferentes contribuições em espécie, usadas pelas representações da Organização nos países para suas operações gerais e diárias. Essas contribuições não são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Organização devido à complexidade de padronizar um valor justo em todas as representações da Organização nos países. As contribuições em espécie recebidas pela Organização abrangem pessoal, espaços de escritório, serviços de escritório e o uso de equipamento de escritório.

Serviços recebidos como contribuições em espécie				
Representação ou Centro	Pessoal	Espaços de escritório	Serviços de escritório	Equipamento de escritório
Argentina	X			
Bahamas	X	X	X	
Barbados	X	X	X	
Belize	X		X	
Bolívia	X			
Chile	X	X		
Costa Rica	X	X	X	
Cuba	X			
República Dominicana	X	X		
Equador	X			
El Salvador	X			
Guatemala	X			
Guiana	X	X	X	
Haiti	X			
Honduras	X			
Jamaica	X		X	
México	X			
Nicarágua	X	X	X	
Panamá	X	X	X	
Paraguai	X			
Suriname	X	X	X	
Trinidad e Tabago	X	X	X	
Uruguay	X		X	
PANAFTOSA	X	X	X	X
CLAP	X			

Relatório do Auditor Externo



National Audit Office

ABRIL DE 2019

Organização Pan-Americana da Saúde

**Relatório do Auditor Externo sobre as
Demonstrações Financeiras da OPAS de 2018**

O objetivo da auditoria é fornecer garantia independente aos Estados Membros; agregar valor à gestão e governança financeiras da OPAS e apoiar seus objetivos por meio do processo de auditoria externa.

O Controlador e Auditor Geral é o chefe do Escritório Nacional de Auditoria (NAO, na sigla em inglês), a Entidade Fiscalizadora Superior do Reino Unido. O Controlador e o Auditor Geral e o NAO são independentes do Governo do Reino Unido e asseguram o gasto apropriado e eficiente dos recursos públicos e a prestação de contas ao Parlamento do Reino Unido. O NAO presta serviços de auditoria externa a vários organismos internacionais, trabalhando de forma independente da sua função de Entidade Fiscalizadora Superior do Reino Unido.

Sumário

Introdução	66
Principais observações	67
Parte 1	
Gestão financeira	69
Gestão financeira estratégica	74
Monitoramento do uso dos recursos	76
Parte 2	
Governança e controle interno	78
Parte 3	
Recomendações do ano anterior	84
Agradecimentos	85
Apêndice 1: Recomendações do ano anterior	86

Para mais informações sobre o Escritório Nacional de Auditoria, entre em contato com:
National Audit Office
International Audit
157-197 Buckingham Palace Road
Victoria
London
SW1W 9SP

Introdução

Antecedentes

1 A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) é a agência internacional especializada em saúde para as Américas. Trabalha com os países de toda a região das Américas para melhorar e proteger a saúde das pessoas. A OPAS mantém atividades de cooperação técnica com seus países membros para combater as doenças transmissíveis e não transmissíveis e suas causas, fortalecer os sistemas de saúde e responder a emergências e desastres. Está empenhada em assegurar que todas as pessoas tenham acesso à atenção à saúde de que necessitam, sempre que necessitarem, com qualidade e sem medo de empobrecerem por isso. Por meio de seu trabalho, a OPAS promove e apoia o direito de todos à boa saúde.

2 Para alcançar esses objetivos, a OPAS promove a cooperação técnica entre os países e trabalha em parceria com os ministérios da saúde e outras órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, outros organismos internacionais, universidades, órgãos de seguridade social, grupos comunitários e outros parceiros. A OPAS promove a inclusão da saúde em todas as políticas públicas e o envolvimento de todos os setores nos esforços para assegurar que as pessoas tenham uma vida mais longa e saudável, com boa saúde como seu bem mais valioso.

3 Além de nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras da OPAS, este relatório apresenta as principais constatações e recomendações decorrentes de nosso trabalho, passando por nossas observações sobre a gestão e a governança financeiras. Considerou-se importante cobrir essas áreas no primeiro ano de nosso mandato de auditoria. Também acompanhamos o progresso na implementação das recomendações de nosso antecessor.

4 Nossas constatações foram discutidas com a Direção e os resultados de nossa auditoria foram comunicados ao Comitê de Auditoria antes de finalizarmos nosso trabalho, de acordo com as boas práticas.

Principais observações

Parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras

5 Nossa auditoria abrangeu o exame das demonstrações financeiras de 2018 e as respectivas transações e eventos do referido ano. Foi realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e os Regulamentos Financeiros. Apresentado um parecer de auditoria sem ressalvas e sem modificações sobre as demonstrações financeiras. Observamos áreas em que os controles poderiam ser reforçados. Também identificamos espaço para reduzir o nível de complexidade e intervenção manual necessária para produzir demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS). Continua a ser importante que toda a organização apoie a equipe do Departamento de Gestão de Recursos Financeiros (FRM) na compilação eficiente das demonstrações financeiras, que não devem ser vistas apenas como uma tarefa relacionada às finanças.

Gestão financeira

6 A OPAS obteve um excedente geral de US\$ 24,6 milhões em suas atividades em 2018, com uma receita total de US\$ 1,393 bilhão e gastos de US\$ 1,369 bilhão. As reduções nas receitas e despesas decorreram de um declínio nas atividades dos projetos. A OPAS melhorou sua posição de ativos líquidos, passando de US\$ 248,8 milhões para US\$ 302,2 milhões ao fim de 2018, graças ao excedente operacional e à redução das obrigações relacionadas a benefícios aos empregados. A OPAS tem um volume sólido de reservas de modo geral, que estão apoiadas em níveis de caixa elevados. Apesar disso, muitas das reservas são restritas para fins específicos, o que salienta a importância da boa gestão financeira para assegurar a disponibilidade de caixa para as atividades regulares. O atraso no pagamento das contribuições fixas fez com que houvesse um esgotamento sistemático do fundo de capital de giro por muitos anos.

7 Os saldos retidos no Fundo de Apoio a Programas aumentaram consideravelmente nos últimos anos. Assim como outros organismos internacionais, há muitos anos a OPAS não revê ativamente suas taxas de recuperação de despesas gerais em atividades financiadas por recursos voluntários. Essas taxas foram originalmente estabelecidas na década de 1980. É importante que a OPAS use sua apresentação reforçada de informações financeiras por meio do PMIS para analisar os custos efetivos das atividades que empreende, fornecendo informações melhoradas para servirem de base para avaliar as atuais taxas de custo do apoio a programas. Isso facilitará a tomada de decisões mais bem embasadas e apoiará a formulação de uma política de recuperação de gastos uniforme e transparente.

8 A gestão financeira estratégica é um elemento importante para garantir o uso eficaz dos recursos no longo prazo. Embora a OPAS opere dentro de volume de recursos planejado, há espaço para desenvolver alguns dos processos atuais da organização. Proporcionar aos Estados Membros maior visibilidade em torno dos pressupostos para o planejamento que estão por trás da estratégia a longo prazo. Notamos que o Plano Estratégico 2014-19 carecia de detalhes financeiros e que não era apoiado por uma estratégia de mobilização de recursos.

9 A OPAS conta com uma série de fundos e reservas que usa como parte de seu modelo de financiamento integrado, e há espaço para racionalizar a gestão dos fundos e formular estratégias claras alinhadas com as necessidades de planejamento de longo prazo da Organização. Em especial, destacamos a importância do atual Fundo Mestre de Investimentos de Capital e da elaboração de uma estratégia de longo prazo clara para ajudar a atender às necessidades de investimento de capital estratégico da Organização, considerando se as atividades atuais no âmbito desse fundo vão suprir essas necessidades. Além disso, destacamos a significância das obrigações relacionadas a benefícios aos empregados e a importância de os Estados Membros considerarem e aprovarem formalmente a estratégia de financiamento de longo prazo.

10 Após a adoção das IPSAS, os orçamentos e relatórios financeiros não estão mais alinhados inteiramente. Há vantagens em adotar uma única base para prestar informações financeiras e em avançar rumo a um foco maior na prestação de contas anual sobre o resultado em relação ao orçamento de uma maneira mais significativa. Embora reconheçamos os processos atuais de prestação de contas dentro da estrutura de monitoramento e avaliação do desempenho, acreditamos que há vantagens em explorar maneiras de usar o PMIS para apoiar a prestação de contas sobre o orçamento. Isso geraria eficiência e forneceria relatórios integrados em tempo real da posição financeira. A alocação de recursos em linha com os planos de gastos proporcionaria uma maneira útil de monitorar os gastos planejados em comparação com a execução. Isso ajudaria a reduzir o risco de gastos significativo no fim dos biênios, que foram objeto de observações de nossos antecessores. Além disso, aumentaria a visibilidade e a prestação de contas e permitiria que os gerentes dos centros de custo fizessem um mapeamento melhor dos recursos em relação ao cronograma das atividades planejadas.

Governança e controle interno

11 No primeiro ano de nosso mandato, procuramos examinar a governança e outras atividades de supervisão estabelecidas pela OPAS que fornecem garantias aos Estados Membros. Com respeito ao controle interno, não observamos deficiências significativas, embora tenhamos destacado áreas para melhoria, como a supervisão pela Direção de como são administrados os pedidos de reembolso do seguro-saúde do pessoal. Além disso, identificamos que muitos processos ainda exigem uma intervenção manual considerável e que a Direção poderia reforçar sua supervisão dos controles.

12 A OPAS está tomando medidas positivas, como o desenvolvimento da Unidade de Conformidade e a responsabilização dos gerentes de centros de custo pela qualidade dos dados por meio de painéis de conformidade. Observamos também que a Direção contratou uma firma de consultoria externa para fazer recomendações para melhorar o uso do PMIS. Vamos monitorar como essas novas iniciativas positivas evoluem de modo a reforçar o ambiente de controle e garantir o retorno do investimento no PMIS.

13 Os processos de gestão de risco na OPAS oferecem uma estrutura para prestar conta sobre os riscos institucionais, mas identificamos a necessidade de esses processos serem incorporados plenamente no nível operacional. Com base em nossos exames, constatamos que os processos de risco não capturam inteiramente os riscos operacionais no nível dos centros de custos, e os resultados não estão sendo usados para embasar as decisões e permitir a supervisão da mitigação de riscos. A gestão de riscos é vista como uma atividade de conformidade em vez de um processo que pode agregar mais valor por ser sistemático e abrangente. A vantagem da gestão eficaz dos riscos é que ela apoia a tomada de decisões pela Direção e a revisão regular da eficácia da mitigação de riscos. Identificamos espaço para aprimorar a gestão de riscos no início dos projetos, e a Direção deve se basear nas boas práticas para melhorar seus processos atuais de devida diligência.

14 Assim como muitos organismos internacionais, a OPAS opera em ambientes difíceis, em que os riscos de fraude podem ser grandes. É importante que a Organização disponha de medidas adequadas para prevenir e detectar fraudes, apoiadas por políticas atualizadas contra fraudes. A OPAS demorou a formular uma política abrangente contra fraudes, que está sendo finalizada atualmente. O lançamento da nova política deve ser apoiado por uma comunicação clara da tolerância zero e pela comunicação das medidas a serem tomadas contra os que cometerem fraudes. Além disso, a política precisa ser respaldada por avaliações de risco eficazes para garantir que esforços, controles e outras medidas mitigatórias sejam implementados para reduzir o risco de fraudes.

15 A OPAS foi um dos primeiros a adotar a Declaração sobre Controle Interno, um documento fundamental para dar visibilidade aos Estados Membros sobre os processos que garantem o controle interno e às observações feitas para melhorá-lo. Trabalhamos com a Direção para melhorar a declaração neste ano, porém é possível trabalhar para melhorá-la ainda mais. Tornar mais claras as garantias fornecidas pelos gerentes de centros de custo e voltar a atenção para a prestação de contas sobre os resultados dos

processos de garantia vão aumentar o valor oferecido por essa declaração.

16 À medida que novas funções de conformidade e investigação são estabelecidas, é importante mapear as várias fontes de garantia e zelar para que sejam coordenadas devidamente e para que os temas e constatações sejam compartilhados de modo a embasar a avaliação de riscos. Em nossa opinião, continua a ser importante que o Comitê de Auditoria da OPAS mantenha em revisão seu âmbito de atuação, a fim de ter visibilidade de toda a gama de processos de garantia e prestação de contas e, assim, fornecer observações independentes e objetivas à Diretora e aos Estados Membros.

Parte 1

Gestão financeira

Resultados gerais da auditoria

1.1 Nossa auditoria das demonstrações financeiras da OPAS não revelou deficiências nem erros que consideremos de importância para a exatidão, o caráter integral ou a validade das demonstrações financeiras. O parecer de auditoria confirma que essas demonstrações financeiras apresentam, fielmente, em todos os aspectos materiais, a situação financeira da OPAS em 31 de dezembro de 2018 e seu desempenho financeiro e fluxos de caixa para o exercício então encerrado. Confirma também sua preparação de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público. As auditorias confirmaram ainda que, em todos os aspectos materiais, as transações que constituem a base das demonstrações financeiras foram feitas em conformidade com o Regulamento Financeiro e aplicadas às finalidades propostas pelos Órgãos Diretores.

1.2 A auditoria abrangeu um exame revisão geral dos procedimentos contábeis da OPAS, uma avaliação dos controles internos que impactam em nossos pareceres de auditoria e testes de registros contábeis e outras evidências que consideramos necessários nas circunstâncias. Nossos procedimentos de auditoria foram concebidos principalmente para poder emitir esses pareceres. A auditoria não envolveu um exame detalhado de todos os aspectos dos sistemas de informação orçamentária e financeira, e os resultados não devem ser considerados uma declaração abrangente sobre eles. Por último, foi feito um exame para verificar se as demonstrações financeiras refletiam com exatidão os registros contábeis e estavam apresentadas de maneira justa. Também fizemos visitas de campo fora de Washington, DC, às representações na República Dominicana e no Brasil.

Comentário sobre os aspectos financeiros

1.3 A OPAS registrou um excedente geral de US\$ 24 milhões (2017: déficit de US\$ 2 milhões), com uma receita total de US\$ 1,393 bilhão (2017: US\$ 1,509 bilhão) e gastos de US\$ 1,369 bilhão (2017: US\$ 1,511 bilhão). As reduções nas receitas e gastos decorreram, sobretudo, de mudanças significativas e reduções nas atividades dos projetos financiadas pelas contribuições voluntárias nacionais no Brasil. A demonstração V mostra uma comparação entre os desembolsos e o orçamento bienal aprovado, com gastos reais executados da ordem de US\$ 261,5 milhões.

1.4 A OPAS administra seu orçamento em uma base bienal e não classifica seus gastos durante o período orçamentário de acordo com os planos e previsões de gastos. Isso significa que, no primeiro ano de um biênio, a demonstração V permite uma análise pouco significativa do progresso em relação ao orçamento total aprovado de US\$ 675,6 milhões. Acreditamos que essa é uma área em que a OPAS pode desenvolver um monitoramento e um controle melhores, e relatamos isso mais à frente. Os gastos da OPAS em 2018

foram dominados pelas atividades dos fundos de compras e pelas atividades de projetos financiadas com recursos nacionais no Brasil. Examinados os gastos e receitas durante nossa visita de campo ao Brasil com respeito ao programa Mais Médicos, e estamos satisfeitos como a maneira justa como estão refletidos nas demonstrações financeiras. Outros gastos com projetos foram testados como parte do nosso teste geral dos gastos.

Tabela 1: Principais fluxos de receitas e gastos: a OPAS continua dominada pelos serviços que presta diretamente a governos nacionais individuais.

Parte 1

Principais fluxos de receita	2018	Porcentagem da receita total
Atividades de compras em nome dos Estados Membros	US\$ 686,3m	49,3
Contribuições voluntárias (incluídas as nacionais)	US\$ 518,3m	37,2
Contribuições fixas	US\$ 103,2m	7,4
Outras receitas	US\$ 85,6	6,1
Receita total	US\$ 1.393,4	
Principais fluxos de gastos	2018	Porcentagem dos gastos totais
Atividades de compras em nome dos Estados Membros	US\$ 661,8m	48,3
Cartas de acordo	US\$ 365,8m	26,7
Pessoal e outros gastos de pessoal	US\$ 123,4m	9,0
Outros	US\$ 217,8	15,9
Total	US\$ 1 368,8	

Fonte: Análise das demonstrações financeiras da OPAS pelo NAO.

1.5 Em termos gerais, o ativo líquido aumentou de US\$ 248,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para US\$ 302,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. O total do ativo abrange um ativo imobilizado com um valor líquido de US\$ 106,1 milhões (2017: US\$ 107,4 milhões) e um total de caixa e investimentos de US\$ 861,3 milhões (2017: US\$ 798,5 milhões). O passivo total diminuiu de US\$ 1,1585 bilhão para US\$ 955,0 milhões, uma redução de US\$ 203,5 milhões que abrange ganhos atuariais nas obrigações pelos benefícios aos empregados de US\$ 28,8 milhões.

1.6 Os ganhos nas obrigações pelos benefícios a empregados decorrem, predominantemente, de mudanças nos pressupostos ao avaliam as obrigações. Por exemplo, partindo do pressuposto de que essas obrigações serão pagas em dólares dos Estados Unidos, a OPAS baseou sua taxa de desconto na curva de rendimento dos títulos privados com classificação de crédito elevada dos Estados Unidos conforme acordado com o Atuário (AON AA acima da curva da mediana). Essa taxa aumentou de 3,8% para 4,5%, causando uma redução significativa do total das obrigações. A taxa usada segue a taxa aprovada pelo Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Normas Contábeis. Esse grupo vem trabalhando para padronizar os pressupostos e, assim, melhorar a comparabilidade das obrigações entre as entidades, e as taxas aplicadas pela OPAS são as escolhidas para os Estados Unidos da América. Em nossa opinião, embora esteja dentro de um intervalo tolerável, a taxa dos títulos escolhida está no limite superior das previsões do mercado de títulos privados dos EUA. Solicitamos à OPAS que melhore sua divulgação da sensibilidade das principais pressupostos das obrigações. O uso de taxas de títulos mais altas terá como impacto a redução das obrigações; por exemplo, uma redução de 1% na taxa de desconto aumenta as obrigações em cerca de US\$ 44,6 milhões (Nota 12.7 às demonstrações financeiras).

1.7 O Relatório do Diretor oferece uma visão geral da situação e desempenho financeiros da OPAS em 2018. A OPAS deve estudar a possibilidade de aprofundar esse comentário, usando a diretriz do Conselho das IPSAS sobre como apresentar a discussão e análise das demonstrações financeiras, e melhorando a divulgação das causas subjacentes das variações. Isso porporcionaria um contexto mais rico para o leitor

entender os movimentos da posição financeira e dos fluxos de caixa apresentados nas demonstrações financeiras.

1.8 A saúde financeira da OPAS como um todo permaneceu amplamente uniforme nos últimos quatro anos, mas as atividades financiadas por meio dos recursos básicos enfrentam pressões de caixa maiores do que as atividades financiadas com recursos voluntários. Usamos a análise por quocientes da saúde financeira de uma organização em todas as nossas auditorias internacionais para mostrar como as situações financeiras variam com o tempo. Esses quocientes expressam a relação de um item de conta com outro. Por exemplo, há US\$ 1,2 do ativo circulante para cada US\$ 1 do passivo circulante, o que demonstra que o ativo circulante cobre o passivo circulante em cerca de 20%. Fizemos uma revisão dos indicadores da saúde financeira da OPAS, usando os principais quocientes financeiros (Tabela 2). De modo geral, os recursos permaneceram amplamente uniformes ao longo do tempo, com níveis de liquidez sólidos. Exploraremos nos próximos anos a relação desses quocientes com as atividades básicas e voluntárias.

Tabela 2: Análise dos principais quociente da saúde financeira para as atividades básicas e demais atividades da OPAS: os quociente mostram que as atividades básicas estão sob maior pressão do que as financiadas com recursos voluntários.

Quociente	2018	2017	2016	2015
Quociente do ativo circulante	1,2	1,1	1,2	1,3
Ativo circulante: passivo circulante				
Ativo total: passivo total	1,4	1,2	1,3	1,2
Ativo: passivo				
Quociente de caixa:				
Caixa e investimentos de curto prazo: Passivo circulante	0,8	0,6	0,6	0,7
Quociente de investimentos:				
Caixa e investimentos: ativo total	0,7	0,6	0,5	0,5

¹ Um quociente do ativo circulante alto indica a capacidade de uma entidade de pagar suas obrigações de curto prazo.

² Um quociente alto entre ativo e passivo é um bom indicador de solvência.

³ O quociente de caixa é um indicador da liquidez de uma entidade, pois mede o montante em caixa, equivalentes de caixa ou recursos depositados que existem no ativo circulante para cobrir o passivo circulante.

⁴ Quociente de investimentos: Mede a proporção do ativo total que compreende o caixa e os investimentos equivalentes de caixa.

Fonte: Análise das demonstrações financeiras da OPAS pelo NAO.

Gestão dos recursos de caixa

1.9 A boa gestão financeira é um facilitador vital do cumprimento dos objetivos de uma organização. Uma gestão financeira sólida contribui para a alocação dos recursos de modo a cumprir as prioridades dos Estados Membros e fornece uma base estável para continuar a perseguir os objetivos em períodos futuros. Em nosso primeiro ano, fizemos uma revisão de alto nível das principais áreas da gestão financeira da OPAS, e exploraremos esses elementos mais detalhadamente ao longo de nosso mandato.

1.10 Nosso comentário sobre os aspectos financeiros destaca que, embora os saldos de caixa globais tenham continuado a crescer, as atividades básicas, financiadas pelas contribuições fixas, enfrentam maior pressão. A OPAS tem um volume sólido de reservas de modo geral, que estão apoiadas em níveis de caixa elevados. A Organização opera um orçamento integrado que proporciona flexibilidade no financiamento do programa bienal. No entanto, faz-se necessária uma atenção contínua para administrar o saldo de caixa disponível para atender aos requisitos das atividades básicas. Isso abrange gerir as contribuições fixas pendentes; ter um nível adequado de capital de giro; zelar para que o apoio aos programas cubra

adequadamente os gastos indiretos da implementação das atividades financiadas pelas contribuições voluntárias e contar com uma estratégia global clara para a gestão e uso dos fundos de reserva. Esses processos precisam estar sustentados por meios eficazes de monitoramento e prestação de contas sobre o uso desses recursos.

Contribuições fixas

1.11 Para dispor de recursos estáveis e previsíveis, é importante que os Estados Membros cumpram as suas obrigações integralmente e dentro do prazo. Notamos que, em 31 de dezembro, havia US\$ 42,8 milhões (2017: US\$ 44,4 milhões) em contribuições fixas a saldar pelos Estados Membros e US\$ 2,4 milhões pendentes havia mais de 12 meses. A OPAS tem uma política de alocação dos recursos recebidos para a dívida mais antiga, o que obscurece a realidade de que alguma dívida pode, em essência, ser bem mais antiga e pode ter sido disputada pelos Estados Membros. O nível de contas a receber pendentes constitui um encargo financeiro significativo sobre os recursos de caixa disponíveis da Organização para financiar suas atividades básicas. É necessário que a OPAS considere se essas contas são apresentadas nas demonstrações financeiras nos níveis esperados de fluxos de entrada de caixa e se foram levados em consideração indicadores da redução ao valor recuperável.

Fundo de Capital de Giro

1.12 O pagamento em atraso e o não pagamento da contribuição fixa é uma das principais razões de a OPAS ter esgotado totalmente seu Fundo de Capital de Giro e ter emprestado US\$ 22,2 milhões de outros fundos em 31 de dezembro de 2018 para atender às necessidades de caixa das atividades previstas para serem financiadas pelas contribuições fixas. Essa é a diferença entre o total emprestado de outros segmentos (US\$ 883,5 milhões) e o caixa e os investimentos mantidos (US\$ 861,3 milhões), que pode ser vista na Nota 18 às demonstrações financeiras. Esse empréstimo poderia ser reduzido se o Fundo de Capital de Giro fosse financiado até seu nível total autorizado. Conforme mostrado na Tabela 3, o Fundo de Capital de Giro vem sendo usado sistematicamente há vários anos.

Tabela 3: Fundo de Capital de Giro da OPAS 2014-2018: os saldos desse fundo vêm sendo esgotados sistematicamente até o fim do exercício.

	2018	2017	2016	2015
Fundo de Capital de Giro em 31 de dezembro	US\$ 21,7m	US\$ 21,7m	US\$ 20,7m	US\$ 20,7m
Caixa disponível/(obrigatório) para as contribuições fixas e receitas diversas	US\$ (19,4m)	US\$ (22,6m)	US\$ (6,1m)	US\$ (27,6m)

Fonte: Análise dos saldos dos fundos e reservas da OPAS pelo NAO.

1.13 Usar recursos de caixa de outros fundos não constitui uma boa prática e fazê-lo de forma sistemática não é uma forma sustentável para destinar recursos para atividades. Isso cria um risco de que os recursos possam não estar disponíveis para repor fundos que existem para outros fins.

1.14 Observamos que os parágrafos 8.5 e 9.5 do Regulamento Financeiro fazem referência a restrições a empréstimos e à reposição de fundos de caixa. Solicitamos esclarecimentos ao Assessor Jurídico da OPAS e ela mostrou-se satisfeita que o Regulamento não impede o empréstimo de fundos internos, mas notou a necessidade de esclarecer o Regulamento. Em nossa opinião, é importante que qualquer mudança preveja um processo para informar quando os fundos apresentam um déficit de caixa e quando são tomados empréstimos de outros fundos, e isso deve ser confirmado por meio de aprovação do Diretor.

A OPAS deveria

R1: Fazer uma análise do uso do Fundo de Capital de Giro estudar a necessidade de rever seu nível de capitalização.

R2: Esclarecer no Regulamento Financeiro e Regras Financeiras a capacidade de tomar emprestado de outros fundos e instituir um processo para que o Diretor autorize e informe todos os recursos emprestados.

Fundo de apoio a programas

1.15 Ao empreender atividades financiadas com recursos voluntários, a OPAS, em linha com a prática de outros organismos internacionais, cobra uma taxa pelo apoio ao programa. Essa receita em 2018 foi de aproximadamente US\$ 34,5 milhões e foi creditada ao Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas. Foram usados US\$ 28,7 milhões desse fundo em 2018, refletindo os gastos de apoio a programas que haviam sido arrecadados de atividades no período anterior. A Tabela 4 destaca o crescimento dos saldos do Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas, cujo aumento reflete o crescimento das atividades dos projetos durante o período.

Tabela 4: Nível do Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas: o volume de receitas desse fundo recebidas e creditadas ao fundo.

	2018	2017	2016	2015	2014
Saldo do fundo em 31 de dezembro	US\$ 114 m	US\$ 108,1 m	US\$ 100,0 m	US\$ 78,9 m	US\$ 70,9 m
Aumento percentual	5,5	8,1	26,7	11,3	

Fonte: Análise dos saldos dos fundos e reservas da OPAS pelo NAO.

1.16 O apoio a programas representa uma contribuição para as despesas gerais e outros repasses de gastos associados à prestação de serviços e ao uso de pessoal, assegurando que os gastos adicionais decorrentes de atividades voluntárias não sejam financiados por recursos básicos. As metodologias para a definição dos gastos de apoio a programas foram estabelecidas na década de 1980 e, de modo geral, foram harmonizadas em um nível de cerca de 13% em todo o sistema da ONU. No entanto, os organismos internacionais não têm sido proativas ao avaliar se esses gastos refletem com exatidão as despesas gerais correntes da prestação dos serviços e se elas permanecem justas e equitativas. Na OPAS, as taxas cobradas variam, dependendo do doador individual e da escala das atividades, e não há indícios de que sofrem o impacto do custo adicional da atividade subjacente.

1.17 A contabilidade gerencial e o cálculo de custos têm sido especialidades subdesenvolvidas em todo o sistema das Nações Unidas e, no caso da OPAS, seus sistemas preexistentes não teriam fornecido informações financeiras abrangentes para calcular com exatidão os custos totais das operações. O investimento significativo no PMIS deve agora proporcionar a capacidade para capturar sistematicamente os custos das operações. Em consequência, agora seria apropriado que a OPAS elaborasse uma metodologia transparente para sustentar uma base equitativa para a recuperação de custos. Uma melhor compreensão desses custos embasará a tomada de decisões e apoiará o aumento da eficiência na prestação de serviços.

1.18 O crescimento das Reservas do Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas é um indício de que é preciso estar mais atento às taxas de recuperação e indica que a OPAS pode estar recuperando custos a mais em suas atividades de projetos ou não estar usando de forma suficiente o Fundo com um nível apropriado de recursos para compensar os gastos feitos com recursos básicos.

A OPAS deveria:

R 3: Analisar os gastos para avaliar até que ponto o custo total é recuperado em atividades financiadas com recursos voluntários e formular uma política de recuperação de custos equitativa, uniforme e transparente.

R4: Examinar as reservas acumuladas para apoio a programas e estudos se mais recursos devem ser usados para fazer face aos custos que antes eram financiados com recursos básicos.

Gestão financeira estratégica

1.19 A gestão financeira estratégica envolve a consideração de como os recursos da organização podem ser usados para financiar seus objetivos de longo prazo. Isso envolve a análise de como os recursos estão vinculados aos objetivos dos Estados Membros e como os recursos são planejados para honrar compromissos de longo prazo, como obras de capital e o pagamento do seguro-saúde pós-serviço. Exige também uma abordagem holística para decidir como os fundos de reserva globais da OPAS podem ser usados para financiar as operações.

Planejamento de longo prazo

1.20 Examinamos como a OPAS planeja seus recursos futuros e passamos em revista o Plano Estratégico referente a 2014. Consideramos como o principal plano financeiro da OPAS que abrange esse período financeiro, o Programa e Orçamento 2018-19, aprovado pelos Órgãos Diretores em 2017, se enquadra no planejamento financeiro de longo prazo da organização.

1.21 Notamos que o Plano Estratégico estabelece os objetivos da organização e as áreas nas quais concentrará seus esforços. O plano previa uma dotação global de recursos de US\$ 1,8 bilhão para financiar as atividades do Orçamento por Programas durante o período e reconhecia a necessidade de uma Estratégia de Mobilização de Recursos para financiar essa necessidade. Uma estratégia abrangente em apoio ao Plano Estratégico nunca foi elaborada na totalidade e abrangeu apenas um único biênio. A Estratégia de Mobilização de Recursos estabelece um nível muito alto para as outras fontes de financiamento, identificando um déficit de financiamento.

1.22 Embora a OPAS tenha tido êxito ao mobilizar recursos ao longo do período, acreditamos que os planos de recursos de longo prazo apresentados aos Estados Membros para aprovação — e que fundamentam os pressupostos do planejamento de longo prazo — devem conter mais detalhes. Esses planos de longo prazo devem ser adaptados numa base móvel e os detalhes do plano de captação de recursos devem ser fornecidos aos Estados Membros juntamente com o plano estratégico. Esse plano deve conter opções de captação para projetos de capital de longo prazo e integrar-se ao uso estratégico das reservas acumuladas. Planos desse tipo se transformar em um ponto de partida para os pressupostos que servem de base para o planejamento para biênios futuros e demonstram que a organização considera os fatores financeiros em um prazo mais longo.

Uso estratégico dos fundos e reservas

1.23 A gestão financeira eficaz usa as reservas para suavizar as demandas da organização por recursos e para honrar obrigações ou compromissos já conhecidos. Apesar das pressões sobre os recursos básicos, a OPAS possui reservas de caixa consideráveis e saldos de fundos. Embora alguns saldos possam estar restritos para fins específicos, outros estão disponíveis para a Diretora. Examinados duas reservas importantes com respeito à administração financeira no longo prazo.

Fundo Mestre de Investimentos de Capital (FMIC)

1.24 A OPAS possui um fundo de investimento de capital composto por cinco fundos subsidiários. Esses fundos abrangem a manutenção de bens imóveis, a tecnologia da informação, substituição de veículos, a compra de instalações e a estratégia de recursos humanos. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desses

fundos era de US\$ 23,7 milhões (2017: US\$ 20,1 milhões); o uso do fundo é informado anualmente aos Estados Membros. Acreditamos que seria vantajoso para a OPAS formular uma estratégia mais abrangente para os investimentos de capital de longo prazo de que ela necessita.

1.25 A maior parte do saldo desse fundo está no Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis, originalmente criado em 2007 nos termos da resolução CSP27.R19. O objetivo desse fundo era financiar reformas de edifícios e reparos em projetos em montantes superiores a US\$ 15 000 nos espaços de escritório da OPAS, fossem eles arrendados, próprios ou fornecidos pelos Estados Membros. Em 2014, a OPAS encomendou um levantamento da condição dos bens imóveis da OPAS em toda a região, que identificou que eram necessários investimentos substanciais, pois esses imóveis estavam chegando ao fim da vida de seu projeto. Discussões posteriores com os Estados Membros resultaram em uma avaliação mais detalhada das opções, apresentada ao Comitê Executivo em 2015.

1.26 Como passo para o financiamento de projetos futuros, os excedentes de receita estão sendo creditados ao Fundo. Durante 2018, a OPAS informou gastos de US\$ 1,6 milhão contra esse fundo; uma grande parte desses gastos (US\$ 880 000) estava relacionada a gastos de aluguel das instalações da OPAS no número 2121 da Virginia Avenue, em Washington DC. Embora possa ser apropriado atribuir a renda de aluguel a esse fundo, como meio de alocação de recursos para investimento, os custos do aluguel devem ser tratados como gastos operacionais para entender os verdadeiros custos da execução das atividades.

1.27 Embora as opções para a reforma do imóvel da Sede tenham sido apresentadas aos Órgãos Diretores, juntamente com os resultados de levantamentos anteriores das condições dos bens imóveis, a OPAS não tem uma estratégia abrangente de investimento de capital de longo prazo que abarque todos os grandes projetos de capital. Os gastos efetuados por meio dos diversos fundos subsidiários não foram objeto de um planejamento de longo prazo e algumas rubricas estão financiando gastos anuais de funcionamento. Há espaço para uma abordagem mais estratégica no uso desses recursos, que também seria beneficiada pela harmonização dos limites contidos nas políticas contábeis. Isso tornaria a apresentação de informações mais uniforme e eficiente.

1.28 Há espaço para rever outros fundos e reservas de maneira semelhante, para que permaneçam apropriados para as estratégias de longo prazo da OPAS e para que continue a ser essencial mantê-los para propósitos específicos. Por exemplo, vários fundos e reservas permanecem estáticos ao longo do tempo e seis reservas têm saldos que variam entre US\$ 2,7 milhões e US\$ 1 000. A limpeza e a consolidação dos fundos e reservas facilitarão o processo de apresentação de informações e contabilidade. Ao implementar o PMIS, a OPAS fez uma revisão de seus fundos e reservas. Acreditamos que seria vantajoso fazer um processo semelhante em 2019.

A OPAS deveria:

R5: Respalda qualquer estratégia de longo prazo aprovada pelos Estados Membros com informações financeiras detalhadas, como uma estratégia de mobilização de recursos abrangente que cubra o período do Plano Estratégico.

R6: Formular uma estratégia abrangente de investimento de capital de longo prazo, revista anualmente e vinculada a planos de compras detalhados, e alinhar as políticas sobre a apresentação de informações financeiras referentes ao ativo imobilizado e uso de fundos de capital para assegurar a prestação de contas eficiente, uniforme e harmonizada sobre o uso dos recursos aos Estados Membros.

R7: Examinar os saldos atuais de todos os seus fundos e reservas e considerar o espaço para racionalização e simplificação, examinando se os saldos continuam a ser pertinentes aos planos financeiros da organização. Isso deve ser feito no contexto de uma estratégia geral para a

manutenção de reservas e fundos, alinhada à formulação dos planos estratégicos de longo prazo da OPAS.

Obrigações do Seguro-médico Pós-serviço (ASHI)

1.29 A OPAS financia os benefícios de longo prazo do pessoal em matéria de assistência médica após um período de qualificação, e registra essas obrigações como um passivo nas contas. Essas obrigações representam um risco financeiro de longo prazo significativo para a organização, totalizando cerca de US\$ 198,7 milhões. Os benefícios do Fundo do Seguro-saúde do Pessoal (SHIF) são financiados atualmente por contribuições anuais feitas para custear as atividades do SHIF e, assim, cobrir os gastos efetuados no decorrer do ano. Abrangem também contribuições adicionais para o financiamento das obrigações de longo prazo. Embora essa abordagem tenha sido comunicada aos Estados Membros em 2015 (CE156/24 (Rev. 1)), acreditamos que o financiamento dessas obrigações substanciais deva ser acordado na forma de uma resolução dos Estados Membros. Nossos antecessores, o Tribunal de Contas da Espanha fez uma recomendação quanto à necessidade de financiar as obrigações do SHIF. Com base no nosso trabalho, podemos ver que a Direção definiu uma abordagem para o financiamento de longo prazo, mas que isso agora precisa ser aprovado formalmente e mantido sob revisão periódica.

R8: Em consulta com os Estados Membros, o plano de financiamento adotado pela Direção deve ser aprovado pelos Órgãos Diretores de modo a formalizar a abordagem de financiamento dos benefícios do Seguro-saúde do Pessoal.

Monitoramento do uso dos recursos

1.30 O orçamento original para o biênio 2018-2019 foi aprovado pela Conferência Sanitária Pan-Americana em 2017 em um montante de US\$ 675,6 milhões. Para 2018, a OPAS reconheceu a receita de US\$ 266,8 milhões relativa ao orçamento de contribuições fixas, representando a proporção faturada em 2018.

1.31 A introdução das demonstrações financeiras anuais no âmbito das IPSAS em 2010 significou que as demonstrações já não estavam mais alinhadas com o período orçamentário bienal. A comparação do resultado em 2018 com o orçamento bienal “anualizado” é, portanto, apenas um processo parcial ou provisório, pois um exame abrangente e significativo dos gastos em relação ao orçamento pode ser feito na sua integralidade apenas ao fim do biênio, considerando as atuais disposições orçamentárias da OPAS.

1.32 Embora a OPAS tenha adotado a contabilidade pelo regime de competência para as demonstrações financeiras, seu orçamento é preparado em um regime diferente. Em consequência, as IPSAS exigem uma conciliação das contas pelo regime de competência com o resultado do orçamento pelo regime de caixa. Isso é informado na demonstração V e compara, de forma resumida, as informações apresentadas anteriormente na demonstração de dotações. A Nota 17 às demonstrações financeiras também contém uma conciliação do total dos gastos efetivos do orçamento apresentado na demonstração V com os valores correspondentes na demonstração dos fluxos de caixa.

1.33 O Departamento de Planejamento e Orçamento (PBU) comunica as dotações orçamentárias aos gerentes de centros de custos como forma de alocar recursos. O monitoramento dos gastos é feito, principalmente, com base nessas dotações; nas dotações e recursos disponíveis; e no orçamento global do biênio aprovado pelos Órgãos Diretores. Os centros de custos fazem avaliações semestrais da gestão do desempenho e as devolvem à Sede, mas como o monitoramento no âmbito dessas avaliações de modo geral é feito com base no volume de recursos do biênio, elas têm valor limitado em termos de prestação de contas financeira até o ponto de avaliação de 18 meses. Elas são complementados por reuniões de monitoramento mensais para examinar a execução do orçamento com base nesses indicadores no nível da Direção Executiva e nos centros de custos.

1.34 No monitoramento do orçamento, não se emprega a funcionalidade em potencial do PMIS para fornecer uma única fonte para a apresentação de informações. Isso significa que estão sendo perdidos ganhos de eficiência e as vantagens de relatórios em tempo real com mais recursos. A apresentação formal de relatórios ocorre atualmente de muitas formas no nível local, de modo geral usando planilhas manuais produzidas localmente, por exemplo, como constatamos durante nossa visita de campo no Brasil. A funcionalidade de monitoramento do PMIS e o monitoramento do orçamento não estão sendo usados de modo sistemático, inclusive porque a base atual de monitoramento agrega pouco valor. A OPAS nos informa que pode haver algumas restrições dentro do PMIS, mas acreditamos que vantagens e eficiências substanciais podem ser obtidas se for usado um único sistema integrado para a apresentação de relatórios orçamentários e financeiros.

1.35 Acreditamos que há espaço para reforçar o controle orçamentário e a gestão dos recursos com a adoção de processos que gerem maior responsabilização, permitam uma revisão sistemática mais regular e ofereçam uma visão geral mais clara do uso dos recursos em relação às atividades planejadas para os gerentes dos centros de custos. Isso passaria pela elaboração de perfis de gastos realistas vinculados a atividades planejadas e conhecidas; grandes compras; renovação de contratos; e outros eventos financeiros significativos. As rubricas de rotina, como funcionários e custos de estabelecimento, poderiam ter um perfil uniforme ao longo do período.

1.36 O uso do PMIS para conceber um processo de monitoramento para fornecer dados sobre os gastos em tempo real em comparação com uma alocação mais realista dos recursos aprovados proporcionaria aos gerentes dos centros de custos mais visibilidade e lhes aumentaria sua responsabilização. Tais mudanças seriam compatíveis com desdobramentos mais amplos, por exemplo, como parte de suas reformas, o Secretário-Geral da ONU está promovendo o conceito de orçamentos anualizados para melhor alinhar os relatórios orçamentários e financeiros, aumentando a necessidade de uma revisão mais regular do desempenho orçamentário como meio de melhorar a prestação de contas e a transparência.

1.37 PBU está subordinado ao Diretor Adjunto, enquanto FRM presta contas ao Diretor de Administração. A comunicação entre os dois é clara, mas as diferentes linhas de subordinação dessas duas funções são, em nossa opinião, incomuns e dão importância à comunicação boa e regular, sobretudo quando as bases e sistemas de apresentação de relatórios diferem. A OPAS deve examinar as estruturas internas para avaliar as vantagens de alinhar a prestação de contas e a subordinação para a apresentação de relatórios orçamentários e financeiros, para que gestão financeira siga uma abordagem mais integrada.

A OPAS deveria:

R8: Considerar as vantagens de um orçamento anual formal (que poderia estar inserido em uma aprovação bienal) e as vantagens de adotar um orçamento total baseado nas IPSAS.

R9: Rever a base na qual monitora seus gastos em relação ao seu orçamento disponível e elaborar uma base melhor para monitorar os recursos em comparação com um indicador significativo do uso previsto dos recursos no nível dos centros de custos. Isso deve se basear na funcionalidade do PMIS tanto quanto possível apoiar um processo que possa impor aos gerentes dos centros de custos responsabilidades orçamentárias em tempo real.

R10: Considerar as estruturas internas atuais para assegurar uma boa integração do orçamento e a apresentação de relatórios financeiros para apoiar as melhorias recomendadas no monitoramento do orçamento.

Parte 2

Governança e controle interno

2.1 A governança e o controle interno eficazes são uma parte integrante do processo de assegurar os Estados Membros do emprego dos recursos. São os mecanismos que os Estados Membros estabeleceram para cumprir suas responsabilidades de supervisão. No primeiro ano de nosso mandato, queríamos avaliar a eficácia desses mecanismos. Nosso trabalho examinou:

O controle interno;

A gestão de riscos;

A detecção e prevenção de fraudes;

A declaração sobre controle interno;

Os mecanismos de supervisão;

O Comitê de Auditoria.

Controle interno

2.2 O Diretor é responsável por assegurar a administração financeira eficaz da Organização em conformidade com o Regulamento Financeiro. Para esse efeito, o Diretor estabeleceu e mantém sistemas de controle interno e delegação importantes para proporcionar uma estrutura para assegurar os Estados Membros e na qual possam confiar. Em nossa auditoria financeira, identificamos algumas áreas em que esses controles podem ser melhorados, mas, de modo geral, não encontramos deficiências no controle que impactassem nosso parecer de auditoria.

2.3 O sistema Workday é essencial para os processos que asseguram o controle interno e constatamos que a funcionalidade desse sistema ainda está sendo incorporada. Determinados processos de negócios continuam a ter uma intervenção manual considerável. Em seu relatório anual de 2018, o Auditor Geral da OPAS identificou a necessidade de fortalecer a supervisão dos processos de controle pela Direção, e isso é coerente com as conclusões de nosso próprio trabalho.

2.4 Observamos que a Unidade de Conformidade da OPAS agora está explorando os recursos de geração de relatórios do PMIS e desenvolvendo painéis para rever as transações dentro dos processos de negócios a fim de identificar resultados inesperados. Esses painéis devem possibilitar níveis mais altos de conformidade e facilitar a supervisão. O processo foi iniciado apenas recentemente e, em auditorias futuras, analisaremos como ele foi integrado ao ambiente de controle. No entanto, é um passo positivo para fazer face à necessidade de reforçar a supervisão do ambiente de controle.

2.5 A confiabilidade dos relatórios analíticos gerados pelo sistema da Unidade de Conformidade depende fundamentalmente da qualidade e exatidão dos dados do PMIS. Durante nossa auditoria, analisamos os dados do sistema cobrindo os processos de compra até o pagamento, para ter uma ideia dos vários aspectos do processo de negócios, como procurar o processamento retroativo de ordens de compra e assegurar que as principais funções fossem desempenhadas por diversos funcionários. Descobrimos que a falta de precisão das informações sobre a data de entrada prejudicava a confiabilidade dos resultados. A Direção está ciente de que existem problemas de qualidade dos dados, e o desenvolvimento da função de conformidade deve ajudar a impulsionar melhorias nessa área e ser usada para informar sobre as necessidades de capacitação.

2.6 A OPAS contratou uma firma de consultoria independente para examinar a situação da implementação do PMIS e identificar oportunidades de desenvolvimento no futuro. As conclusões desse trabalho foram compatíveis com as nossas; por exemplo, no Brasil, descobrimos que eram necessárias 27 etapas para as ações de compra no caso de transações inferiores a US\$ 5.000. Os consultores informaram que o número de etapas necessárias para processar requisições e ordens de compra era grande, com 17 tipos de requisição, 78 etapas para gerar uma requisição e 30 etapas para gerar uma ordem de compra. Procuraremos examinar as ações tomadas pela Direção em resposta às conclusões do consultor.

Seguro-Saúde do Pessoal

2.7 Uma das deficiências do controle interno identificadas dizia respeito à supervisão do regime do Seguro-Saúde do Pessoal. Analisamos esse regime, criado como parte do regime de previdência social para funcionários e aposentados. Esse regime de seguro-saúde oferece serviços de saúde para cerca de 4.700 membros e dependentes.

2.8 O regime de autosseguro é administrado por meio de dois processos diferentes; a sede da OPAS administra o regime para funcionários em campo e aposentados; no caso dos funcionários lotados na sede, aposentados e dependentes, o programa de seguro-médico é administrado por um administrador terceirizado que administra os planos e lida com pedidos de reembolso de despesas médicas. Identificamos duas questões-chave que precisam ser consideradas pela Direção:

- **Garantia por parte de um administrador terceirizado:** US\$ 16 milhões em gastos são validados por meio dos processos de seu administrador, mas atualmente a OPAS não recebe nenhum relatório de garantia independente sobre a integridade dos controles do administrador nem conduz qualquer atividade sistemática e formal de garantia ou supervisão para que apenas pedidos de reembolso válidos sejam pagos nem teve livre acesso a seus registros. As restrições de pessoal do FRM e os conhecimentos técnicos com respeito ao SHI têm limitado as verificações do processamento dos pedidos de reembolso à Aetna a uma visão geral mensal do total de pedidos por categorias amplas (Odontologia, Médicos, Hospital) para avaliar as discrepâncias;
- **Eficácia dos mecanismos da OPAS para examinar os pedidos de reembolso do SHI em campo:** A OPAS não dispõe da mesma capacidade e experiência no tratamento de pedidos de reembolso que um administrador estabelecido que conta com ferramentas de monitoramento e análise de tendências que lhe permitem avaliar e detectar pedidos possivelmente fraudulentos. Deve-se considerar a possibilidade de avaliar os méritos relativos de manter os mecanismos atuais em comparação com usar os serviços de um administrador terceirizado. Essa avaliação deve passar pela análise dos custos relativos e níveis de serviço das duas opções.

2.9 Entendemos que o FRM também solicitou à Aetna um relatório dos pedidos de reembolso pendentes que ilustrará o grau significativo de envolvimento e interação que o FRM tem com a Aetna e a OMS para obter aprovações de pedidos de acordo com as regras do SHI. O grau de validação da Direção não estava prontamente disponível para nós para comprovar plenamente a extensão da revisão por parte da Direção. Também estamos cientes dos planos atuais para uma auditoria pelos Auditores Externos do Fundo do Seguro-Saúde do Pessoal (SHIF) da OMS/OPAS para examinar uma amostra dos pedidos de reembolso da Aetna. No entanto, um processo de auditoria externa não fornece à Direção garantias do tratamento dos pedidos e não deve substituir um processo de verificação interna adequado.

2.10 Tentar obter mais informações sobre as garantias disponíveis que a Aetna poderia fornecer e fazer uma validação e uma supervisão mais sistemáticas do desempenho contratual mitigaria o risco. Essa área é suscetível a casos de fraude, e a Nota 20 às demonstrações financeiras destaca os pedidos de reembolso de despesas médicas falsos processados pela sede que resultaram em uma perda de pelo menos US\$ 47 000 para a Organização.

R11: A Direção deve obter e examinar relatórios de garantia independentes do prestador terceirizado e fazer uma análise de risco para considerar maneiras pelas quais supervisionará a validação dos pedidos de reembolso de seu administrador.

R12: A OPAS deve estudar a possibilidade de fazer uma auditoria aberta para verificar a exatidão dos gastos informados e confirmar que foram cumpridas as obrigações contratuais. Esse direito de inspeção deve ser exercido regularmente no futuro.

R13: A OPAS deve rever seus procedimentos e processos atuais em relação aos benefícios dos serviços e da capacidade que podem ser oferecidos externamente e considerar as diferenças de custo relativas.

Gestão de riscos

2.11 A finalidade de um processo de gestão de riscos é identificar, considerar e mitigar sistematicamente os riscos que poderiam afetar adversamente a organização e a consecução de seus objetivos. Um processo sistemático proporciona confiança na gestão do risco e uma rota clara para levar a escalões mais altos os riscos que precisam ser trazidos à atenção. Um processo sólido também pode gerar mais eficiência na gestão de riscos, ajudar na alocação apropriada de recursos para mitigar riscos e oferecer uma responsabilização clara e uma revisão ponderada.

2.12 As principais características da gestão de risco são que ele deve ser sistemático, ser construído através da organização e estar sujeito a desafios e escrutínio regulares. A gestão de riscos deve ser um alvo importante da atenção da alta Direção e deve apoiar a tomada de decisões e a alocação de recursos. Os controles internos devem estar alinhados devidamente para mitigar os riscos.

2.13 A OPAS utiliza uma ferramenta on-line sob medida para registrar os riscos. Os pontos focais em cada centro de custos são responsáveis por manter o registro de riscos, o que passa por descrever os riscos, classificá-los em uma de 23 categorias de risco, identificar controles de mitigação e atribuir classificações em termos de impacto e probabilidade. Nosso exame inicial identificou que os centros de custos não estão registrando informações de maneira uniforme; por exemplo, identificamos uma representação em um país que não havia incluído nenhum risco no registro, enquanto outra havia registrado riscos bastante genéricos, como “mudanças nas prioridades nacionais”.

2.14 Durante nossas visitas de campo, constatamos que a gestão de riscos não estava incorporado e que havia uma correlação limitada dos riscos articulados no registro institucional com a realidade da gestão dos riscos operacionais para a consecução dos objetivos locais. Havia uma análise limitada dos riscos dos projetos ou dos riscos pertinentes ao ambiente operacional mais amplo, como a exposição ao risco de fraudes. A compilação do registro de riscos era tratada como uma atividade de conformidade anual, com categorias de risco institucionais que direcionavam a identificação dos riscos locais. Na República Dominicana, nenhuma avaliação dos riscos foi feita no caso do projeto 9.I.I. A gestão de riscos não foi explorado plenamente como uma ferramenta para embasar a tomada de decisões. A OPAS nos informou que a boa prática foi identificada, como o projeto Hospitais Inteligentes, e que, embora parte da motivação sejam as exigências dos doadores, é importante assegurar que as lições e benefícios dessas ferramentas sejam compartilhados de forma mais ampla.

2.15 Onze riscos institucionais identificados pela Direção Executiva foram incluídos no Orçamento por Programas 2018-2019. Como parte de sua revisão desses riscos em 2018, a OPAS contratou consultores para avaliar as práticas atuais de gestão de riscos. Os consultores fizeram recomendações para reforçar a governança e a coordenação do processo de gestão de riscos e recomendaram a adoção de outras ferramentas, como painéis para apoiar a conscientização sobre riscos nos diversos níveis da Organização.

2.16 Os processos da OPAS relacionados aos riscos ainda estão amadurecendo, e um maior desenvolvimento dos processos de gestão de risco existentes, sobretudo no nível operacional, ajudará a identificar os riscos que devem ser apoiados pelo desenvolvimento de medidas de mitigação de qualidade. Esses resultados devem então se tornar uma parte fundamental dos processos de revisão e prestação de

contas. Quando a gestão de riscos puder ser usada para proporcionar um monitoramento eficaz e apoiar a tomada de decisões, a OPAS terá revelado o verdadeiro valor da gestão sistemática de riscos.

A OPAS deveria:

R14: Examinar a eficácia dos procedimentos de gestão de risco no nível dos centros de custos; formular um plano de ação para incorporar uma cultura de conscientização dos riscos em toda a Organização e promover o uso de registros de risco no nível dos centros de custos para embasar a tomada de decisões e o monitoramento da mitigação de riscos.

R15: Exigir que os centros de custos gerem uma lista completa dos riscos, salientando a necessidade de capturar todos os riscos pertinentes dos níveis mais baixos dentro dos centros de custo. Os de maior importância devem ser levados a escalões mais altos para serem incluídos no registro de riscos corporativos, de modo a manter em um nível administrável o número de riscos que passaram por esse processo.

R16: Instituir uma abordagem mais sistemática para a gestão de riscos em seus processos de aprovação e monitoramento de projetos, para que ela se torne uma parte integrante da devida diligência dos projetos. A avaliação desses riscos deve ser escalável de modo a refletir o tamanho e a abrangência de um projeto e tirar partido dos exemplos de boas práticas dentro da OPAS.

Deteção e prevenção de fraudes

2.17 Um forte compromisso com a prevenção de fraudes e a tolerância zero a atividades fraudulentas são fatores considerados por muitos doadores ao decidir sobre a formação de parcerias, e os Estados Membros têm grandes expectativas quanto à correção. No entanto, dentro dos organismos internacionais, as medidas contra fraudes podem ser fracas e os casos de fraude relatados são poucos. O Painel de Auditores Externos da ONU escreveu recentemente ao Secretário-Geral da ONU, na qualidade de Presidente do Conselho de Executivos, sobre a necessidade de melhorar as medidas para a prevenção e deteção de fraudes em todo o sistema.

2.18 O número de fraudes comunicadas triplicou nos últimos três anos, mas acreditamos que esse número ainda é baixo quando se considera a natureza e a localização de muitas das atividades da OPAS. A Organização atua em alguns ambientes de alto risco; por exemplo, opera em oito países considerados entre os de maior risco de exposição pela Transparência Internacional⁹ e está exposta a uma ampla gama de diferentes riscos de fraude, tanto internos como externos. Um total de 56 casos de fraude foi informado, em grande parte relacionados ao roubo e perda de bens, somando US\$ 143 000, dos quais US\$ 84 000 foram recuperados posteriormente. Os detalhes sobre essas perdas estão estabelecidos na Nota 20 às demonstrações financeiras. Os casos que resultaram em perda para a OPAS se deveram à perda ou roubo de bens nas repartições nos países (34 casos) e a quatro casos de suspeita de fraude financeira.

2.19 Atualmente, a OPAS não tem uma política antifraude atualizada e precisa finalizar e operacionalizar seu projeto de política como uma questão prioritária. A OPAS deve aproveitar o lançamento dessa nova política para aumentar a conscientização sobre fraudes e destacar as obrigações do pessoal. As fraudes e a corrupção podem ser tentativas oportunistas por parte de indivíduos que podem resultar em perdas significativas se não forem enfrentadas e, se os autores escaparem com punições leves ou insignificantes, podem criar uma cultura em que os delinquentes parecem agir com impunidade. As grandes somas despendidas pela OPAS significam que ela também pode estar exposta a fraudes sistemáticas, bem organizadas e premeditadas. Apesar do ambiente operacional, nenhuma repartição nos países destacou quaisquer riscos de fraude.

2.20 Um aspecto importante da prevenção eficaz de fraudes é uma avaliação clara de onde a Organização é mais suscetível a fraudes, para que possa montar uma resposta apropriada. A OPAS não fez uma

¹ Transparência Internacional.

https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2017?gclid=CjwKCAjw39reBRBJEiwAO1m0OeOI0O254496cJyKgnSZ_b9qpO2f_sXQfkiJX-UFln2dlhhs_I5HNxoCziMQAvD_BwE#table.

avaliação de risco de fraudes em toda a organização e, embora reconheça o potencial de fraudes como um risco genérico, as medidas de mitigação de riscos são fracas e é pouco provável que impeçam ou detectem atividades fraudulentas. Uma abordagem sistemática para a avaliação de fraudes aumentará a confiança dos doadores e permitirá à OPAS direcionar, de maneira mais eficaz, recursos para o controle interno e as medidas antifraude. Da mesma forma, atividades e conscientização devem ser feitos periodicamente no nível das repartições nos países. Isso servirá para reforçar uma cultura mais forte de consciência sobre as fraudes.

A OPAS deveria:

R17: Operacionalizar sua política antifraude como uma questão prioritária e aproveitar a oportunidade do lançamento da política para conscientizar sobre a responsabilidade do pessoal e citar exemplos de tolerância zero a comportamentos fraudulentos. A partir daí deve ser considerada a identificação das necessidades de treinamento.

R18: Fazer uma análise sistemática de sua exposição a riscos de fraude em toda a organização e considerar se o controle atual mitiga suficientemente esses riscos.

Declaração sobre controle interno

2.21 A declaração sobre o controle interno é usada para fornecer um relatório transparente e responsável do ambiente de controle e dos riscos enfrentados pelas organizações. Deve ser um subproduto dos processos diários e ser informado pelos componentes e interações essenciais dentro de uma estrutura de governança e controle interno que funcione bem. A eficácia dos controles internos descritos na declaração deve ser mantida sob constante revisão, enriquecida por contribuições dos provedores de garantias e pelos resultados das verificações de conformidade pela Direção. A OPAS foi uma das primeiras a adotar a declaração, e esse deve ser um instrumento importante para comunicar uma garantia fundamental aos Estados Membros.

2.22 Seguindo nossas observações de que a produção desse documento havia se tornado uma atividade “orientada para as finanças”, a declaração de 2018 foi elaborada pelo Gabinete do Diretor de Administração. Alguns de nossos outros comentários destinados a aprimorar a Declaração foram adotados, mas há espaço para desenvolver ainda mais a qualidade da garantia que ela oferece e proporcionar uma visão mais ampla do ambiente de controle interno.

2.23 Ao descrever o processo, o foco da declaração deve recair sobre os resultados e sobre como vão embasar as melhorias na estrutura de controle. Em nossa opinião, o envolvimento do Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação (IES) é essencial, pois essa unidade deve ser uma fonte primordial de garantias para a Diretora sobre a eficácia dos processos de controle interno. No espírito da total transparência, a declaração deve refletir as deficiências identificadas no controle interno e as ações planejadas para fazer face a essas deficiências.

2.24 As declarações anuais de garantia dos representantes e gerentes de centros de custos à Diretora devem apoiar ainda mais o conteúdo da declaração. Contudo, achamos que essas garantias são de valor limitado, não fazem observações sobre como o ambiente de controle dos centros de custos operou no período e deixam de destacar questões conhecidas, como onde o Auditor Geral destacou deficiências, por exemplo, nas repartições no Haiti e na Venezuela. As declarações de garantia também exigem que os gerentes dos centros de custos certifiquem a exatidão das contas financeiras sob sua responsabilidade. Essas contas, porém, não estão definidas de forma clara.

2.25 Acreditamos que há espaço para melhorar essas declarações ao longo do próximo ano, com o respaldo de evidências melhores para apoiar a certificação e para descrever debilidades que tenham chegado ao conhecimento. Ao compilar a declaração sobre controle interno, as garantias fornecidas pelos gerentes de centros de custos devem ser validadas com base nos resultados das atividades de supervisão para fins de uniformidade. Isso fortaleceria as garantias que a Diretora recebe.

R19: A OPAS deveria desenvolver ainda mais seus processos de elaboração da declaração sobre controle interno de modo a aproveitar toda a gama de garantias, com atenção para os resultados desses processos e para como os pontos fracos identificados serão tratados.

R20: A boa prática das cartas anuais de garantia deve ser revista para que se tornem mais qualitativas ao divulgar como os controles foram assegurados localmente e, para destacar os problemas identificados, devem ser compatíveis com as observações do IES, da Unidade de Conformidade e de outro provedor de garantias.

Atividades de supervisão

2.26 O Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação (IES) tem um papel importante no fornecimento de garantias sobre a operação e a eficácia dos controles internos da organização. A Diretora deve obter a garantia de seus relatórios e constatações, e os resultados também podem ajudar a direcionar nosso próprio trabalho de auditoria para áreas de risco. O IES tem independência adequada e o Auditor Geral, como chefe do IES, está diretamente subordinado aos Órgãos Diretores.

2.27 A OPAS está formulando atualmente sua política de avaliação, buscando equilibrar uma abordagem prática que apoie a execução dos programas e, ao mesmo tempo, assegure o rigor e a percepção que possam ser compartilhados por toda a Organização. O sistema mais amplo das Nações Unidas busca cada vez mais elaborar processos de avaliação eficazes para demonstrar a responsabilidade pelos recursos e pelo compartilhamento desses resultados com os Estados Membros. O IES apoia as atividades de avaliação por meio de consultoria.

2.28 Durante 2019, um novo investigador foi nomeado, e isso criou a separação dos processos de investigação das funções do Escritório de Ética. Em consequência, novos processos e políticas devem evoluir. Juntamente com outros desdobramentos, como a função do Diretor de Conformidade, acreditamos que é importante para a OPAS fazer um balanço e considerar como as diversas funções de garantia se coordenam, bem como estandar a necessidade de um mapa abrangente das garantias. Isso ajudará a mostrar a extensão da cobertura da garantia; ajudará a refinar o âmbito e os mandatos; e fornecerá um fórum para compartilhar formalmente informações a fim de embasar planos e avaliações de risco. Isso fortalecerá a estrutura geral de garantia e apoiará os processos que sustentam a declaração sobre controle interno.

2.29 Dadas as mudanças nos mecanismos para a execução das funções de avaliação, investigações e ética, examinaremos a qualidade das funções de supervisão, passando pelo IES e pela unidade de conformidade, em um ponto posterior de nosso mandato.

A OPAS deveria:

R21: Considerar a elaboração de um mapa geral de garantias e um processo formal para os fornecedores de garantia e conformidade compartilharem planos, constatações e riscos para que a garantia seja coordenada, os temas sejam identificados e a inteligência embase planos de trabalho mais integrados no futuro.

O Comitê de Auditoria da OPAS

2.30 Em 2009, o Conselho Diretor da OPAS criou um Comitê de Auditoria, que existe para servir o Diretor e os Estados Membros da OPAS na qualidade de unidade consultoria especializada independente. Por meio do Comitê Executivo, o Comitê de Auditoria presta assessoria sobre a operação dos controles financeiros da Organização, estruturas de prestação de contas, processos de gestão de risco e outros controles relacionados à auditoria.

2.31 Do ponto de vista do seu auditor externo independente, acreditamos que o Comitê de Auditoria é uma parte valiosa da garantia disponível aos Estados Membros. Ele pode servir como um foco para apoiar a Diretora na avaliação de todas as garantias disponíveis para ela, fornecendo-lhe observações sobre seus resultados e a qualidade e suficiência de seu trabalho. Consideramos que uma função importante para um comitê de auditoria eficaz é proporcionar garantia independente e objetiva à Diretora e aos Estados Membros

sobre a qualidade da apresentação de informações financeiras. Isso complementa as responsabilidades no exame revisão da eficácia das políticas contábeis e na supervisão dos controles financeiros.

2.32 Para que um comitê de auditoria se adapte às mudanças nas necessidades de segurança e às melhores práticas de governança, talvez seja necessário considerar uma autoavaliação de sua eficácia. Os resultados podem ajudar a embasar propostas de mudança de mandato a serem apresentadas aos Órgãos Diretores, para fornecer a eles e à Diretora a garantia de que o trabalho do Comitê de Auditoria fornece garantias apropriadas e eficazes. Essas listas de verificação da autoavaliação do comitê de auditoria estão facilmente disponíveis e muitas das grandes firmas de contabilidade as defendem.

Parte 3

Recomendações do ano anterior

3.1 Como parte do processo de transferência das responsabilidades, examinamos as recomendações pendentes de nossos antecessores e acompanhamos as respostas da Direção ao realizarmos nossa auditoria. Muitas das recomendações feitas foram impactadas pelas mudanças nos projetos financiados com recursos nacionais no Brasil, o que significou que as recomendações deixaram de ser pertinentes. Outras recomendações relacionadas à operação do PMIS e outros processos são pontos que aprofundamos a partir de nossa própria experiência com os processos financeiros da OPAS. Assim, nenhuma recomendação do ano anterior permanece pendente.

3.2 Estamos satisfeitos que, em todos os casos, a Direção estava tomando ações apropriadas em resposta às recomendações, e não temos nenhuma preocupação a levantar. Continua a ser apropriado atribuir responsabilidades e prazos claros às recomendações e isso deve fazer parte do progresso do monitoramento interno. Além disso, deve fornecer uma base para informar o progresso ao Comitê de Auditoria.

Agradecimentos

3.3 Gostaríamos de agradecer à Diretora e sua equipe pela cooperação ao facilitar o primeiro ano de nosso trabalho de auditoria e ao Tribunal de Contas da Espanha pelo apoio à transição da prestação dos serviços de auditoria externa.

Sir Amyas C E Morse

Controlador e Auditor Geral, Reino Unido — Auditor Externo

15 de abril de 2019

Apêndice 1: Recomendações do ano anterior

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2019	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2016 (17)	A OPAS deve elaborar um cronograma para obter 100% de financiamento do passivo do ASHI num certo período.	Com o estudo atuarial de 2017, será determinado até que ponto o objetivo de financiamento de 100% do plano está alinhado entre a OMS e a OPAS, considerando as medidas financeiras tomadas em 2017, inclusive a transferência dos ativos do ASHI da OPAS para a OMS, e a transferência em curso das contribuições mensais para esse fundo obtidas por meio da folha de pagamento. As mudanças nas regras do SHI e a solicitação de propostas para um administrador externo (TPA) nos EUA, ora em andamento, devem ter um impacto positivo e melhorar o financiamento do passivo do ASHI a partir de 2018. Atualização em 30 de setembro de 2017: As políticas atuais permitirão que a organização alcance 100% do financiamento do passivo do ASHI dentro de um período indicado.	Suplantada Fizemos recomendações no sentido de os Estados Membros acordarem um plano para formalizar o acordo.	Encerrada
Relatório detalhado de 2017 (1)	Recomendamos examinar cuidadosamente os procedimentos de controle pertinentes e implementar um processo de revisão posterior ao pagamento para detectar todos os ajustes indispensáveis que devem ser feitos a cada mês. Também recomendamos fazer verificações por meio do cruzamento de dados periódico entre os períodos contábeis para que todas as reconciliações sejam feitas com o devido cuidado.	No último trimestre de 2017, a Unidade Técnica trabalhou em conjunto com a Direção para rever os procedimentos de controle do Projeto Mais Médicos e identificar possíveis incoerências nos sistemas de controle das transferências feitas à Embaixada de Cuba (COLPADI & IVS). Um grupo de trabalho foi estabelecido e os dados dentro do COLPADI foram ajustados (a maioria dos casos identificados). Ao mesmo tempo, foram detectados alguns tipos de transações que não foram consideradas e calculadas devidamente no IVS (ex. fim da missão e casamento). Em consequência, existe um guia para a devida atualização das informações dos médicos no COLPADI, que define os procedimentos, regras e responsabilidades para todos os envolvidos no processo de movimentação dos médicos. Desenvolvemos novos procedimentos/sistemas para a validação de dados antes das transferências de recursos,	Um bom progresso estava sendo obtido no desenvolvimento de novos processos quando o Programa mudou; a recomendação deixou de ser pertinente.	Encerrada

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2019	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2017 (2)	Recomendamos atualizar os dados da base de dados do COLPADI com toda a documentação comprobatória pertinente relacionada a novos registros e retiradas, para melhorar a qualidade das informações registradas nessa base de dados. Além disso, recomendamos melhorar a funcionalidade do Módulo de Gerenciamento de Incidentes para identificar e registrar corretamente os diversos incidentes relacionados com o emprego dos médicos.	<p>que também nos permitirão verificar e conciliar as transferências feitas nos meses anteriores. A equipe técnica verifica e valida o montante total a ser transferido à Embaixada de Cuba todos os meses; e a equipe administrativa concilia os pagamentos após as transferências de recursos, usando o sistema criado para validação dos dados. Se necessário, o ajuste é feito imediatamente.</p> <p>Elaboramos um guia para a atualização precisa das informações dos médicos no COLPADI e estamos trabalhando em novos procedimentos/sistemas para a validação dos dados, que devem estar concluídos até 31 de julho de 2018.</p> <p>A equipe técnica verifica e valida o montante total a ser transferido à Embaixada de Cuba todos os meses; e a equipe administrativa concilia os pagamentos após as transferências de recursos, usando o sistema criado para validação dos dados.</p>	Um bom progresso estava sendo obtido no desenvolvimento de novos processos quando o Programa mudou; a recomendação deixou de ser pertinente.	Encerrada
Relatório detalhado de 2017 (3)	Recomendamos atualizar o aplicativo do sistema de comprovação de faturas ou migrar os dados existentes para um sistema novo e modular, a fim de permitir a coleta de informações sobre todos os tipos de situação (e os respectivos procedimentos) que possam ocorrer no futuro com relação ao Projeto Mais Médicos. Além disso, essa solução deve ser	<p>O departamento de TI da representação no Brasil, em coordenação com a Unidade Técnica do Mais Médicos, trabalhou em 2017 para identificar as demandas cruciais dos sistemas do projeto e seus requisitos operacionais.</p> <p>A representação no Brasil já contratou dois consultores nacionais de TI da OPAS, com funções principais atribuídas ao projeto Mais Médicos, e a unidade de TI no Brasil está desenvolvendo um projeto de um novo sistema (SIOP+MM) para substituir o IVS.</p> <p>Este sistema vai considerar todos os tipos possíveis de movimentos dos médicos e será integrado à base de dados do COLPADI.</p>	Um bom progresso estava sendo obtido no desenvolvimento de novos processos quando o Programa mudou; a recomendação deixou de ser pertinente.	Encerrada

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2019	Opinião do Auditor Externo	Situação
	integrada plenamente à base de dados do COLPADI.	<p>A previsão é que o SIOP+MM esteja totalmente desenvolvido e implementado até 31/12/2018. No entanto, o projeto desse sistema ficará suspenso até segunda ordem devido à mudança do governo brasileiro em 1º de janeiro de 2019. A representação no Brasil deve aguardar a designação dos novos coordenadores do Programa MM no Ministério da Saúde para discutir e definir as possíveis mudanças no Projeto MM (TC 80). Implementação até 31/12/2018.</p> <p>Atualização em 11/03/19 — Considerando a situação atual do Mais Médicos, em que todas as atividades do projeto com médicos cubanos foram encerradas em novembro e dezembro de 2018, não há necessidade de desenvolver um novo sistema para substituir o IVS. Durante a Auditoria Externa realizada em Brasília, em janeiro de 2019, os auditores do NAO manifestaram que, devido a uma mudança de situação, esta e outras recomendações feitas pelos auditores anteriores precisariam ser encerradas. HSS fará a distinção entre o montante total dos gastos financiados pelo TC67 e pelo TC80 em documentos e relatórios futuros relacionados ao Projeto Mais Médicos.</p> <p>Gostaríamos de destacar que as 3TA e 5TA/TC67 têm algumas ações específicas em coordenação com o TC80 (Projeto Mais Médicos), relacionadas aos distritos indígenas; e o objetivo do 6TA/TC67 é prestar apoio ao Projeto MM, uma vez que o pagamento aos médicos dos distritos indígenas não poderia ser feito pelo TC80 devido às diretrizes governamentais do Programa MM.</p>		
Relatório detalhado de 2017 (4)	Recomendamos evitar usar verbas orçamentárias ou subvenções gerais para financiar atividades dentro do alcance do projeto Mais Médicos. Além disso, recomendamos especificar em todos os documentos oficiais e relatórios financeiros o montante total relacionado ao Projeto Mais Médicos, distinguindo entre pagamentos financiados pelo TC 80 e outros TC.	<p>A previsão é que o SIOP+MM esteja totalmente desenvolvido e implementado até 31/12/2018. No entanto, o projeto desse sistema ficará suspenso até segunda ordem devido à mudança do governo brasileiro em 1º de janeiro de 2019. A representação no Brasil deve aguardar a designação dos novos coordenadores do Programa MM no Ministério da Saúde para discutir e definir as possíveis mudanças no Projeto MM (TC 80). Implementação até 31/12/2018.</p> <p>Atualização em 11/03/19 — Considerando a situação atual do Mais Médicos, em que todas as atividades do projeto com médicos cubanos foram encerradas em novembro e dezembro de 2018, não há necessidade de desenvolver um novo sistema para substituir o IVS. Durante a Auditoria Externa realizada em Brasília, em janeiro de 2019, os auditores do NAO manifestaram que, devido a uma mudança de situação, esta e outras recomendações feitas pelos auditores anteriores precisariam ser encerradas. HSS fará a distinção entre o montante total dos gastos financiados pelo TC67 e pelo TC80 em documentos e relatórios futuros relacionados ao Projeto Mais Médicos.</p> <p>Gostaríamos de destacar que as 3TA e 5TA/TC67 têm algumas ações específicas em coordenação com o TC80 (Projeto Mais Médicos), relacionadas aos distritos indígenas; e o objetivo do 6TA/TC67 é prestar apoio ao Projeto MM, uma vez que o pagamento aos médicos dos distritos indígenas não poderia ser feito pelo TC80 devido às diretrizes governamentais do Programa MM.</p>	Notamos a resposta da Direção e estamos satisfeitos que se tomaram as medidas adequadas.	Encerrada
Relatório detalhado de 2017 (5)	Recomendamos continuar a fazer um acompanhamento rigoroso das decisões pertinentes dos tribunais brasileiros relacionadas às demandas dos médicos	As ações judiciais dos médicos cubanos estão sendo monitoradas de perto pela OPAS/BRA, OPAS/LEG/WDC, “Legislação Sindical do Governo Brasileiro”, Ministério da Saúde do Brasil (CONJUR e SGETS) e Embaixada de Cuba.	Questionamos sobre a situação do litígio e estamos satisfeitos que as demonstrações financeiras a	Encerrada

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2019	Opinião do Auditor Externo	Situação
	cubanos. Ao mesmo tempo, o plano de contingência deve ser atualizado continuamente de acordo com a evolução da situação projetada.	<p>Todas as decisões pertinentes do Supremo Tribunal Federal e as ações de constitucionalidade estão sendo seguidas e monitoradas pela Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde (CONJUR/MS). Todas as ações foram mal sucedidas e não houve impacto sobre o projeto até o momento. A representação no Brasil também está monitorando de perto a situação.</p> <p>O plano de contingência que previa a estratégia de saída do projeto foi atualizado em novembro de 2018 e será mantido atualizado de acordo com a previsão de planejamento do Projeto Mais Médicos decidida na 70ª Assembleia Mundial da Saúde, organizada na sede da OMS em Genebra, em 22 de maio de 2017.</p> <p>Atualização de 12/03/19 — A OPAS, juntamente com o Governo do Brasil, continuou a monitorar de perto as ações de médicos cubanos na Justiça e as respectivas decisões dos tribunais brasileiros. A esse respeito, é importante ressaltar que o Supremo Tribunal Federal do Brasil confirmou a constitucionalidade do Programa Mais Médicos e que a maioria das ações movidas por médicos cubanos foi arquivada. Além disso, um plano de contingência foi atualizado e uma estratégia de saída foi implementada, em estreita coordenação com os respectivos governos, após o término dos acordos de cooperação técnica entre a OPAS e o Brasil e entre a OPAS e Cuba, que respaldavam a participação de médicos cubanos no Programa Mais Médicos.</p>	apresentam de forma apropriada. Continuaremos a monitorar o progresso e o impacto dos resultados sobre as demonstrações financeiras. No entanto, não consideramos necessário manter uma recomendação aberta sobre este item.	
Relatório detalhado de 2017 (6)	Recomendamos aumentar os esforços para limitar ao indispensável a manipulação de dados fora do sistema.	A OPAS continuará a elaborar relatórios dentro do Workday para auxiliar na preparação das demonstrações financeiras e do relatório da administração, no processo de conciliação bancária e na reavaliação de moedas estrangeiras e outros processos contábeis. Isso reduzirá a carga de trabalho manual e garantirá a exatidão e a disponibilidade imediata de informações gerenciais.	Notamos constatações semelhantes. A OPAS fez uma revisão do PMIS e de como ele pode ser melhor empregado pela Organização, com a formulação de um plano de ação. Vamos monitorar o progresso.	Encerrada

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2019	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2017 (7)	Recomendamos enfaticamente introduzir no sistema um relatório fidedigno da conciliação bancária. Esse relatório deve ser usado regularmente para conciliar mensalmente todas as contas bancárias, comparando os dados obtidos dos bancos com os lançamentos no livro-razão.	O módulo do PMIS referentes a bancos não está configurado para gerar informações estáticas e, assim, sempre que um relatório é gerado para uma data específica, os números podem mudar, incluindo transações ulteriores. Devido a essa particularidade do sistema, em setembro de 2017 a direção do FRM decidiu que todas as conciliações de contas bancárias devem ser feitas usando o formato Excel, como maneira de apresentar valores históricos em um ponto específico para fins de exame e auditoria e excluir transações ulteriores. Essas conciliações em Excel, baseadas em relatórios do PMIS, são preparadas mensalmente, passam por um cruzamento de dados, e são revistas e assinadas pelo administrador de cada centro de custos. Esse processo garante a exatidão dos números e o monitoramento de itens pendentes na conciliação. Esse tema será discutido e revisto com os novos auditores externos.	Entendemos que o problema foi resolvido e estamos satisfeitos com os controles da conciliação bancária em uso.	Encerrada
Relatório detalhado de 2017 (8)	Recomendamos uma atualização do sistema para permitir o cálculo exato das diferenças cambiais e reavaliação automática das posições abertas em moedas estrangeiras no encerramento do período. Se o tratamento correto dessas operações não for possível devido a limitações do sistema, deve-se incluir a informação relevante nas demonstrações financeiras e na política contábil da Organização.	<ul style="list-style-type: none"> • A OPAS começou a usar a reavaliação automática das contas bancárias em agosto de 2018 mensalmente. • A OPAS está analisando opções para administrar as reavaliações de outras posições em aberto denominadas em moeda local no PMIS. <p>Atualização de 08/03/19 — FRM analisou as posições em moeda local em aberto dos itens do balanço não bancário para determinar a necessidade de reavaliação durante o encerramento das contas de 2018. FRM continua a avaliar as opções para corrigir a composição dos saldos para usar o processo de negócios de reavaliação.</p>	Estamos satisfeitos com a resposta da Direção e consideramos a recomendação encerrada.	Encerrada
Relatório detalhado de 2017 (9)	Recomendamos traduzir mensagens e alertas do sistema relativos ao usuário final para outros idiomas além do inglês. Vários usuários do sistema nas	A situação dos casos mencionados na observação foi encerrada em maio de 2018.	Estamos satisfeitos com a resposta da Direção e consideramos a recomendação encerrada.	Encerrada

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2019	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2017 (10)	representações não falam inglês, mas precisam usar o sistema. A incapacidade de entender claramente a documentação, mensagens ou instruções do sistema pode diminuir sua utilidade e contribuir para a entrada errônea de dados.	PBU já tomou medidas para resolver os problemas. Com referência a 18-19, os planos de trabalho estavam disponíveis e os fundos foram alocados no final do biênio anterior (dezembro de 2017) pela primeira vez, e montantes de financiamento flexíveis indicativos foram fornecidos em julho de 2017. Isso resultou em um aumento dos níveis de implementação já observado no fim de abril de 2018. Se esse padrão de gastos se mantiver, resultará em uma distribuição mais uniforme da implementação no restante do biênio. PBU monitora a situação e informa EXM e toda a Organização nas reuniões de Monitoramento e Avaliação do Desempenho.	Suplantada Em nosso relatório, tratamos detalhadamente dos benefícios do desenvolvimento do controle orçamentário; esses processos ajudariam a mitigar o risco dos gastos compras no fim do biênio.	Encerrada